

**Jaderson da Silva Souza**

**CIDADE TOMBADA:  
a queda de braço em torno da preservação do  
patrimônio histórico em Bauru**

**Bauru**

**2014**

**Jaderson da Silva Souza**

**CIDADE TOMBADA:  
a queda de braço em torno da preservação do  
patrimônio histórico em Bauru**

Projeto Experimental apresentado em cumprimento parcial às exigências do Curso de Comunicação Social: Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, do Departamento de Comunicação Social, da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo.

Orientador do Projeto Experimental:  
Prof. Maximiliano Martin Vicente

**Bauru**

**2014**

*Dedicado à memória de meu avô,  
senhor Afonso Gonçalves da Silva*

## ***Agradecimentos***

*Aos meus amigos e familiares,  
pela paciência e apoio em todos os momentos.*

*Aos unespianos,  
pelo esforço na construção do conhecimento  
e na luta por uma universidade melhor.*

*A todas as pessoas  
que têm como ideal de vida  
a preservação dos símbolos  
construtores da História.*

*“Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”*

(Hannah Arendt)

## SUMÁRIO

<b>TOMBAMENTO: um documento da história .....</b>	<b>8</b>
<b>Parte I: Bauru antes de Bauru .....</b>	<b>15</b>
<b>BAURU: porta de entrada do “Sertão” paulista .....</b>	<b>16</b>
<b>CASAS GEMINADAS: o imóvel remanescente da fundação de Bauru .....</b>	<b>26</b>
<b>O tombamento da casa que não caiu.....</b>	<b>31</b>
<b>Um imóvel quase em ruínas .....</b>	<b>36</b>
<b>“Esconderijo de ladrões”: as queixas dos vizinhos... e uma da Polícia.....</b>	<b>39</b>
<b>Restauração ou reforma? O que fazer com a casa?.....</b>	<b>41</b>
<b>Parte II: Os trilhos do trem .....</b>	<b>48</b>
<b>TRENS DESEMBARCAM EM BAURU: UMA NOVA CIDADE SURGE .....</b>	<b>49</b>
<b>Uma nova infraestrutura para a antiga Bauru .....</b>	<b>53</b>
<b>Colonos vs. indígenas.....</b>	<b>53</b>
<b>Franceses transformam a vida urbana do habitante bauruense .....</b>	<b>57</b>
<b>Novo século, novos serviços urbanos .....</b>	<b>58</b>
<b>HOTEL CARIANI: de abrigo de ferroviários a morada provisória de visitantes ilustres .....</b>	<b>61</b>
<b>Os antigos hotéis que ajudaram na urbanização da cidade .....</b>	<b>63</b>
<b>Os banquetes e os modernistas: os ilustres clientes do Cariani.....</b>	<b>67</b>
<b>Integralismo vs Comunistas: a morte de Rosica .....</b>	<b>68</b>
<b>A restauração da N.O.B.: passeios turísticos, secretarias municipais e transporte de minérios.....</b>	<b>72</b>
<b>CASA LUSITANA: referência comercial na Bauru ferroviária.....</b>	<b>79</b>
<b>O tombamento: disputas entre poder público e proprietários da Casa.....</b>	<b>83</b>
<b>Os proprietários contestam o tombamento... mais de uma vez .....</b>	<b>87</b>

<b>Parte III: Pós-ferrovia .....</b>	<b>97</b>
<b>EDIFÍCIO BRASIL-PORTUGAL: estética e funcionalidade para moradores de cartão-postal de Bauru .....</b>	<b>98</b>
<b>Migração campo-cidade no Brasil nos anos 50 e 60 .....</b>	<b>101</b>
<b>A convivência das classes sociais no Brasil-Portugal.....</b>	<b>102</b>
<b>Nações Unidas e Rodrigues Alves: avenidas que se cruzam em favor do carro.....</b>	<b>105</b>
<b>Conforto térmico e “vista ampliada”: as inovações técnicas do Brasil-Portugal .....</b>	<b>108</b>
<b>Funcionalidades e beleza arquitetônica levadas em conta para o tombamento .....</b>	<b>111</b>
<b>As reformas no prédio ou: Quando um pedaço de parede encontra um carro.....</b>	<b>115</b>
<b>ANTIGAS INDÚSTRIAS MATARAZZO: exemplar de arquitetura fabril que foi destombado (e depois demolido).....</b>	<b>120</b>
<b>O primeiro da lista dos tombáveis do CODEPAC .....</b>	<b>121</b>
<b>Ruínas da fábrica e terreno atrativo para negócios: os porquês do destombamento .....</b>	<b>125</b>
<b>LEIS, INCENTIVOS E EDUCAÇÃO: alternativas para a preservação do patrimônios bauruenses.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>140</b>

### ***TOMBAMENTO: um documento da história***

A formação de valores e expressões faz parte da identidade de alguns dos mais variados grupos sociais. Esses valores podem estar inseridos em elementos materiais e imateriais constituintes de um legado cultural, responsável pela unidade de sentidos a respeito de um povo. Sempre que possível, esse quadro de significados é transmitido por gerações, como forma de preservar a memória coletiva e também de apresentar tais tradições já estabelecidas para novos membros de uma comunidade.

A imaterialidade está presente em conceitos, costumes e expressões de natureza artística e cultural. As danças, os sotaques, os hábitos diários (alimentação, descanso, lazer, etc.) e a diversidade de pessoas de um grupo – e a maneira como elas interagem entre si – são fragmentos capazes de compor um bom retrato, ainda que parcial, de uma sociedade.

A base relacionada aos elementos materiais é constituída das formas vindas da natureza (os recursos hídricos, a vegetação, a fauna, etc.); do homem, vem instrumentos e inovações tecnológicas produzidas a partir do conhecimento e do saber do ser humano, gerando uma capacidade de sobrevivência em um ambiente.

Paralelamente, natureza e homem já produzem bens que se constituem em partes do ambiente no qual estabelecem suas relações. Tanto as matas, as montanhas e os rios (que se alteram conforme o clima e a ação do homem), quanto a perícia dos caçadores, o raciocínio dos matemáticos e a técnica dos artesãos são elementos componentes do patrimônio cultural da humanidade e podem estar mais ou menos presentes, de acordo com cada local.

Segundo definição de VARINE-BOHAN (1975 apud LEMOS, 1981, P. 8-9), a natureza e o conhecimento humano são duas das categorias de elementos do patrimônio cultural. Porém, existe um terceiro – o mais importante deles – que se refere aos bens culturais. Nessa categoria estão incluídos objetos, artefatos e construções, ou seja, tudo aquilo que foi resultado da interação entre a natureza e o conhecimento humano.

Uma vez que a relação natureza/homem é característica da construção da História, os bens que transmitem valores e expressões de determinada comunidade,



podem vir a se transformar em símbolos coletivos e, portanto, serão cultuados e preservados. Em suma, farão parte do patrimônio histórico de uma sociedade.

Patrimônio cultural ou patrimônio histórico? Qual a expressão correta? É importante que os conceitos fiquem claros. Patrimônio cultural refere-se às manifestações materiais e imateriais, importantes na formação da identidade de um povo. Por outro lado, artefatos, objetos e construções, matéria resultante da conexão entre natureza e conhecimento humano (e com significado histórico relevante para um grupo social) são elementos do patrimônio histórico.

Trocando em miúdos, todo patrimônio histórico é um patrimônio cultural, mas nem todo cultural é um histórico. Mesmo assim, é possível que apareça a expressão “patrimônio histórico-cultural” para se referir ao assunto, que também está correta, apesar de poder ser desmembrada. Neste trabalho, vamos escrever sobre imóveis tombados e sua respectiva representação para o contexto local; portanto, adotaremos as alcunhas de “patrimônio histórico” ou “patrimônio histórico-cultural”.

As regras de tombamento do patrimônio são dadas por meio de cartas internacionais da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A instituição pode, inclusive, tomar frente em alguns casos nos quais entender que o patrimônio tenha relevância mundial – a cidade de Ouro Preto, por exemplo, é considerada desde 1980, pela instituição ligada à ONU, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Além da Unesco, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é outra organização que cuida dessa temática em âmbito mundial.

A Carta de Veneza, um dos documentos de referência quando se trata da preservação de monumentos. Afirma que:

[...] as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (CARTA DE VENEZA, 1964, fl.1).

Em seu artigo 1º, reforça ainda mais essa matéria quando afirma que toda “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho

de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” deve ser preservada (CARTA DE VENEZA, 1964, fls. 1-2). Já em seu artigo 3º, o documento complementa que a conservação e a restauração dos monumentos visam a “salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico” (CARTA DE VENEZA, 1964, fl. 2). Em suma, preservar as construções históricas é guardar todo um testemunho de valores da humanidade.

Nos últimos anos, organizações de diferentes esferas regionais no mundo inteiro se atentam mais à questão da preservação do patrimônio histórico. Mas será que essa preocupação tem chegado na mesma medida até as pessoas? A fragmentação cada vez maior dos grupos sociais pode afetar de maneiras diferentes instituições e indivíduos quando se pensa em manter algum elemento referente à história de determinado local?

\*\*\*

No Brasil, o órgão encarregado pela preservação de bens culturais e monumentos históricos é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Estado de São Paulo quem cuida do tema é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Já em Bauru, cidade fonte de análise deste trabalho, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CODEPAC) é a autarquia responsável por tombamento de móveis, imóveis e outros elementos não materiais de reconhecida importância histórica, cultural ou arquitetônica para a memória coletiva da cidade.

Para a produção deste livro, foram estudados quatro imóveis existentes (Casas Geminadas, Hotel Cariani, Casa Lusitana, Edifício Brasil-Portugal) e um demolido (Antigas Indústrias Matarazzo). Também foi feita uma contextualização sobre os períodos anterior e posterior à chegada das ferrovias à Bauru, pelo fato de representarem, direta ou indiretamente, um dos elementos relevantes para a construção dessas edificações, e também pela importância desses dois períodos para o desenvolvimento do próprio município de Bauru. A ideia foi escolher imóveis que expressam, de alguma forma, marcos importantes da cidade: fundação, vinda das linhas férreas e das estações, o início da industrialização e a expansão urbana.

Além disso, foram detalhados pontos a respeito dos tombamentos desses imóveis. Nesse caso, é preciso primeiro explicar um pouco sobre o CODEPAC, órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico-cultural de Bauru, e como se dão as etapas necessárias para o tombamento de uma construção.

\*\*\*

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural foi um órgão criado pela Lei Municipal nº 3486, de 24 de agosto de 1992. No entanto, ele só entrou em funcionamento a partir de abril de 1996. O primeiro presidente do Conselho foi o arquiteto Nilson Ghirardello, professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp (câmpus de Bauru). Ele conta que uma reforma que descaracterizou a Praça Rui Barbosa, no centro da cidade, gerou muita pressão da comunidade e isso culminou na criação da autarquia. Antes já se comentava sobre a preservação do patrimônio público. “Quando tinha alguma obra ou demolição de alguma coisa, um grupo de pessoas, incluindo arquitetos e historiadores, protestava contra”, observa Nilson. Porém não existia em Bauru nenhum estudo sobre o assunto.

No início das atividades, os membros do Conselho elencaram alguns imóveis com relevância histórica, cultural e arquitetônica para o município e que, por isso, eram merecedores de preservação por parte do poder público. Hotéis, estabelecimentos de saúde e educação, fábricas, igrejas e patrimônio relacionado às ferrovias eram as principais categorias contempladas para os estudos de tombamento. Todos com alguma contribuição para a construção do legado cultural bauruense.

Exceção nessa lista são os edifícios de arquitetura modernista. À primeira vista, a solicitação da preservação desse tipo de construção se devia à inovação e riqueza estética dos projetos. Ghirardello diz que, por se tratar de construções mais recentes, a idéia de tombar exemplares modernos não encontrava muito coro perante a comunidade da época. No entanto, esses processos seguiram em frente.

Todos os imóveis salvaguardados passaram pelas mesmas etapas jurídicas perante o Executivo Municipal. Para que um processo de tombamento tenha início, é necessária uma carta ao Conselho explicando porque determinado bem é merecedor dessa ação. Qualquer cidadão pode dar entrada nesse pedido. Isso já é suficiente para a abertura do processo. Após isso, o proprietário atual do imóvel é notificado da abertura do processo. A partir desse momento, o imóvel não pode sofrer mais nenhum tipo de alteração física, a menos que o reparo seja muito urgente (ainda assim, a reforma precisa ser comunicada ao CODEPAC).

Em seguida, há a solicitação de um parecer histórico, no qual um especialista fará uma análise da obra considerando a relevância histórica, arquitetônica ou

cultural do patrimônio. Depois, é solicitado um levantamento das escrituras do imóvel que permite verificar o histórico dos proprietários do bem em estudo. Um parecer técnico também é realizado para se saber das condições físicas do imóvel. Por fim, o processo vai à votação no Conselho. Caso seja aceito, a decisão deve ser enviada ao Chefe do Executivo, que é quem determina, em última instância, o tombamento, ou não, conforme a solicitação do Conselho.

O CODEPAC é um órgão consultivo, ou seja, não tem a prerrogativa de instituir os tombamentos. Apenas pode debater e recomendar as ações que devem referendadas pelo chefe do Executivo Municipal que tem sempre a palavra final a respeito da preservação do patrimônio histórico da cidade.

Quando ainda não tinha completado nem um ano de funcionamento, o Conselho sofreu dois duros golpes com o claro intuito de frear suas atividades: em 21 de janeiro de 1997, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos escreveu uma carta solicitando que todos os processos de tombamento (abertos ou não) fossem revistos. A alegação era de que os decretos de preservação estavam sendo decididos por razões de cunho político e não por motivação histórica e cultural. Logo em seguida, o então prefeito, Antonio Izzo Filho, não demonstrou interesse pela continuidade dos trabalhos do CODEPAC e suspendeu as atividades do órgão. Esse hiato durou mais de dois anos e só terminou na metade de 1999.

Atualmente, várias instituições indicam, ao menos, um representante para o quadro de conselheiros da autarquia municipal: Universidades (Unesp e USC), Instituto dos Arquitetos de Bauru (IAB), Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru (Assenag), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), Associação Amigos dos Museus de Bauru (AMB), além da Prefeitura e secretarias municipais – planejamento, negócios jurídicos e cultura (esta indica dois membros).

\*\*\*

A intenção deste estudo é tentar entender como é conduzida a política de preservação do patrimônio histórico em Bauru. Verificar se a tese levantada pela Carta de Veneza, de que toda a humanidade é solidariamente responsável por conservar seus símbolos, se confirma em Bauru. O relato de casos excepcionais – aqui referimo-nos ao destombamento do prédio das Indústrias Matarazzo –, que evidenciam a prioridade de atividades mais rentáveis economicamente em

detrimento do culto ao legado histórico, pode pôr em xeque o efetivo cumprimento do dever de preservar e tornar um patrimônio, previsto pela Carta.

Cabe também a reflexão sobre a possibilidade de tornar a busca do conhecimento da História uma coisa atraente para todos os atores sociais. Se existe uma forma de os museus serem tão lucrativos quanto os *shoppings*. Dos passeios turísticos serem tão valorizados quanto a extração de *commodities*. Da preservação do desenho original de uma obra arquitetônica ser tão necessária quanto a venda de um ponto comercial.

Conseguir mostrar um panorama relacionado ao patrimônio histórico-cultural realmente é uma tarefa inglória. No entanto, traçar um recorte informativo sobre o tema é algo possível e pode ser sadio ao debate. Com este livro, além de conhecer um pouco mais sobre a trajetória de desenvolvimento de Bauru, foi possível pensar em alternativas que possam dar à sociedade bauruense a oportunidade de manter viva essa história na memória dos bauruenses, tanto os do presente com os do futuro.



Caçadores de onça Sussuarana (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

**Parte I: Bauru antes de Bauru**

### ***BAURU: porta de entrada do “Sertão” paulista***

Para alguém se conscientizar sobre a importância do patrimônio histórico-cultural de uma localidade é necessário levar em consideração elementos da sua história. No caso de Bauru, tão importante quanto a sua trajetória, é preciso conhecer como se deu o seu crescimento e em que direção ocorreu a sua expansão. Em outras palavras, estar a par dos direcionamentos pelos quais a cidade bauruense passou se torna algo fundamental para se entender a história da cidade.

Hoje se sabe que Bauru é um dos principais polos de crescimento do oeste paulista, região próxima ao vale do Rio Tietê. Porém, só é possível referir-se a Bauru como município a partir de 1896, quando a então vila de Bauru obtém a emancipação do extinto município de Espírito Santo de Fortaleza – que ficava próximo da atual cidade de Agudos. Mas até chegarmos a essa situação, a região passou por diversos episódios de disputa de território; primeiro, entre colonos e indígenas e, posteriormente, entre os moradores da vila bauruenses e do Espírito Santo de Fortaleza.

Durante a era colonial, Bauru era um espaço de mata fechada, de cerrado, propriamente dito. No meio do verde, existia uma picada que levava até a região onde hoje estão os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Vila de São Paulo (atual capital paulista) era o início dessa trilha. A partir de meados do século XIX, o espaço foi utilizado por bandeirantes ávidos por expansão territorial. O resultando culminou em sangrentos confrontos com os indígenas, que habitavam as florestas e se espreitavam entre os lados da estrada de terra, caminho seguido pelas bandeiras.

\*\*\*

Em relação aos índios da região, os embates eram mais acirrados entre os kaingangs (ou coroados), tribo que ocupava o oeste de São Paulo e outras regiões contíguas – vales dos rios Feio, Aguapeí, do Peixe e Tietê (afluentes do Rio Paraná) e Rio Batalha (que desemboca no Tietê). Há registros que relatavam a existência de kaingangs desde 1773, a partir do levantamento fluvial dos rios Tietê e Paraná, realizado pelo Brigadeiro Sá e Faria. Segundo BASTOS (1996, p. 16), as primeiras tentativas de incursão em Bauru datam de 1737.

Porém, não seria razoável supor que os kaingangs (ou outras tribos) estivessem na região há muito mais tempo? O que antes foi denominado como



picada, caminho ou estrada de terra, poderia ser resumido a uma designação mais específica. E ela existe: o Caminho de Peabiru, trilha utilizada pelos índios da região antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus. O Peabiru ligava o Oceano Atlântico (capitania de São Vicente) à Cordilheira dos Andes (cidade de Cuzco, no Peru) – e existem, ainda, relatos não oficiais de que a trilha se estendia até o Oceano Pacífico.

Na fase colonial brasileira, a região já era descrita como de difícil acesso em razão da presença dos indígenas que resistiam à presença dos bandeirantes. Muitas tentativas de expansão por ali não obtiveram êxito. Tocaias, armadilhas, conflitos armados e, conseqüentemente, expedições mal sucedidas eram a tônica dos encontros entre índios e brancos. De acordo com POSSAS (1993, p. 8), essa situação começa a se reverter a partir de 1834, quando os colonos conseguem derrotar a duras penas os kaingangs e se estabelecem à margem do Ribeirão Grande, área correspondente hoje aos Assentamentos Aimorés (Bauru) e o distrito de Guaianás (cidade de Pederneiras). A ocupação de Bauru tem início em 1834.

\*\*\*

Entre 1840 e 1860 começam a se construir as primeiras propriedades de Bauru, com a chegada de colonos vindos, principalmente, de Minas Gerais. Eles buscavam novas oportunidades econômicas depois da queda do ouro em terras mineiras. A região escolhida foi justamente onde hoje estão localizadas as denominadas Casas Geminadas (também chamada de Casa dos Pioneiros). A área de terra funcionava como uma espécie de “portal” do Peabiru que levava para o sertão paulista, como era denominada parte da região oeste de São Paulo, ainda não explorada até então. Antes disso, essa região era permeada por algumas pequenas propriedades rurais. A escolha desse lugar pode ser explicada pelo fato de ser uma área de vale onde se situavam o Rio Bauru e o Ribeirão das Flores – hoje canalizados em função da urbanização. O lugar se tornou parada obrigatória para a troca ou hidratação dos animais de carga. Posteriormente, com o estabelecimento de um esboço de população, a área se transforma em um entreposto de troca comercial, que atendia as propriedades rurais próximas. Os camponeses obtinham produtos que não produziam (como pólvora para espingardas e sal de cozinha) em troca de parte correspondente de sua produção (porcos, fumo, etc.).

\*\*\*

O chão de terra onde “nasce” Bauru era chamado anteriormente de “sertões de São Paulo” (ou “boca do sertão”) pelo fato de ser o lugar mais distante do estado que, naquele momento, era habitado pelo homem branco. Daquele ponto em diante, os estados de São Paulo e Mato Grosso ainda não haviam sido colonizados, muito em razão da conflituosa relação com os índios da região.

Nesse período, algumas “vilas bocas de sertão” já existiam em localidades próximas de Bauru: Jaú (1853), Botucatu (1855), Lençóis Paulista (1858), São Paulo dos Agudos (1898), Espírito Santo da Fortaleza (1887, antes pertencente a Lençóis Paulista) e Bauru (1896, com a transferência da sede municipal de Fortaleza).

A partir de 1850, começa a ocupação de pedaços de terra das matas de Bauru. Nesse período, dois forasteiros se destacam: Felicíssimo Antônio Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo. Segundo BASTOS (1996, p. 21), Felicíssimo conseguiu uma autorização do governo provincial de São Paulo, em 1856, “para abrir um picadão, ligando Piracicaba a Avanhandava, para se comunicar com a província de Mato Grosso. Ele fixou-se em terras do córrego Água Parada”, em região bauruense. No mesmo ano ele já reclamava com as autoridades paulistas “por medidas de segurança contra os índios e ameaçava tomar as represálias contra eles” (DONATO, 1985, p. 108)

Já Antônio Teixeira do Espírito Santo se estabeleceu em sua fazenda próxima ao Córrego das Flores e, em 1884, faz a primeira doação das terras para a Igreja Católica em forma de agradecimento ao Divino Espírito Santo e a São Sebastião por êxitos obtidos no desbravamento do sertão.

Em parecer histórico realizado para o tombamento das Casas Geminadas, o arquiteto Nilson Ghirardello pontua que os limites dessa área doada à Igreja são utilizados como base para o estabelecimento do Patrimônio de São Sebastião de Bauru, em 1888. Tomando por base a antiga estrada indígena, o arruador Vicente Ferreira de Farias faz um planejamento de estradas com desenho reticulado. Este arruamento contém trilhas que se tornariam, no futuro, importantes ruas do centro de Bauru: Araújo Leite, Antônio Alves, Primeiro de Agosto, Batista de Carvalho são alguns das ruas abertas no final do século XIX (não necessariamente com esses nomes). Na época, aumentaram as construções na futura Bauru, uma vez que começa a ocorrer a medição e compra de lotes para se levantar as casas, de arquitetura muito simples, reflexo da população vinda de Minas, segundo o texto de Ghirardello (Proc. 18.029/1996, fls. 9-11).

\*\*\*

Apesar da predominância de mineiros, o território também tinha uma parcela substancial de fazendeiros vindos do interior paulista. Itu, Capivari e Jaú eram alguns dos lugares de onde procediam os recém-chegados a Bauru. O interesse deles era pelas terras ainda não cultivadas. Os tempos pré-republicanos trazem a cultura cafeeira, matéria-prima que iria se constituir no motor da economia brasileira até 1929. A avidez por terras gera uma nova fase de confronto com índios. Desta feita, os “estrangeiros” já obtêm uma notória vantagem em relação aos primeiros habitantes dessa terra. Nesse cenário de fundação de um povoado, três figuras se sobressaem: as famílias Toledo Piza, Ferreira Leite (de João Batista de Araújo Leite e seu sobrinho/genro Azarias Leite) e o Coronel José Ferreira Figueiredo, dono da Fazenda Val de Palmas.

Val de Palmas, fundada em 1895, já foi considerada a maior fazenda do mundo em produção cafeeira e continha, aproximadamente, 2,3 milhões de pés. Política e economicamente, a fazenda era mais importante do que a própria cidade de Bauru; em 1900, enquanto Bauru (antes da chegada das ferrovias) tinha uma população de 600 pessoas, a Val de Palmas mantinha um contingente populacional que ultrapassava os dois mil moradores; eram funcionários e seus familiares que ficavam espalhados em colônias construídas no terreno da fazenda. A localidade tinha um espaço geográfico que, em uma ponta, ficava a 12 quilômetros do centro de Bauru e, na outra, a sete quilômetros da cidade de Uru. Bauru e Uru estão separadas por 92 quilômetros. A fazenda serviu de hospedagem para várias personalidades, inclusive o presidente Getúlio Vargas durante sua visita à Bauru na década de 30.

\*\*\*

Voltando à questão da doação de terras, pode-se dizer que a dona definitiva da área do Patrimônio de São Sebastião de Bauru era, de fato, a Igreja Católica. As pessoas que quisessem levantar moradias dentro do Patrimônio teriam que pagar tributos para o Apostolado em forma de laudêmios, um imposto cobrado a quem habitasse ou possuísse lotes localizados em um raio de distância máxima de cinco quilômetros, a partir da antiga Catedral de Bauru – que ficava muito próxima de onde hoje está a sede católica bauruense, na (nova) Praça Rui Barbosa. Tempos depois, a família Cintra comprou os direitos de laudêmios daquela área. Ela, ainda hoje, é dona da maior parte do tributo que incide nas casas da região; só não é dona da



Rua Araújo Leite. Foto superior (Bauru, data indefinida); foto abaixo (Bauru, 1907). Créditos:  
Acervo do Museu Histórico de Bauru

da parte total, porque se tornou possível, a partir de certo momento, para qualquer morador, comprar esse direito pagando-se uma quantia que correspondia de 1 a 3% do valor do imóvel em questão. Para entender a mudança de posse dos laudêmios, há que se considerar a valorização imobiliária por se morar em área tão nobre, fonte geradora de disputas entre a Igreja e os representantes municipais – têm-se aí um dos muitos episódios de especulação imobiliária em Bauru. A solução para a contenda foi a demarcação das terras municipais em 1897, trabalho realizado pelo agrimensor Luiz Gonzaga Falcão.

Quatro anos antes, ocorre a segunda doação de terras. Segundo POSSAS conta em seu livro, “O Trágico Três de Outubro”, Bauru tinha nessa época uma população exata de 30 habitantes, três casas de barro e 18 casebres de sapé e um armazém de secos e molhados (propriedade de Manoel Jacinto Bastos, comerciante vindo de São José do Rio Preto com família e tudo). Outras famílias que chegaram em Bauru são a Batista de Carvalho, de Araraquara, e os Zuiani, da Itália. Esses três núcleos familiares irão se estabelecer no setor de serviços: comércio de secos e molhados, serralheria e hotelaria. Pode-se esboçar a partir daí o início da formação de uma “oligarquia bauruense” que, posteriormente, ditaria os rumos políticos da cidade.

Em 1893, mesmo ano da segunda doação de terras, o patrimônio de Bauru estabelece o seu Distrito de Paz e Cartório, prova da sua ascendência sobre Espírito Santo de Fortaleza, município ainda “dono” de Bauru. Essa hierarquia começa a se desmanchar em 1895, quando em pleito municipal Bauru consegue eleger quatro vereadores e Espírito Santo de Fortaleza, apenas dois. Estava dado o passo para ensaiar uma tomada do poder por parte dos representantes bauruenses.

Segundo descrição feita por BASTOS (1996, p. 28-30), no dia 7 de janeiro de 1896, os membros da comitiva de Bauru rumaram para o território vizinho. Chegando à Câmara, adiantaram os relógios em trinta minutos, provocando o “atraso” dos vereadores fortalenses. Intencionalmente, o vereador reeleito Domiciano Silva, vice-presidente da legislatura anterior, abriu a sessão em horário excepcional. Ele convidou o vereador Manoel Jacintho Bastos, o mais idoso dos presentes, para empossar os novos edis: Francisco Pereira da Costa Ribeiro, Capitão João Antônio Gonçalves, Joaquim Pedro da Silva e José Alves de Lima, além do próprio Domiciano. Em seguida, apreciaram e aprovaram indicação do vereador Gonçalves, de transferência da sede do Município para Bauru. No mesmo

dia, um carro de boi serviu de transporte de móveis e documentos para a nova “capital municipal”. No dia seguinte, desembarcam no vilarejo sob fogos de artifício e tiros de revólveres e espingardas disparados pela festiva população local. Em uma dependência da casa de Manoel Jacintho Bastos foi instalada a Câmara Municipal.

No entanto, a manobra inusitada e artilosa de avançar os ponteiros em meia hora, a fim de ludibriar os fortalenses, não passou incólume. Os vereadores locais, sobretudo o presidente da Câmara José Theodoro Petente, obviamente contrariados com a situação, recorreram à Justiça a fim de reaver a soberania sobre Bauru.

No entanto, a decisão final, de 1º de Agosto de 1896, favoreceu aos bauruenses. A Lei Estadual nº 428 instituiu de forma efetiva a transferência de sede. O primeiro dia de agosto se tornou a data de aniversário legal de Bauru, mas, de fato, a fundação do município já ocorrera oito meses antes, em 7 de janeiro. Já a Espírito Santo de Fortaleza restou, primeiramente, a posição de distrito de Bauru. Logo depois, a localidade mudou de nome (para Piatã) e, em seguida, o distrito foi extinto.

O historiador Fábio Pallotta considera que a água foi o principal fator que proporcionou o crescimento de Bauru e o declínio de Fortaleza: “Em alguns mapas do DAE [Departamento de Água e Esgoto], você encontra até 50 afluentes do Rio Bauru que, por causa da construção de casas e ruas, desapareceram – quando se constrói em cima ou perto de rio, o lençol aprofunda e desaparece. Bauru se tornou um lugar mais desenvolvido do que Espírito Santo de Fortaleza por causa da água”.

Realmente, Bauru era um local com mais condições de desenvolvimento do que Fortaleza. Por estar próxima a uma área de vale, a nova cidade tinha uma vantagem em relação ao extinto município, uma vez que todo o trabalho para se conseguir recursos hídricos inviabilizaria a agricultura e o estabelecimento de uma infraestrutura para Fortaleza; por outro lado, Bauru tinha essa tarefa mais facilitada por ter o Rio Bauru, o Ribeirão das Flores e demais córregos bem no seu quintal.

Outro fato que facilitou a transferência foi a formação do diretório municipal do Partido Republicano Paulista (PRP) em Bauru, mais precisamente no dia 4 de novembro de 1894. A vinda do PRP para a cidade é fruto também do crescimento da elite oligárquica que teve início com a chegada de algumas famílias à Bauru (as principais: Bastos, Leite e Batista de Carvalho). Nesse grupo, os cafeicultores tinham notável destaque em virtude da maior importância da cultura do café na economia nacional.

A partir de 1905, com o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (N.O.B.) e a posterior vinda das ferrovias da Sorocabana e da Paulista, Bauru alcança uma nova fase de desenvolvimento. A chegada de novos habitantes e visitantes aumenta vertiginosamente e obriga os representantes municipais a instalarem uma rede de serviços que pudesse, de alguma forma, atender à demanda social que se acumulava a partir do começo do século. Para isso, se contou com a ajuda de pessoas vindas de fora. Esse assunto será mais detalhado durante a análise de detalhes de alguns imóveis tombados em Bauru, sobretudo o Hotel Cariani e a Casa Lusitana.



Vistas da Rua Araújo Leite (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru





Rua Batista de Carvalho, quadra 1 (Bauru, anos 20) Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru)

### ***CASAS GEMINADAS: o imóvel remanescente da fundação de Bauru***

Durante o tempo em que parte da região de vale do Rio Bauru e do Ribeirão das Flores obedecia aos limites do Patrimônio de São Sebastião de Bauru, até o momento de chegada das ferrovias, em 1905, muitas casinhas de arquitetura simples estabeleciam-se nas primeiras ruas do povoado (que depois viraria uma cidade). Algumas caíram, outras deram lugar a construções mais elaboradas e apenas um único imóvel ainda está de pé, mesmo que seja em condições bem desfavoráveis.

São as Casas Geminadas (também denominada de Casa dos Pioneiros). Elas estão no início da Rua Araújo Leite, na quadra 2, números 63 e 65. Sim, é um imóvel só, porém dividido em dois números de endereço. Se entende por casa geminada, uma construção na qual o imóvel pode ser separado de forma simétrica em duas ou mais unidades. Nesse caso em questão, são apenas duas unidades que compartilham o mesmo telhado e têm a mesma disposição interior. Cada uma delas tinha uma porta, um quarto (que também era uma sala) e no fundo, uma pequena cozinha. Na parte exterior do imóvel, uma pia e um banheiro poderiam ser utilizados pelos habitantes das duas casas. E mais nada.

Ela não parece em nada com o modelo de casa tradicional da época e nem com o que viria depois. Paulo Henrique Leite Pereira, o PH, guia do Museu Ferroviário de Bauru, conta que antigamente a sala era o centro das residências, o espaço da casa com o qual todos os outros cômodos tinham ligação. Quem visitasse uma casa desse tipo ficava a maior parte do tempo de estadia na sala; se outra pessoa estivesse no quarto e quisesse, por acaso, ir ao banheiro, teria que percorrer a sala, (lhe fazer um cumprimento) e, enfim, chegar ao toalete.

A partir da década de 60, houve uma mudança arquitetônica: um corredor se constituiria no elo para todos os cômodos da residência, exceção da área de serviço. Esse modelo permanece na maioria das casas de hoje.

Por outro lado, a disposição das casas geminadas estaria mais próxima à de uma quitinete na qual há pouquíssimos cômodos e, ainda assim, eles estão entremeados: a sala se junta à cozinha que, por sua vez, invade o quarto e um banheiro independente. O historiador e professor da Universidade do Sagrado Coração (USC), Fábio Paride Pallota, sintetiza: “Um quarto que é quase uma sala, no fundo tem uma pequena cozinha e o banheiro, lá fora”. O fato de serem grudadas

também é pouco percebido por quem vê o imóvel de fora. “Você passa pela casa e tem a impressão de que [ela] é uma só”, observa Fábio.

\*\*\*

O processo de tombamento das casas foi iniciado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC), órgão municipal responsável pela preservação do patrimônio histórico, em junho de 1996, tendo como parecerista o arquiteto Nilson Ghirardello, na época, presidente do Conselho. Nas folhas do processo destinadas ao seu relato, ele ressalta a importância do imóvel por representar um estilo arquitetônico que remeta a passagem dos séculos XIX e XX, marcado por “construções de madeira, ou edificações simples de ‘porta e janela’ sem recuo frontal” (Proc.18.029/1996, fl. 10).

As casas geminadas foram levantadas em frente à Rua Araújo Leite; antigamente uma via usada por boiadeiros de cidades próximas (Agudos, Fortaleza e Botucatu, etc.) que iam, a pé ou a cavalo, tanger gado e porcos até o Mato Grosso. Chegando ao Rio Bauru, davam água aos animais antes de continuarem a longa viagem. Vale lembrar que a Araújo Leite era um trecho do Peabiru usado por indígenas e por bandeirantes ainda na era colonial.

As construções começam a aparecer com frequência maior nessa área a partir do arruamento estabelecido em 1888, por ordem da Câmara Municipal de Lençóis e elaborado por Vicente Ferreira de Farias. No parecer histórico realizado a respeito do imóvel (Proc. 18.029/96, fls. 9-11), Ghirardello descreve que as bases para o arruamento do patrimônio foram o antigo Caminho do Peabiru (que se tornou mais tarde a Rua Araújo Leite) e os limites da área doada pelo fazendeiro Antônio Teixeira do Espírito Santo em 1884.

O arquiteto considera a Casa dos Pioneiros um exemplar do modelo de construção do início do século:

[...] As residências por nós analisadas, os exemplares geminadas de número 2-63 e 2-65 da Rua Araújo Leite, embora sem que possamos datá-los precisamente, foram erguidos dentro das características acima enunciadas, casas simples de porta e janela, cobertas com telhas capa e canal artesanais, sobre estruturas de madeira simplificada apoiada diretamente sobre as paredes. Observa-se ainda o “puxado” ao fundo fazendo a extensão e talvez ampliação das residências (Proc. 18.029/1996, fl. 10).

\*\*\*

Considerando a ocupação majoritária do entorno da Rua Araújo Leite por propriedades rurais, é razoável supor que aquele ponto se tornaria uma área de trocas comerciais em potencial. Bauru estava no último ponto de ocupação urbana da Província de São Paulo. Dali em diante, os carregadores partiriam até o Mato Grosso, um território ainda não ocupado e explorado. Pallotta costuma dizer aos seus alunos que, naquele tempo, Bauru era uma espécie de ponto de encontro entre a “civilização” e a “barbárie”. No entanto, isso não significa conceituar os habitantes mato-grossenses como criaturas animais. A compreensão da dicotomia passa muito mais pela ocupação territorial urbana de cada lugar do que por qualquer outra questão e, no começo do século, o desenvolvimento de São Paulo estava mais consolidado do que o território do seu vizinho. O Mato Grosso ainda não havia sido explorado e nem todos reuniam condições para habitar aquelas bandas.

Enquanto isso, os que ficavam pelas vilas de sertão careciam de infraestrutura urbana. Essa situação não era inédita para aqueles primeiros moradores de Bauru. Eles mesmos passaram por situação parecida, já que a maioria vinha de Minas Gerais onde os serviços urbanos eram bastante precários. Em Bauru, serviços de água e esgoto, telefonia e iluminação inexistiam até o início do século XX, de acordo com POSSAS (1993, p. 15). Outro fato que contribuía para o desenvolvimento rudimentar da cidade era a predominância do modo de vida agrário, sobretudo pelo cultivo de café. As primeiras casas de comércio só se instalaram em Bauru a partir da vinda das ferrovias, quando a demanda por serviços tornou-se ainda mais urgente haja vista que o entroncamento ferroviário traria uma leva substancial de forasteiros, bem maior do que na primeira fase de ocupação da cidade.

Com condições tão desfavoráveis assim, as construções residenciais da virada de século acabaram adotando uma arquitetura menos elaborada e refletiam, de certa forma, uma época em que o dinheiro escasseava e o essencial era ter um pedaço de terra (por menor que fosse) e estabelecer moradias simples, precárias mas, ainda assim, moradias.



Casas geminadas. Na foto de baixo é possível observar o destelhamento da beirada do imóvel (Bauru, 1996). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

Mesmo em casas tão humildes era possível realizar melhorias. Na época da abertura do processo de tombamento das Casas Geminadas, em junho de 1996, viam-se duas formas de acabamento que davam uma inesperada forma de beleza a sua fachada frontal.

No alto e em posição horizontal, havia uma cimalha (moldura que se localiza de forma saliente e contínua à fachada) que, esteticamente, funcionava como arremate para as paredes externas e servia como um complemento ao beiral da casa. A função prática dessa cimalha era ajudar a jogar as águas da chuva, que caíam sobre o telhado da casa, para a calçada.

Outro arremate na Casa dos Pioneiros era um cunhal que se localizava em posição vertical, na junção das fachadas frontal e lateral da casa (lado esquerdo de quem estiver de frente com a construção). O cunhal servia como uma espécie de amarração das duas fachadas principais. A edificação foi levantada por meio do sistema de alvenaria autoportante, onde as paredes não apenas têm função de vedação, mas também sustentam o telhado da casa, sem o uso de colunas de concreto armado.

Em relação a isso, é bom ponderar que, atualmente, por questões de segurança, esse sistema somente deve ser implantado se forem utilizados blocos no levantamento das paredes. A construção das casas geminadas apresenta paredes compostas por tijolinhos maciços, de tamanho menor do que os blocos de concreto (ou até mesmo os tijolos baianos), tornando o imóvel estruturalmente vulnerável. No entanto, mais de cem anos depois da sua edificação, a Casa dos Pioneiros ainda insiste em ficar de pé.

A respeito do tipo precário de arquitetura, Ghirardello traça um paralelo entre Bauru e as cidades mineiras, origem da maioria dos primeiros habitantes da cidade:

[...] a presença mineira é clara em vários aspectos da vida cotidiana dos primeiros anos da cidade de Bauru, inclusive no fazer arquitetônico típico de Minas. As condições aqui encontradas são semelhantes às de lá, como ausência de infraestrutura e de mão-de-obra sofisticada. Isto faz que os embriões das cidades criadas pelos mineiros tipologicamente se assemelhassem aos povoados das Gerais (Proc. 18.029/1996, fl. 10).

Outro fato interessante sobre a Casa é o tamanho e formato do seu lote:

[...] embora a arquitetura vernacular seja transplantada para cá, como é o caso também da nossa antiga capela de taipa de pilão, ela será implantada, especialmente a arquitetura doméstica, num tipo diverso de lote, mais largo e menos profundo, datado de 22 x 44 metros, típicas dos finais do século XIX. Essas antigas moradias ficarão quase que “perdidas” num lote de grande testada, procurarão um dos seus limites laterais, além do frontal, para sua implantação como é o caso dos exemplares analisados, deixando o resto do terreno para outras construções ou futuro desdobro (Processo 18.029/1996, fl. 10).

Isso significa que o lote não estava restrito apenas aos imóveis geminados. Pode-se perceber a concepção desse lote pela disposição atual das casas: no lado esquerdo baixo das casas geminadas de números 2-63 e 2-65 há uma residência de número 2-55, de arquitetura bem mais recente do que a das casas tombadas. Essas três edificações faziam parte do mesmo lote. No começo do século, esse espaço foi determinado para a construção das moradias dos pioneiros de Bauru. A casa nº 2-55 seria levantada muito tempo depois.

### **O tombamento da casa que não caiu**

A idéia de tornar as Casas Geminadas um patrimônio histórico-cultural da cidade de Bauru apareceu como proposta ainda no começo das atividades do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC). Em 1996, quando se iniciaram as primeiras reuniões do órgão municipal responsável pelo tombamento histórico, foi listada uma série de móveis e imóveis que teriam importância histórica, arquitetônica e/ou cultural para a memória da cidade. A consideração para o tombamento da singela casa localizada na Rua Araújo Leite se deve ao fato de ser a única edificação erguida nos tempos de fundação de Bauru que ainda não caiu ou foi demolida.

Em junho de 1996, os proprietários da casa, todos eles herdeiros do imigrante espanhol Ricardo Baro, receberam a notificação da abertura do processo de tombamento do imóvel localizado nos números 2-63 e 2-65. Em parecer do estado físico, contido nos autos do processo, é citado que, “considerando a idade, o imóvel

está relativamente bem conservado à exceção dos caixilhos frontais que precisam de conservação” (Proc. 18029/96, fl. 13).

Se recomendava a reforma geral da edificação e sua restauração interna. A intenção do Conselho ao tombar a construção era instalar naquele local uma espécie de marco em homenagem aos pioneiros na ocupação do município. Ali ficaria a “Casa do Pioneiro”. Para isso, surgiu então a necessidade de remontagem dos interiores da casa de modo que o seu espaço remetesse a uma composição semelhante à que tinha no início do século XX. Também era vital reforçar suas estruturas físicas, já que o imóvel tinha idade avançada e aspecto bem degradado.

A relevância histórica da Casa dos Pioneiros é relacionada aos primeiros tempos de fundação do povoado de Bauru e, em seguida, ao início de sua jornada como município. A estrada na qual a casa foi instalada era um caminho usado por lavradores, vaqueiros e mascates para transportar produção agrícola, animais e mercadorias. O ponto final dessas viagens costumava ser o Mato Grosso, mas, eventualmente, o povoado de Bauru também era um ponto de trocas comerciais.

Com a vinda das ferrovias, essa área ficou um tanto abandonada, uma vez que o ponto mais glamoroso de Bauru se direcionou para o corredor da Rua Batista de Carvalho, com seus estabelecimentos comerciais, hotéis e, claro, suas estações ferroviárias. A região próxima ao Rio Bauru só recuperou um pouco da sua relevância na década de 80, com a construção do Terminal Rodoviário.

Nilson Ghirardello ressalta a importância da Rua Araújo Leite, que se tornou um ponto nobre da cidade, a partir do arruamento do antigo patrimônio de São Sebastião de Bauru, feito em 1888, até a chegada dos trilhos: “cresce o número de construções nessa rua, bem como na sua paralela, a Rua Antônio Alves, como pode ser observado naquela considerada a primeira foto da cidade de Bauru” (Proc. 18.029/1996, fl. 9).

O fato de ser o imóvel mais antigo da cidade ainda em pé, além da sua correspondência com os anos de fundação de Bauru, tornou-se componente determinante para levar adiante a idéia de preservá-la. O CODEPAC votou e aprovou de forma unânime o tombamento em reunião ordinária, realizada em 5 de setembro de 1996. José Dias Sabio, um dos proprietários da casa, recebeu a notificação cinco dias depois.

\*\*\*



Para a execução dos passos seguintes, no sentido de instalar a “Casa do Pioneiro”, a Prefeitura tinha que desapropriar o imóvel. Para isso, era preciso publicar um decreto definindo que a casa trata-se de um “imóvel de utilidade pública”. Só assim se tornaria possível comprá-la por meio de verba pública municipal.

Porém, antes da prefeitura emitir essas ações, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos (SNJ) emite um comunicado, em 21 de janeiro de 1997, solicitando que todos os processos de tombamento fossem revistos alegando que alguns tombamentos estariam sendo decretados por motivação política, deixando de lado aspectos referentes à natureza histórica, arquitetônica e cultural. Nilson Ghirardello, presidente do CODEPAC na época, negou essa hipótese em carta enviada ao prefeito. Ele salienta que o Conselho não levava em conta a política para efetivar a preservação e sim a importância de cada patrimônio para a memória coletiva bauruense.

No início de 1997, houve uma troca de comando na prefeitura de Bauru: saía Antônio Tidei de Lima e retornava Antônio Izzo Filho para seu segundo mandato como prefeito. Izzo supôs não ser necessário o funcionamento do CODEPAC e suspendeu as atividades do Conselho. Antes da parada, todos os tombamentos já realizados tiveram de ser revistos. No momento da interrupção, todos os processos foram suspensos. Os trabalhos do órgão só seriam retomados em meados de 1999, já na gestão de Nilson Costa.

\*\*\*

O processo de tombamento da Casa só seria reativado em março de 2001. No dia 16, é publicado o resultado de parecer técnico realizado pela Secretaria de da Prefeitura de Bauru. É recomendada a preservação, em conjunto e volumetria, das fachadas frontal e lateral (vizinha à casa de nº 2-55) e da inclinação da cobertura (telhado). Isso significaria, por exemplo, a troca das telhas de amianto, colocadas durante os anos de hiato no processo, por telhas de barro, usadas na construção original. Mais uma vez, é pedida a restauração do interior e a reforma geral de toda a edificação.

No dia 23 de março, o prefeito Nilson Costa é comunicado pelo CODEPAC a respeito da sua intenção de desapropriar o imóvel para criar a “Casa do Pioneiro”. Baixar um decreto considerando a antiga edificação como “imóvel de utilidade pública” e entrar em contato com os proprietários para indenização eram as etapas

seguintes para o Executivo efetuar a compra das casas geminadas. Quanto à conclusão do tombamento, era necessário fazer o levantamento histórico de propriedade – onde são catalogadas todas as certidões de registro imobiliário e títulos de propriedade referentes à casa (quem são, atualmente, e quem foram, no passado, seus donos) – e também a medição e avaliação financeira do imóvel.

Enquanto isso, o imóvel ia se deteriorando. Fotos tiradas em agosto de 2001 demonstravam a urgência de uma reforma geral da casa. Revestimento, cobertura, caixilhos e pintura precisavam de retoques. Outro laudo publicado em 03 de abril de 2002 alertava novamente para a degradação das casas geminadas. O reboque desprendia dos tijolos e se aconselhava a substituição dos caixilhos de madeira nas portas e nas janelas (fato já ventilado na primeira visita à casa em 1996). Para o tombamento volumétrico e conjuntural, deveria ser providenciada a sua recuperação interna para que seu interior retornasse a nuances semelhantes às de uma casa do começo do século XX.

\*\*\*

Nessa altura, era bem menos difícil para a prefeitura tomar a Casa do que comprá-la. Contatar todos os proprietários seria uma árdua tarefa. Nem todos moram em Bauru e realizar um acordo para pagar a indenização, referente à desapropriação, exigiria unanimidade de concordância de todos, algo difícil de ser conseguido.

Para concretizar a transação, foi expedido pelo prefeito o Decreto nº 9446, em 21 de maio de 2003, no qual se considera “imóvel de utilidade pública” as casas localizadas na quadra 2 da Rua Araújo Leite.

Segundo o artigo nº 10 do Decreto 3665/41, publicado pela Presidência da República, sobre desapropriações por utilidade pública, “a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará”. Isso significa que, em cinco anos, a prefeitura de Bauru teria que concluir a desapropriação das casas geminadas, seja entrando em acordo amigável com todos os proprietários, seja tentando a desapropriação por via judicial.

A já mencionada dificuldade para encontrar todos os donos da casa e o aperto financeiro da prefeitura atrasou o processo de compra do imóvel. Assim, o Decreto nº 9446 caducou em maio de 2008 sem que fosse efetuada a desapropriação. Logo, foi necessário expedir um novo decreto, mas isso só poderia

ser oficializado um ano depois do encerramento do prazo de cinco anos estipulado anteriormente para desapropriação, o que aconteceria em 21 de maio de 2009. Essa etapa ficou estagnada por um tempo; enquanto isso, outros fatos acerca da casa foram se desenrolando.

\*\*\*

De acordo com a matrícula do imóvel, atualizada em fevereiro de 2003, os proprietários das casas geminadas com direito à indenização eram, seguida da porcentagem de posse (em ordem decrescente) os seguintes:

- Maria Tereza Baro Dias, casada com José Dias Sabio – 54,32%;
- Espólio de Sinforiano Baro – 22,22%;
- Encarnação José Jacob, casada com José Jacob Abelhar – 11,11%;
- Luiz Carlos Pagani, casado com Erondina Garcia Pagani – 8,33%;
- Alcides Gonçalves Baro e Zaira Gardim Baro – 2,77%;
- Antônio Gonçalves Baro, casado com Ana Toloí Gonçalves – 1,23%.

Dentre todos os proprietários, apenas dois possuíam outros imóveis além das Casas Geminadas: José Jacob Abelhar e Luiz Carlos Pagani. Em medição feita em 3 de abril de 2002, considerou-se para o tombamento o seguinte desenho: 7,5 metros de frente e fundos e 44 metros de lateral, totalizando uma área de terreno de 330 m<sup>2</sup>. O primeiro valor ventilado para a indenização era de R\$ 23.100,00; desse valor seria descontado o valor percentual de direito a cada proprietário da residência. A avaliação monetária precisou ser refeita em meados de 2011, quando a desapropriação do imóvel efetivamente ocorreu.

Publicou-se o novo decreto de tombamento definitivo das Casas Geminadas em 31 de março de 2005, quase dez anos depois do tombamento de 1996 (que fora suspenso). Nada novo em relação às recomendações anteriores: o imóvel deveria ter preservadas as suas fachadas frontal e lateral e a inclinação de sua cobertura; se alertou novamente sobre a situação da construção, que precisava de urgente reforma. Em um segundo momento, deveria ser providenciado a restauração interna da residência.

## **Um imóvel quase em ruínas**

Em todos os anos em que correram os processos relacionados às Casas Geminadas, o imóvel não recebeu quase nenhum reparo nas suas estruturas – exceção da troca das telhas coloniais por cobertura de amianto. Por se tratar de uma construção simples e bastante antiga, era natural que a condição física das casas decaísse.

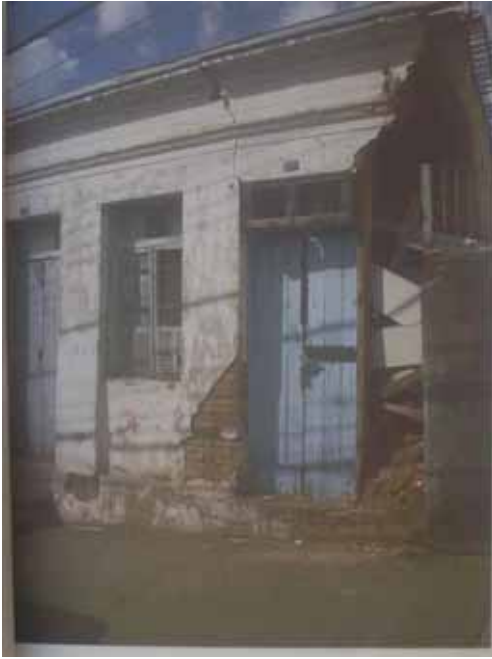
Essa falta de manutenção atingiu um ponto preocupante em fevereiro de 2006. Fotos tiradas da casa, e que estão anexadas ao processo nº 9373/2001, atentavam para a piora da sua estrutura; uma das imagens mostrava uma das paredes da residência parcialmente destruída por soterramento e pela ação das chuvas.

Estudo feito por alunos do curso de Arquitetura da Unesp (câmpus de Bauru) elencava vários problemas na edificação: telhado descoberto em alguns pontos (sobretudo no beiral), fissuras na parede ameaçando a sua estrutura, caixilharia bem danificada, assim como o “puxado” construído na parte dos fundos – que continha uma altura menor do que a do restante da casa, resultando em um pé-direito (distância entre o chão e a parte inferior do teto) menor que o da parte da frente.

Uma notificação aos proprietários, em 13 de novembro de 2007, advertia-os sobre a má conservação da residência. O autor da carta foi o historiador Henrique Perazzi de Aquino, presidente do CODEPAC entre 2005 e 2008 – e membro do Conselho até 2012. Em justificativa enviada no dia 30, Maria Tereza Baro Dias, uma das proprietárias, afirma “não ter condições financeiras e nem físicas para cuidar da casa” (Proc. 9373/2001, fls. 71-72). Todos os donos eram aposentados, já não tinham muitas posses e nem a disposição física necessária para cuidar do assunto. Restaurar uma casa do início do século passado de modo satisfatório não seria tarefa das mais fáceis.

O tempo de cinco anos para conclusão do processo de desapropriação do imóvel, a partir do decreto de utilidade pública expedido em maio de 2003, também havia expirado. Para se fazer um novo decreto, seria necessário aguardar um ano, até o encerramento do decreto anterior. Enquanto isso, a Prefeitura queria adiantar algumas etapas referentes ao novo decreto e, até mesmo, à desapropriação da antiga habitação. O Executivo Municipal listou uma série de medidas para antecipar o já atrasado processo de compra das Casas Geminadas, dentre elas:





Fotos do imóvel em fevereiro de 2006. Destelhamento, caixilharia degradada e desprendimento das paredes. Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

- Pedido à Secretaria de Negócios Jurídicos para preparar a secretaria na qual estariam submetidos os trabalhos em relação ao imóvel: pelo fato de haver a intenção em instalar um empreendimento de natureza cultural e pela casa ser tombada, a pasta da Cultura foi a designada para cuidar dos assuntos daquele imóvel após a conclusão da desapropriação;
- Avaliação da construção: quem faria isso seria a Secretaria de Planejamento. Vale lembrar que isso já tinha sido feito na época do primeiro decreto relacionado à possível compra do imóvel. Era necessário juntar a matrícula atualizada da casa com seu valor e histórico de proprietários;
- Fazer o prévio empenho do valor fixado para desapropriação (esta última tarefa é designada à Secretaria de Finanças);
- Tentativa de acordo amigável, administrativo, de desapropriação com os proprietários e formalização de acordo, se fosse o caso;
- Publicação do decreto de “imóvel de utilidade pública” (que só poderia ser feita a partir de 21 de maio de 2009);
- Lavratura das escrituras;
- Registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Todas as medidas foram solicitadas em 14 de abril de 2009 pelo diretor do Departamento de Procuradoria Geral na época, Maurício Pontes Porto. O prefeito Rodrigo Agostinho orientou que seu Chefe de Gabinete acompanhasse pessoalmente a condução do processo que deveria ser concluído com urgência; as razões disso eram os pedidos de vistoria do imóvel e o alerta dado pela Polícia Militar a respeito do iminente risco de desmoronamento da casa.

### **“Esconderijo de ladrões”: as queixas dos vizinhos... e uma da Polícia**

Em janeiro de 2009, Antônio Cristiano Moreira de Oliveira, vizinho da casa tombada, escreve para o CODEPAC pedindo uma vistoria no imóvel que, segundo ele, estava “prestes a cair” e havia se tornado um “esconderijo de ladrões” (Proc.

18.029/1996, fl. 3). A vistoria, realizada no dia 12 pelo engenheiro Ricardo Thadeu Coelho, enumera os problemas da casa:

[...] trinca de grandes proporções em paredes internas e laterais externas, vigas e caibros de madeira de sustentação da cobertura em péssimo estado, cobertura com destelhamento em vários locais, assoalhos, assim como forros de madeira em estado precário com risco de queda, esquadrias internas e externas de madeira danificadas, e a parede frontal rente ao alinhamento parcialmente desmoronada, com risco de desabamento da mesma. Segundo informações da esposa do requerente, há aproximadamente 3 meses, houve um destelhamento com quedas de telhas em seu quintal, e que no imóvel em questão são vistos frequentemente pessoas no seu interior (Proc. 18.029/1996, fl. 4).

A Polícia Militar entrou na história em agosto de 2010. No dia 17, chegaram reclamações até a PM de um imóvel abandonado prestes a ruir. Os policiais foram informados que a prefeitura havia tombado a casa e, portanto, sabiam dos riscos. É solicitado ao Poder Executivo tomar providências quanto ao assunto.

Finalmente, em 21 de janeiro de 2011, é baixado o Decreto nº 11451 pelo qual as casas de número 2-63 e 2-65 são consideradas “de utilidade pública”. Isso significava que, além de ser viabilizada a liberação de verba para indenização aos proprietários, poderiam ser, finalmente, reformadas e restauradas pelo município.

Depois disso, houve rapidamente a liberação do dinheiro. Em 03 de fevereiro de 2011, a Secretaria de Finanças solicita a emissão de empenho [“ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” (Art. 58 da Lei 4.320/64)] no qual fixa o valor de R\$ 50.625,38 para desapropriação da casa, segundo laudo técnico realizado no imóvel. Ainda é expedida uma emissão de R\$ 2.450,00 referentes à honorários periciais. No total, as duas emissões, (que resultam na soma de R\$ 53.075,38), são pagas em 2 de maio de 2011.

Um segundo laudo, feito pelo engenheiro Cláudio Vidrih Ferreira (Proc. 0196/2011, fls. 62-78), contestou o valor de desapropriação. No estudo, é considerada a quantia de R\$ 75.900,00 como o verdadeiro valor de indenização aos proprietários da casa.



Entre as razões para a estipulação desse novo valor destacam-se: a boa localização do imóvel - Rua Araújo Leite, próximo às avenidas Nações Unidas e Nuno de Assis (perto do Terminal Rodoviário) –, a infraestrutura urbana já implantada e a existência de uma densa vizinhança. Por outro lado, foi salientado o acesso difícil e o estado de completo abandono da moradia. Para elaborar essa avaliação, Vidrih se baseou na comparação com imóveis similares às construções analisadas, na localização, nas dimensões do terreno e, finalmente, no fator de mercado - onde se considera a demanda e outras variantes que influenciam na modificação desse índice.

O fato é que a Secretaria de Planejamento concordou com esse valor e ordenou que fosse efetuada outra emissão de empenho com a quantia restante que precisava ser liquidada. Algo que a Secretaria de Finanças concretizou em 14 de julho de 2011, fixando o valor de R\$ 25.724,62 para ser pago aos proprietários como complemento da indenização. A operação é concluída no dia 20 e, dois dias depois, é expedido o mandado de imissão de posse (entrada de quem compra o imóvel e desocupação imediata de quem por ali estava, ou seja, quando a prefeitura literalmente “instala-se” na casa). Não se pode dizer que houve despejo de pessoas, uma vez que a moradia estava abandonada.

### **Restauração ou reforma? O que fazer com a casa?**

A situação do imóvel ainda continua bem crítica. Apesar da Secretaria de Cultura ter assumido o comando da casa – inclusive colocando uma placa e algumas escoras nas partes mais ameaçadas de cair –, não há a perspectiva de quando as obras nas Casas Geminadas irão, de fato, começar. Quando estava tirando fotos de detalhes da residência, entre alguns que passavam de carro gritando (“Que coisa feia”), um senhor do outro lado da rua me perguntou:

- Vai reformar?

Depois que expliquei o que eu estava fazendo, ele se apresentou. Há 35 anos, Jerônimo Pernambucano possui um salão de cabelereiro que funciona em frente à casa tombada pelo patrimônio público. Ele conta que, antigamente, um maquinista pagava aluguel e morava na casinha. Foi o último registro de pessoa que

ocupou a depauperada residência. Das mais antigas de Bauru, a única que ainda se mantém em pé.

O cabelereiro sabe da intenção da prefeitura de construir alguma coisa de natureza cultural. Só não sabe quando isso vai acontecer. O que ele testemunha frequentemente é a presença de andarilhos que ocupam a casa. “Tem muita gente que dorme aí. Uma das madeiras [de sustentação de uma das paredes] foi retirada”.

No entorno da edificação, há muita sujeira realmente. Mas isso é o de menos: rachaduras em uma das paredes internas, reboco descascado, caixilharia deteriorada, telhas desprendidas, uma viga escorando o lado direito da casa... Essa é a situação das residências geminadas. Se alguém dorme nesse local, precisa ser deveras corajoso, pois o risco de desabamento é permanente.

O vizinho da parte de cima aproveitou para fortificar a sua residência. Arame farpado e câmeras fazem parte do aparato dispensado para tentar conseguir algum tipo de segurança. Não se sabe se a medida foi tomada por causa dos “hóspedes” das Casas Geminadas. Provavelmente, quando a noite cai, o lugar deve ficar mais perigoso.

\*\*\*

Em junho de 2011, pouco antes de ser concluída a desapropriação da casa, a Secretaria da Cultura, órgão pelo qual o imóvel seria tutelado, solicitava providências urgentes à Defesa Civil e à Secretaria Municipal de Obras quanto a ações para evitar o desmoronamento da edificação. Jornais e emissoras de TV de Bauru já fizeram reportagens registrando a situação da envelhecida construção.

O historiador Fábio Pallotta, membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC), diz que não há consenso entre os conselheiros sobre qual seria a melhor solução para o imóvel: restaurar ou reformar. E ele tem uma posição clara sobre isso. “Algumas pessoas da prefeitura querem só fazer uma reforma, uma coisa *fake* (“a gente levanta ela, dá um tapa pra ela ficar bonitinha e coloca uma bela plaquinha”), outras querem uma restauração, indicando onde houve intervenção, onde desmoronou e onde foi reconstruído. Com um patrimônio importante desse, você não pode fazer uma reforma, tem que fazer uma restauração”.



Fachadas frontal e lateral do imóvel (Bauru, outubro de 2014).

Crédito: Acervo do autor

Sobre a hipótese de transformar a casa em um espaço cultural, idéia levantada durante os estudos de tombamento, Pallotta é favorável. “A restauração, e não a reforma, tem que ser feita nesse sentido”, diz. Para ele, a possibilidade de tornar o imóvel um ponto de celebração do pioneiro de Bauru é uma ótima oportunidade para mostrar que a história de Bauru não se resume apenas à pujança da ferrovia e do crescimento econômico.

\*\*\*

Apesar de estar ciente dos planos da prefeitura, Jerônimo entende que o poder público poderia optar por dar outro uso para a humilde casa: “Deviam reformar e colocar alguém para morar aí. O aluguel hoje é caro”. Ele diz que as condições do imóvel começaram a piorar há cinco anos, porém, de acordo com documentos disponíveis no Museu Histórico de Bauru, já havia informações da péssima condição da edificação desde fevereiro de 2006 (Proc. 9.373/2001, fl. 58). Portanto, há mais de oito anos.

Jerônimo teme que ocorram acidentes em virtude da má condição física da casa. “É perigoso uma telha soltar e acertar alguém”, observa. Pensando nisso, a prefeitura proibiu o estacionamento em toda a quadra onde se localiza o imóvel, tentando prevenir incidentes com queda de entulhos ou trepidações que possam causar abalo na estrutura da construção. No entanto, enquanto eu e Jerônimo conversávamos, um furgão ficou parado a alguns metros acima da casa. Ficou lá por cerca de cinco minutos e depois foi embora. Realmente, o risco de desabamento é constante.









Registro das Casas Geminadas em outubro de 2014. Atenção para o descascamento do reboco, destelhamento e a abertura feita por andarilhos para se instalarem ali. Crédito: Acervo do autor

## **Parte II: Os trilhos do trem**



## **TRENS DESEMBARCAM EM BAURU: UMA NOVA CIDADE SURGE**

A chegada das Estradas de Ferro Sorocabana e Paulista e, principalmente, a construção da E. F. Noroeste do Brasil (N.O.B.) trouxeram um novo *status* urbano a Bauru. A demanda por infraestrutura urbana, antes já considerada insuficiente, torna-se ainda mais urgente considerando-se a leva gigantesca de pessoas que iriam passar ou ficar em terras bauruenses, a partir de então, marcadas por um importante entroncamento ferroviário.

Mais adiante apresentaremos dois imóveis tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC) que trazem uma boa dimensão do desenvolvimento da cidade, a partir da sua fase ferroviária: o Hotel Cariani e a Casa Lusitana. Isso porque a chegada das ferrovias tornou premente o estabelecimento de uma rede de serviços que atendessem a população crescente e também os visitantes do município. Nesse cenário, dois setores se beneficiam: o comércio e a hotelaria.

É fácil supor que um esboço de rede hoteleira se implantaria na região próxima aos trilhos; os viajantes chegavam e, sem residência fixa, eram obrigados a se hospedar em algum lugar criando uma demanda propícia para o aparecimento de hotéis perto da ferrovia. Até 1935, ano de construção da sede da Estação da N.O.B. nas proximidades da Praça Machado de Mello, uma porção de hotéis e pensões foram construídos naquela região. O terceiro mais antigo deles é justamente o Hotel Cariani, levantado em 1921. Mas antes de escrever sobre ele (e a Casa Lusitana também), é necessário saber em que condições e contexto as ferrovias chegaram a Bauru.

Conforme mencionado no capítulo inicial, Bauru emancipou-se do município de Espírito Santo de Fortaleza em 7 de janeiro de 1896 – decisão confirmada em 1º de agosto do mesmo ano, data oficial de fundação do município. Para apontar um fato que talvez tenha sido catalisador para desencadear esses episódios – que vão desde o estabelecimento da Comarca de Paz, no antigo povoado de Bauru, até a mudança da sede municipal –, é preciso lembrar o dia 24 de junho de 1889, data de fundação da Ordem dos Maçons de Bauru. POSSAS (1993, p.11) pontua o início da maçonaria em Bauru como uma espécie de embrião para o surgimento do diretório municipal do Partido Republicano Paulista (PRP), cinco anos mais tarde, em 4 de novembro de 1894. Esses dois atos demonstram que já existia no município um

pequeno grupo de pessoas com considerável aporte político e financeiro. Em geral, era composto de fazendeiros da cultura cafeeira que viviam em propriedades próximas ao centro da cidade e de famílias que vieram a Bauru e se estabeleceram como comerciantes.

A emancipação não tornou Bauru imediatamente um lugar com vocação urbana. As fazendas ainda tinham o domínio econômico e, sobretudo, demográfico. Em levantamento populacional realizado em 1896, Bauru reunia 8.376 habitantes (0,6% do estado de São Paulo). No entanto, apenas 600 habitavam a zona urbana propriamente dita; o restante se espalhava pelas terras cafeeiras. A fazenda Val de Palmas, por exemplo, tinha uma população de 2 mil habitantes, composta por famílias de empregados que se estabeleciam em colônias, habitações dentro dos limites da fazenda, que produziu até 1971. O poderio econômico agrário em Bauru também era considerável: a Val de Palmas chegou a ter três milhões de pés de café e tinha um limite territorial gigantesco, como já reportado no primeiro capítulo deste livro, ficando a 12 quilômetros distante do centro de Bauru e a cerca de 7 da cidade de Uru.

Em 18 de outubro de 1904, o presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves baixa o Decreto nº 5349, aprovando o projeto da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil. Fica decidido que os trilhos seriam construídos a partir da cidade de Bauru. A empresa francesa Général de Cheims de Fer et de Travaux Publics assentou os primeiros 100 quilômetros de trilhos. Apesar de ser o ponto inicial da via ferroviária, construir a partir de Bauru não era a primeira opção dos construtores.

Paulo Henrique Leite Pereira, o PH, que cuida do acervo do Museu Ferroviário de Bauru (localizado ao lado da sede da Noroeste), conta que os franceses bateram às portas de outras cidades da região com a proposta de construção da ferrovia. Segundo PH, os acordos não avançaram pelo fato de algumas cidades solicitarem a participação de pessoal “conhecido” na obra. É só trocar a palavra “conhecido” por “decente”, depois substituir essa palavra pela expressão “gente do nosso quintal” e se terá uma noção do por que a construção da Estrada de Ferro não ocorreu em outro lugar. Em Jaú, os franceses realizaram tratativas para levarem a ferrovia. A negociação não teve êxito. Os dirigentes jauenses não aceitaram a idéia da vinda de pessoas “de fora”, sem nenhum contato com os “bons costumes” da Jaú do começo de século XX. Desse modo, os

franceses procuraram novos ares. É verdade também que Jaú já tinha uma estrada de ferro passando pelo seu território desde 1887: os trilhos que pertenciam à Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A Paulista instala-se em Bauru no ano de 1910.

A primeira ferrovia a desembocar em limites bauruenses foi a Sorocabana, em 1905. Bauru era o ponto final de um ramal da ferrovia que se iniciava em Botucatu. Invertendo-se o caminho (como se Bauru fosse o ponto inicial da Sorocabana), era possível realizar baldeações desembarcando, no lado oeste, até Presidente Epitácio (às margens do Rio Paraná), e no lado leste, até São Paulo e litoral; ou então parar em algumas das cidades nas quais havia estações.

A chegada da Sorocabana e a assinatura do decreto que permitia o início da construção da Noroeste do Brasil eram a chance de se estabelecer, de vez, Bauru como a principal cidade da região, uma vez que, além de se constituir em um entroncamento ferroviário, também teria o controle da expansão dos trens até o Mato Grosso.

A resistência de setores conservadores, ocorrida em outras cidades, inexistiu em Bauru. A cidade era mais nova e ainda estava acostumada com a fase de ocupação do povoado, iniciada em 1850, quando vários “forasteiros” chegaram à cidade e fixaram residência.

Na primeira fase da ocupação, a cidade se desenvolvia em um eixo norte/sul cujo ponto inicial era a rua Araújo Leite, nas bordas do Rio Bauru – região denominada, a partir dos anos 30, de Baixada do Silvino (em homenagem a Silvino Ferreira, comerciante português que abriu uma série de negócios naquele local, com destaque para um posto de gasolina).

A partir de julho de 1905, quando do início da construção do primeiro trecho da Noroeste, inaugurado em 29 de fevereiro de 1906 em uma faixa de 92 quilômetros que ia até Lauro Muller (atual cidade de Guarantã), um novo eixo de crescimento urbano começa a se deslocar na direção leste/oeste, acompanhando os trilhos da ferrovia.



Estação Sorocabana (Bauru, 1906). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Vista interna da Estação Central da Noroeste do Brasil (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

A expansão demográfica pedia um novo modelo de cidade e, de certa forma, a ferrovia, ao mesmo tempo em que se tornou um demandante, se transformou num catalisador, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito à implantação de serviços básicos que ainda não existiam. A Bauru dos cafeeiros ganha uma nova razão de existir: os trilhos do trem.

### **Uma nova infraestrutura para a antiga Bauru**

Depois da implantação da Sorocabana e da construção da Noroeste e com a posterior construção da ferrovia Paulista, Bauru, além de manter o setor agrário, começava a se estabelecer como um centro urbano de fato. Isso significaria oferecer uma gama de serviços que atenderia o contingente populacional e considerar, também, os visitantes que viriam à cidade em um número cada vez maior.

Para se entender como ocorreu esse processo, é necessário pontuar dois acontecimentos que se dão em Bauru quase que de forma concomitante: os conflitos entre indígenas e colonos e a chegada dos franceses:

### **Colonos vs. indígenas**

De acordo com estudos do jornalista Correia das Neves e do arquiteto Jurandyr Bueno Filho, há registros de ocupação territorial na região de Bauru a partir de 1737. Outra estatística feita pelo Brigadeiro Sá e Faria relata a presença de indígenas nas margens dos rios Tietê e Paraná desde 1773. Considerando-se ainda a presença dos bandeirantes que exploravam novas terras, pode-se imaginar o cenário propício para confrontos entre brancos e índios na futura Bauru, já durante o período colonial.

Em um primeiro momento, as tribos levavam notória vantagem sobre os colonos. Duas ocupavam os territórios citados: os guaranis e os kaingang. Esta última resistia mais às investidas e causou enormes perdas para os “estrangeiros”.

Nem o estabelecimento de um povoado, em 1888, e a posterior emancipação de Bauru, em 1896, cessaram as batalhas, apesar de, nessa época, os colonos já conseguirem reverter o quadro de desvantagem para os indígenas. Para conseguir

isso, os forasteiros recorriam a autoridades religiosas para catequizar os índios, estratégia já utilizada durante a colonização do Brasil, desde o século XVII.

\*\*\*

O recurso da catequização teve êxito com os guaranis. Já com os kaingangs, a coisa foi bem diferente. PH, guia do Museu Ferroviário de Bauru, conta um pouco sobre o episódio envolvendo o Monsenhor Claro Monteiro do Amaral, ou somente Monsenhor Claro. Segundo PH, o religioso veio para a região de vale do Rio Feio, próxima a Bauru, em 1901, a fim de catequizar os nativos, mas acabou sendo capturado e depois comido por eles.

Já Hélio Abranches Viotti, em seu artigo “No cinquentenário da morte de Monsenhor Claro Monteiro do Amaral” (publicado na Revista do Arquivo Municipal em julho de 1951), tem outra versão. Ele conta que, em maio de 1901, Monsenhor Claro descia o rio Feio junto com índios guaranis quando foi alvejado por flechas atiradas pelos kaingangs. Por outro lado, índios guaranis, testemunhas em processo criminal (resgatado por Viotti), afirmam que o religioso teria revidado a tiros. Também há escritos de jesuítas da época que relatam sobre a falta de confiança dos guaranis; eles inclusive especulavam sobre a chance dos nativos terem armado uma cilada para o religioso.

Outro método usado pelos brancos, bem mais ortodoxo, foi o extermínio propriamente dito por meio da ação de bugreiros, jagunços pagos por fazendeiros para matar índios. Em texto publicado no Jornal da Cidade em 15 de março de 2009, publicado pelo jornalista Rodrigo Ferrari, o historiador João Tidei de Lima afirma que os conflitos se intensificaram a partir de 1905, quando os matadores começaram a atuar também a mando da empresa responsável pela construção da Noroeste, chefiada pelo engenheiro Machado de Mello. Espécie de testa-de-ferro dos franceses, o engenheiro mediou o vínculo que tornou possível a vinda da N.O.B. para Bauru.

A intenção de fazer uma ofensiva que suplantasse de vez a resistência dos kaingangs tornou a luta desigual. Enquanto os índios se equipavam com arcos, flechas e tacapes, os bugreiros respondiam com pistolas, espingardas e fuzis. Fora isso, a ação ofensiva tinha a chancela dos jornais da época, da Câmara Municipal e da elite latifundiária, ávidos pela expectativa de desenvolvimento econômico que o novo tipo de transporte poderia trazer. Mesmo assim, os índios obtiveram algumas

conquistas; na calada da noite, conseguiam roubar facões e ferramentas de metal e danificar trilhos e estruturas construídas pelos operários da ferrovia.

Segundo relatos da imprensa do Rio de Janeiro na época, o pagamento dos jagunços estava diretamente relacionado à sua produção, ou seja, quanto mais nativos abatessem, mais dinheiro ganhavam. Como prova do seu trabalho, traziam partes de corpos dos kaingangs aos seus mandantes, com uma especial predileção pelas orelhas. O fato é que em 1908, os violentos embates começaram a ter repercussão internacional, colocando o país em uma situação delicada em decorrência do tratamento dispensado aos indígenas.

Mas, não apenas por armas o extermínio indígena acontecia. A matança também se dava de forma biológica. PH diz que os bugreiros envenenavam rios e plantações de milho e mandioca, fontes de banho/hidratação e alimentação dos nativos. Outro artifício utilizado diz respeito ao abandono de roupas e utensílios contaminados com os vírus da varíola e da gripe; como os índios não tinham resistência imunológica contra essas enfermidades, ao fazer uso desses objetos, adoeciam. E morriam. Resultado: a dizimação de um grande número de aldeias. Quando começa a rendição dos nativos, em 1912, a população kaingang no oeste paulista já se resumia a apenas 500 pessoas.

Em 1910, é fundado o Serviço de Proteção ao Índio [futuro Funai (Fundação Nacional do Índio)], órgão que tinha a responsabilidade de dar assistência aos indígenas brasileiros. Seu fundador? O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ele teve como principal mediadora, no contato com os nativos, a Índia Vanuíre, kaingang que veio do Paraná para auxiliar no término dos conflitos entre índios e brancos.

Em 1917, ano em que o Exército Brasileiro “pacificou” os indígenas paulistas, os kaingangs, que antes ocupavam a região formada pelos rios Paraná, Batalha, Tietê, Feio e do Peixe, estavam reduzidos a somente 200 pessoas, concentradas em dois aldeamentos localizados em Arco-íris (reserva indígena “Índia Vanuíre”) e Braúna (reserva indígena “Icatu”), municípios a 205 e 173 quilômetros de Bauru, respectivamente. Atualmente, o registro de indígenas mais próximos de Bauru é de um povoado da tribo Terena Kadivel – que também habitou massivamente o oeste paulista – em Avaré, a 123 quilômetros de terras bauruenses e a Terra Indígena Araribá, composta por aldeias que abrigam as etnias Guarani, Terena Kadivel e



Estação Central da N.O.B antes (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Estação da N.O.B atual (Bauru, maio de 2014). Crédito: Acervo do autor



Kaingang, que fica localizada em Avaí (a 40 quilômetros de Bauru). Na antiga “boca de sertão”, que virou município em 1896, não existe mais nativo algum.

### **Franceses transformam a vida urbana do habitante bauruense**

Enquanto as ferrovias continuavam a implantar seus trilhos pela região oeste de São Paulo – e os bugreiros conseguiam subjugar a população indígena -, a cidade assumiu uma perspectiva urbana. A implantação de uma rede de serviços que pudesse atender todas as pessoas que se encontravam naquele espaço era o passo seguinte.

As estradas de ferro da Companhia Paulista e da Sorocabana foram construídas por empreiteiras e parte dos trabalhadores vieram de território britânico. Por sua vez, os trilhos da Noroeste do Brasil, de acordo com GHIRARDELLO (2002, p. 37), tiveram a ajuda, por meio de equipamento e investimentos, vinda da França. A *Compagnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics* emprestou seus serviços e contratou, como seu representante no Brasil, o engenheiro Machado de Mello. Ele havia estudado na Bélgica e tinha uma boa relação com os construtores franceses. Tanto que se tornou o empreiteiro geral da obra, uma espécie de testa-de-ferro que mantinha os estrangeiros a par de todo o processo de construção da linha.

\*\*\*

O fato de Bauru ter uma obra ferroviária capitaneada pelos franceses (e não por ingleses, algo mais usual), trouxe várias particularidades no que tange ao oferecimento de serviços de infraestrutura à cidade. Sendo a ferrovia uma espécie de catalisador da urbanização de Bauru, os franceses fatalmente traziam a sua percepção de cidade ao Brasil e a aplicaram, na medida do possível, às localidades onde se fixaram.

PH explica que os operários da Noroeste tinham alguns benefícios referentes à área de assistência médica, planos de saúde e de odontologia, serviços também disponibilizados para os seus familiares.

O surgimento posterior de instituições de saúde especializadas em doenças de pele, como o Centrinho (Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP) e o Instituto Lauro de Souza Lima, tem um pouco a ver com o passado

histórico de Bauru: por ser uma região de mata fechada no passado, o município tornara-se um foco em potencial para a transmissão de enfermidades como a Hanseníase e a Leishmaniose (chamada também de Úlcera de Bauru); como “porta de saída” para o sertão paulista e, até aquele momento, o “final” de São Paulo, a cidade era o destino de leprosos e portadores de outras doenças epidérmicas graves. O grande contingente de “despejados”, aliado ao fato da região já ser, por si só, uma área de risco, criou uma demanda por centros médicos especializados nessa área.

Segundo PH, as primeiras escolas de Bauru foram trazidas pelos franceses. Vê-se esse legado, indiretamente, ao se perceber que a cidade é um espaço de concentração universitária (nada menos do que sete universidades têm câmpus em Bauru). Na parte cultural, PH acrescenta que o período de construção das ferrovias trouxe teatros, cinemas, casas noturnas e prostíbulos para a cidade: formas de diversão para os trabalhadores ferroviários.

Ele conta que as casas do meretrício funcionavam no centro de Bauru e tinham como freguesia maciça operários da Noroeste, fazendeiros e viajantes de outras cidades. Dentre essas casas, a de maior repercussão foi a Casa da Eny, casa de diversão onde personalidades nacionais e estrangeiras vinham “fazer uso” das mulheres que trabalhavam no estabelecimento.

As concepções de saúde, educação, cultura e vida privada ajudaram a construir socialmente a cidade. Os serviços oferecidos aos funcionários da ferrovia foram, de alguma forma, deixados de herança para o restante dos moradores da cidade. No entanto, isso não significa dizer que os franceses tinham “alma samaritana”. Longe disso: seguindo uma lógica empresarial, ao oferecer essa assistência, os construtores esperavam, como contrapartida, a execução de um bom trabalho já que, teoricamente, os operários já reuniam todas as condições necessárias para tal. Um “toma lá, dá cá”.

### **Novo século, novos serviços urbanos**

Apesar de Bauru tornar-se um município em 1896, alguns serviços vitais para a cidade só chegariam aos primeiros anos do século XX. Os primeiros registros de telefonia em Bauru são de 1908; por outro lado, a iluminação pública chega em



Estação da Noroeste. Detalhe para as janelas quebradas na parte superior do prédio (Bauru, maio de 2014). Crédito: Acervo do autor



Mendigos dormindo sob o teto da Estação em uma manhã de sábado (Bauru, maio de 2014). Crédito: Acervo do autor

1910, junto com os ramais da Paulista; enquanto que em 1912 são instaladas redes de água e esgoto ao longo da cidade. Os limites de Bauru ainda estavam restritos ao arruamento feito em 1888, que estabeleceu o Patrimônio de São Sebastião de Bauru. A partir da chegada de serviços vitais para o funcionamento de um espaço urbano, os comerciantes puderam começar a atuar de forma mais efetiva no sentido de abrir negócios que pudessem movimentar a economia da cidade.

Dois estabelecimentos, o Hotel Cariani e a Casa Lusitana, tombados pelo patrimônio público municipal, refletem, de alguma forma, a influência da ferrovia. Entretanto, só se tornaram viáveis a partir da instalação de serviços de infraestrutura urbana. A chegada da telefonia, de redes de água e esgoto e a distribuição de energia elétrica (ainda que fossem serviços instalados de forma embrionária) tornou possível o advento de novas modalidades econômicas para a região.

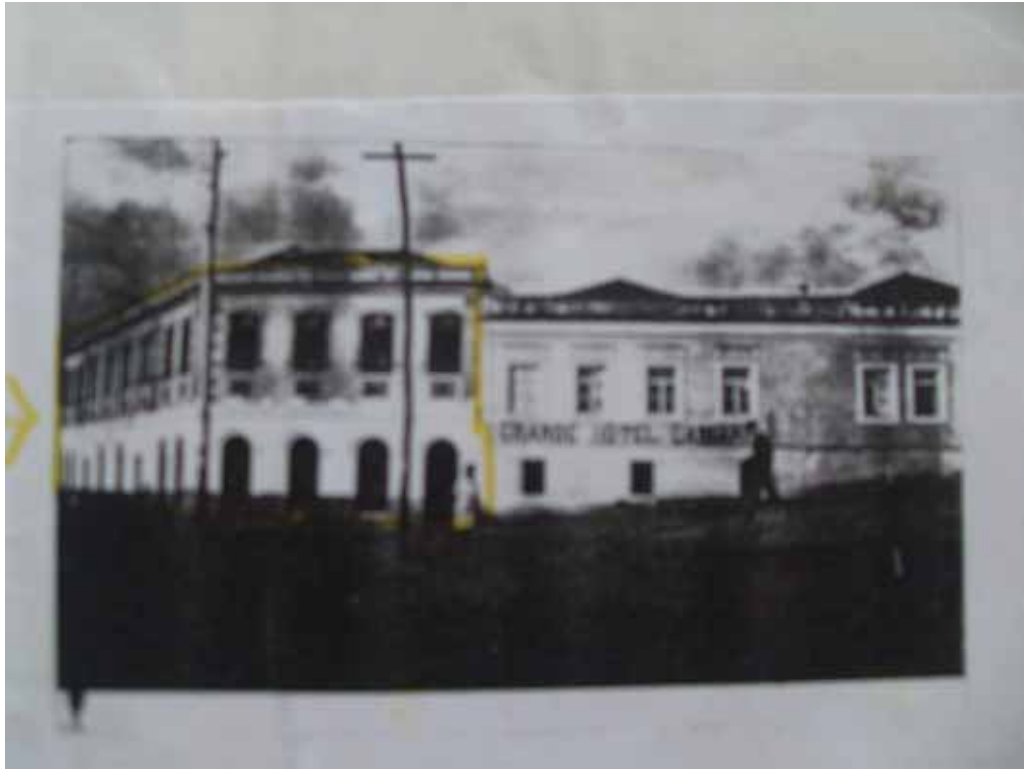
***HOTEL CARIANI: de abrigo de ferroviários a morada provisória de visitantes ilustres***

Conforme Bauru se estabelecia como importante entroncamento ferroviário, as lacunas referentes à hospedagem na cidade precisavam ser preenchidas. A instalação de hotéis, pousadas e pensões foi uma alternativa encontrada, sendo que a maioria desses estabelecimentos ficavam na região da Estação da Noroeste do Brasil (N.O.B).

Durante o período de construção das ferrovias, já havia uma especulação imobiliária causando aumentos nos preços dos aluguéis das residências. O aumento da população no município e a chegada de novos estabelecimentos de serviços, tais como armazéns, oficinas e hotéis, eram variáveis que provocavam a valorização dos imóveis. Um desses hotéis, o Hotel dos Viajantes, fundado por Caetano Cariani (imigrante vindo da cidade italiana de Ferrara, por volta de 1887), foi aberto em 1907. Segundo PAIVA (1977, p. 187), a hospedagem ficava localizada ao lado da construção da Noroeste e, conseqüentemente, transformou-se no abrigo de técnicos e engenheiros e em praça de alimentação de grupos de trabalhadores, todos envolvidos, de alguma forma, na construção dos trilhos em Bauru.

Anos mais tarde, em 1921, o Hotel dos Viajantes muda de nome, adotando a alcunha de seu fundador. Terceiro mais antigo a ser aberto em Bauru, o Hotel Cariani fica em uma das áreas mais nobres do centro antigo da cidade, próximo a Estação da Noroeste. As pessoas que saíam dos trens sem um lar para repousar inevitavelmente viam no Cariani a primeira opção de moradia provisória. Caixeiros-viajantes, artistas e políticos (entre eles o ex-presidente da República Washington Luís) foram alguns dos inúmeros hóspedes que se abrigavam no local.

Apropriando-se de traços da arquitetura eclética – estilo no qual há a mistura de elementos de várias escolas arquitetônicas (classicista, medieval, renascentista, barroco e neoclassicista) com a finalidade de construir uma linguagem arquitetônica inédita (e não um mero revivalismo) –, a construção do hotel combina o uso de molduras como arremate das extremidades da edificação, com detalhes decorativos nas suas três imponentes fachadas localizadas bem em frente à Praça Machado de Melo e à Estação da N.O.B.



Antigo Hotel Cariari (Bauru, data indefinida).  
Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

## **Os antigos hotéis que ajudaram na urbanização da cidade**

Os estudos a respeito do possível tombamento do Cariani foram iniciados pelo CODEPAC em 26 de junho de 1996. O hotel estava em uma lista de imóveis de importância cultural, arquitetônica e/ou histórica para a memória afetiva de Bauru, segundo o Conselho. Por isso, deveria ser tombado como patrimônio histórico municipal.

Três estabelecimentos do setor hoteleiro acabaram sendo escolhidos para preservação: o próprio Cariani, o Hotel Estoril e o Hotel Milanese. A preservação das hospedagens pelo patrimônio histórico se devia à sua importância na consolidação da ocupação (ainda que temporária) do município e, também, sua ligação umbilical com as ferrovias; Bauru não se tornaria um polo de desenvolvimento do oeste paulista somente pelas ferrovias, mas pelas instalações que se estruturavam ao redor delas e ofereciam aos poucos uma rede de serviços a quem estivesse na cidade.

Isaac Borba, proprietário do Cariani, em meados dos anos 90, foi notificado do início do processo, dois dias depois da sua data de abertura. A partir daquele momento, nenhuma alteração física no imóvel poderia ser feita. Em casos excepcionais, quando se fazia urgente e inevitável alguma reforma, o Conselho teria que ser comunicado previamente.

A historiadora Neli Maria Fonseca Viotto, hoje agente cultural responsável pelo acervo artístico da Casa Ponce Paz, foi incumbida pelo CODEPAC para elaborar o parecer histórico acerca do Hotel Cariani. Alguns detalhes da construção aparecem ressaltados no parecer:

[...] Dentre os hotéis a serem preservados em sua arquitetura do início do século, podemos destacar o Hotel Cariani na Praça Machado de Mello em frente à Estação Ferroviária, que possui uma linguagem arquitetônica eclética, possuindo três fachadas se apropriando do alinhamento do terreno, onde o pavimento inferior obedece a um desenho diferente do pavimento superior composto principalmente por frisos em forma de armação. O pavimento inferior é também separado do superior por um largo friso com diversas decorações. O pavimento superior é arrematado por cornija abaixo da platibanda que é decorada por composições involutas. (Proc. 18.021/1996, fl. 10)

Neli destaca também a importância dos hotéis para Bauru no começo do século, sobretudo após a vinda das ferrovias. Espaços que se consolidam como ponto de encontro de quem vinha à Bauru “em busca de melhores horizontes na vida profissional e no comércio da cidade, onde as oportunidades de uma vida melhor surgiram desde o começo do século” (Proc. 18.021/1996, fl. 10).

O imóvel estava bem conservado, segundo parecer físico feito um pouco depois da abertura do processo. A única objeção: a existência de pichações nas paredes externas do hotel. Algumas janelas de madeira foram substituídas por grades de metal, porém o aspecto original delas permaneceu inalterado. Os letreiros localizados em frente à Praça Machado de Mello eram considerados bastante adequados e compatíveis com a arquitetura original do prédio.

A aprovação unânime do parecer ocorreu em reunião ordinária do CODEPAC de 24 de setembro de 1996. Três dias depois, os proprietários do Cariani são notificados do tombamento. No entanto, em janeiro de 1997, a Secretaria de Negócios Jurídicos (SNJ) da Prefeitura de Bauru pede a revisão de todos os processos de tombamento em curso por entender que alguns decretos podem ter sido realizados por influência política e não histórica. Em seguida, houve a interrupção das atividades do Conselho pelo poder municipal e essa situação durou até julho de 1999.

Na retomada dos trabalhos, o CODEPAC manteve o desejo de tomba o Cariani como patrimônio histórico da cidade. A recomendação era de que se realizasse a preservação das fachadas frontais à Praça Machado de Mello, à Estação da N.O.B e à Praça das Bandeiras. Internamente poderiam ser feitas quaisquer tipos de alterações desde que o Conselho fosse sempre avisado.

De acordo com laudo de medição do imóvel, feito em 13 de fevereiro de 2001, o terreno onde se encontra o Hotel Cariani tinha 1266 m<sup>2</sup>, com uma área construída de 1762,5 m<sup>2</sup>. Somando-se os valores do terreno (R\$ 200,00/m<sup>2</sup>) e da área construída (R\$ 80,00/m<sup>2</sup>) – parcial de R\$ 253.200,00 e R\$ 141.000,00, respectivamente – menos o percentual de 15% relativo ao uso comercial do imóvel – R\$ 59.130,00 –, o Cariani tinha um valor venal de R\$ 335.070,00.





Fachadas do Cariari (Bauru, 1996). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Fachadas do Cariani (Bauru, maio de 2014). Crédito: Acervo do autor

A partir daí, o processo ficou engavetado por um 1 ano e 8 meses e em 22 de outubro de 2002, o prefeito Nilson Costa assinou o decreto relativo ao imóvel localizado em frente à Sede da Estação da Noroeste do Brasil. A partir daquele momento, o Hotel Cariani estava definitivamente tombado pelo patrimônio público municipal.

### **Os banquetes e os modernistas: os ilustres clientes do Cariani**

Por sua beleza estética e localização privilegiada, a escolha de hotel para autoridades políticas e artistas se instalarem na cidade quase sempre recaía no Cariani. “Nas décadas de 20 e 30, era um hotel muito chique e todas as pessoas que vinham do Rio de Janeiro e São Paulo se hospedavam lá para fazer sarau, ler poesia”, diz o historiador e atual membro do CODEPAC Fábio Pallotta. De fato, muitas pessoas vinham dos mais diversos lugares e ficavam no hotel. Na época, Rio e São Paulo constituíam-se em centros de efervescência político-econômica e cultural no Brasil.

Para se “atualizar” acerca de questões do panorama social brasileiro – já que os meios de comunicação praticamente inexistiam naquela época –, os anfitriões bauruenses organizavam os chamados “banquetes” para os ilustres visitantes, que eram agraciados com uma mesa farta. Entre um prato e outro, discussões de natureza política, econômica e cultural. É claro que nem toda a cidade acompanhava esses eventos, apenas alguns privilegiados que, entre outras coisas, solicitavam por benevolências e articulavam conversas mais reservadas sobre questões da política e sociedade daquele momento. Dentre os distintos convidados dos banquetes, estavam fazendeiros da região, diretores e gerentes das ferrovias, entre outros. Claro, os proprietários do hotel participavam também.

\*\*\*

Em qualquer rápida pesquisa sobre História, já se observa a prática da “Política dos Banquetes” na França, em 1847. Socialistas, bonapartistas e republicanos organizavam banquetes públicos para debater a crise econômica no país; conseqüentemente, ou não, um ano depois, a Revolução de 1848 instaurava o regime republicano em território francês.

Ao se verificar a lógica dos banquetes no Brasil dos anos 20, observa-se que, na cultura, o país passava pelo advento do movimento modernista em 1922; no campo político, o Brasil vivia os tempos da política do café com leite, com Minas Gerais e São Paulo revezando-se na presidência da República; e na esfera econômica, o café prosperava como principal produto da economia nacional. Em 1928, a produção cafeeira chegou a 20 milhões de pés colhidos em 123 propriedades rurais que ocupavam extensão média de 531 hectares cada uma. (MARTIN VICENTE, 1987, p. 192)

\*\*\*

Além da vinda de visitantes de cidades maiores e mais desenvolvidas, e que poderiam trazer novas idéias, existia na cidade um grande contingente de funcionários da Noroeste. Havia os que davam expediente na estação e, a partir de 1921, as oficinas da N.O.B. vieram e trouxeram ainda mais ferroviários (POSSAS, 1993, p. 23). O fato da empresa ter sido uma grande empregadora e também impulsionadora do desenvolvimento conferiu aos operários relevância significativa no coletivo da cidade. Eles tinham relativa força perante os patrões, no que consta à cobrança de melhores condições de trabalho e à tomada de decisões quanto ao ambiente de trabalho. Além disso, eles disseminavam conteúdo ideológico, em geral baseado em conceitos que pregavam mais igualdade social, ponto que provocava verdadeira ojeriza em setores abastados de Bauru. Temiam o surgimento de revoltas no setor operário.

Assim, a ferrovia foi o principal responsável pelo crescimento da cidade, tanto no sentido físico quanto também pela criação de um campo de debate ideológico. Conseqüentemente, correntes antagônicas iriam confrontar-se uma hora ou outra. O conflito se acentuaria com a chegada das idéias integralistas a Bauru, que culminou em um episódio capital.

### **Integralismo vs Comunistas: a morte de Rosica**

Embates resolvidos na luta armada não eram uma característica nova na história de Bauru. Nos seus primeiros anos do município, ainda repleto de forasteiros, a cidade já havia sido palco de sangrentos conflitos. Anteriormente, ocorreram as lutas entre colonos e indígenas. No início do século, mais

precisamente em 1910, disputas políticas pelo poder municipal culminaram no assassinato de Azarias Ferreira Leite, um dos precursores da fundação de Bauru (um ano depois do crime foi fundada a Comarca de Bauru, antigo desejo de Azarias e um dos motivos dos embates). No entanto, mais um marcante episódio de violência aconteceu em 1934. Uma confusão generalizada resultou na morte do militante integralista bauruense Nicola Rosica.

Até a ocorrência desse fato, é bom destacar alguns aspectos da década de 30. No Brasil, Getúlio Vargas ascendeu ao poder em 1930, depois de mobilização armada dos aliados de Vargas e da Aliança Liberal – formada por Minas Gerais (ex-aliado paulista), Rio Grande do Sul, Paraíba e partidos políticos de oposição de diversos estados, inclusive o Partido Democrático (fundado por dissidentes do Partido Republicano Paulista) – contra o PRP. O Governo Provisório (1930-1934) encerrou o período da República Velha. Com isso, as oligarquias cafeeiras ficaram desprestigiadas por algum tempo e, considerando que São Paulo era o principal produtor de café, é certo supor que os paulistas foram rebaixados a um papel secundário no jogo político nacional da época.

Em Bauru, a década de 30 iniciou-se com atos de violência sendo noticiados pelos periódicos locais, sempre alertando para a questão da insegurança na cidade (POSSAS, 1993, p. 29). Segundo levantamento feito em 1934, Bauru chegava a uma população de 45.852 habitantes, número 129% maior que o registrado em 1920 (CAMARGO, 1950, p.18).

O aumento do contingente populacional acarretou mais desemprego e insuficiência dos serviços de infraestrutura urbana; problemas já registrados em outubro de 1931 (POSSAS, 1993, p. 37). A elevação de impostos e das tarifas de energia tornou o custo de vida na cidade mais elevado. Estavam aí os ingredientes perfeitos para o surgimento de greves e reivindicações por parte dos ferroviários.

Também em 1934, Bauru tinha 5.115 eleitores, número que confirmava o *status* de centro político regional que o município ganhava. No mesmo ano, é instalada na cidade uma filial da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político criado dois anos antes pelo escritor modernista Plínio Salgado.

Salgado ficou durante alguns meses de 1930 na Itália. Na sua volta, ele iniciou a defesa de preceitos associados ao fascismo italiano: defesa da propriedade privada, resgate da cultura nacional, valorização das práticas cristãs e do princípio de autoridade e combate ao comunismo e ao liberalismo econômico. Essas idéias

encontraram coro junto a empresários, parte da classe média e alguns membros das Forças Armadas brasileiras. Logo estava pronto o cenário para a criação do AIB, em 7 de outubro de 1932. Também chamados de camisas-verdes, por causa da cor de suas vestimentas, os integralistas inicialmente davam suporte a Getúlio Vargas, com o desejo de conseguir cargos no governo – Plínio Salgado aspirava assumir o Ministério da Educação. Porém, em 1937, com a instauração do Estado Novo, Vargas extinguiu todos os partidos políticos, incluindo a AIB.

A chegada do partido integralista a Bauru em 1934 é saudada pelas parcelas mais abastadas da sociedade bauruense, inclusive pelo pessoal que trabalhava na administração da Noroeste. Por outro lado, os operários da N.O.B se organizavam de forma sindicalizada a fim de conquistar melhores condições de trabalho. Muitos deles eram membros do Partido Comunista. O encontro dessas vertentes políticas vai se dar de forma nem um pouco amistosa.

O historiador Fábio Pallotta conta que Plínio Salgado, a principal liderança integralista, veio a Bauru em 1934. Ele iria fazer uma palestra no dia 3 de outubro aos seus correligionários bauruenses, de forma a celebrar a instituição de uma filial da AIB na cidade. Nessa data, foi concedido ponto facultativo no município em virtude do quarto aniversário da Revolução de 1930, que havia levado Getúlio Vargas ao poder. O mesmo Vargas que, três anos mais tarde, encerraria as atividades do partido integralista (e de todos os outros também).

De acordo com os relatos de POSSAS (1993, p. 43), os membros da AIB de Bauru promoveram uma passeata que partiria do Hotel Cariani, onde Salgado estava hospedado, e o levaria pelos corredores da Rua Batista de Carvalho, terminando com a palestra que seria realizada às 20h30.

No mesmo dia e horário, estava prevista uma assembleia do Sindicato dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Segundo depoimento de Plínio Salgado (POSSAS, 1993, p. 190-192), desde o início do ato integralista, era possível ouvir gritos de “morra o integralismo” e “viva o comunismo”. Por outro lado, o manifesto dos sindicalistas acusa os integralistas de terem iniciado a tensão quatro dias antes, durante comício integralista em que “um dos oradores atacou violentamente as organizações sindicais” (POSSAS, 1993, p. 193).

Em determinado momento, na altura da quadra 3 da Batista, camisas-verdes e comunistas se encontraram, dando início à uma briga seguida de um tiroteio. De

acordo com POSSAS (1993, p. 59-60), cinco pessoas, todas integralistas, ficaram feridas:

1. Euclides Caldieri: 19 anos. Sapateiro procedente de Agudos. Veio com um grupo de 15 militantes integralistas oriundos da cidade vizinha para acompanhar a passagem de Plínio Salgado por Bauru. Foi ferido no calcanhar direito;
2. Ezero Barbieri: 23 anos, solteiro. Trabalhava como relojoeiro e ferroviário. Seu irmão tinha uma relojoaria que funcionava na Batista. Foi alvejado na perna esquerda;
3. Carlos Favero: 18 anos e também solteiro. Comerciante que morava em Bauru. Ferido no braço por instrumento cortante que declarou, em depoimento, ser um punhal. Seu agressor não foi identificado;
4. José Otilio Oliva: 30 anos. Comerciante. Membro da direção do núcleo integralista na cidade. Afirmou que fora atingido pelo que chamou de “chicotadas de arame”. Segundo a perícia, o objeto “é de natureza contusa”, no entanto, não se poderia “afirmar qual seria precisamente o instrumento” que provocou o ferimento. Quando esteve na delegacia, em 6 de outubro, as lesões já estavam em processo de cicatrização.

A quinta pessoa ferida, Nicola Rosica, era um militante camisa-verde que trabalhava como servente nos escritórios da ferrovia. Tinha 33 anos, casado com D. Annita do Amaral e pai de 2 filhos. Morava no Jardim Bela Vista, em Bauru. Apesar de fazer parte do pessoal da administração da Estação, Nicola não podia ser considerado como uma pessoa de *status* social privilegiado. Segundo POSSAS (1993, p. 48-49), ele não tinha uma saúde dentária das mais adequadas, característica que destacava hierarquicamente os empregados da ferrovia, visto que os próprios construtores da Noroeste é que trouxeram os tratamentos de saúde para seus empregados e famílias (conforme visto no capítulo anterior). Contudo, se, em vida, Nicola não tinha uma posição social de destaque, um tiro mortal acabou por estabelecer a sua posição na História.

No momento do desfile, ele era um dos “guardas”, nome dado aos militantes que seguravam as bandeiras e também serviam de “escudo humano” de Plínio Salgado enquanto este percorria o corredor da Batista. Instantes após o choque

entre camisas-verdes e sindicalistas, um disparo na multidão acertou o peito e matou Nicola. Enquanto a briga seguia, o servente ficou caído em frente ao número 47 da quadra 3, onde funcionava uma alfaiataria (AIP, 04/10/1934, fl. 90).

O incidente teve repercussão nacional e Nicola Rosica, antes um simples ferroviário, alcançou o posto de “primeiro mártir do Integralismo” - “morto pelos cruéis comunistas” como definiu o historiador Fábio Pallotta. O enterro de Nicola se tornou um acontecimento na cidade. Sepultado com honras recebidas anteriormente apenas por Azarias Ferreira Leite. Isso mesmo: Nicola foi igualado na hora de sua morte a um dos pioneiros da fundação de Bauru e figura política das mais destacadas do município. O jornal “Gazeta do Noroeste” definiu o enterro como “o maior ato que até hoje se realizou em Bauru” (POSSAS, 1993, p. 52-53).

As versões sobre o tumulto divergem. Enquanto Plínio Salgado garantia à polícia que os integralistas estavam todos desarmados, os sindicalistas retrucavam que os próprios “camisas-verdes” é quem se feriram mutuamente. Jeronymo de Cunto Junior, que tinha 40 anos, médico da N.O.B. e membro do movimento sindicalista, ficou momentaneamente preso sob a acusação de ser o mandante do atentado, mas acabou sendo absolvido. O inquérito policial, que já tinha sido retirado da Chefatura da Polícia mais de duas vezes, acabou por ser arquivado em 28 de fevereiro de 1935.

Quatro dias depois do tumulto, na Praça da Sé, em São Paulo, em um ato organizado pelos integralistas em homenagem a Nicola, ocorreram mais tumultos. Conhecida como “A Batalha da Praça da Sé”, a confusão deixou como saldo mais quatro mortos e muitos feridos.

### **A restauração da N.O.B.: passeios turísticos, secretarias municipais e transporte de minérios**

Está anexado nos autos do processo de tombamento do Cariani um projeto de restauração do imóvel realizado em novembro de 2004. Partes externas do prédio receberam melhorias: platibanda, moldura e rebocos lisos e chapiscados. Também se realizaram serviços de repintura com tintas de látex em suas fachadas externas. Além de melhorar o visual estético, a restauração pode ser o início da preparação do estabelecimento para um plano antigo do Poder Público Municipal.



Em 2009, a prefeitura de Bauru adquiriu o prédio da Estação Ferroviária da Noroeste do Brasil. Anteriormente, o imóvel pertencia ao Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Alex Gimenez Sanches, diretor da divisão técnica do Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura, conta que Bauru foi uma das poucas cidades que tiveram que comprar a sua estação ferroviária – a maioria das estações do interior paulista fora cedida ao poder público de cada município depois da privatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), iniciada no final dos anos 90. Antes, a RFFSA havia incorporado as linhas férreas e a estrutura que eram da Ferrovia Paulista S.A (FEPASA).

Bauru é uma das exceções nesse processo. A sede da Estação da N.O.B, que havia sido repassada à organização sindical para que se fizesse dinheiro com a venda do imóvel e, assim, fosse possível saldar dívidas trabalhistas que ficaram pendentes por parte dos antigos empregadores, foi comprada pelo poder público bauruense por R\$ 6,3 milhões. Pagamento realizado em três parcelas: a primeira, de R\$ 3,5 milhões, e as outras duas, de R\$ 1,4 milhão, depositadas em 2009, 2011 e 2012, respectivamente.

Mas afinal, por que a prefeitura iria comprar uma estação ferroviária que há muito tempo não vinha sendo conservada?

A prefeitura quer, há alguns anos, transferir as sedes das secretarias de Saúde e Educação para a Estação da N.O.B. Matéria no site do G1, veiculada em 19 de junho de 2012, relata que a intenção seria fazer uma reforma nas partes hidráulica e elétrica do prédio, já bem desgastadas por causa do tempo e da falta de maiores cuidados. Também era prevista a restauração do imóvel, incluindo o uso das mesmas cores e texturas originais para as paredes e a manutenção da fachada da Estação e dos trilhos férreos. O fato das pastas da Saúde e da Educação poderem se transferir para a área próxima à via férrea segue orientação do Plano Diretor de Bauru, que prevê que todas as áreas do centro da cidade sejam ocupadas, inclusive a parte ferroviária, espaço menos ocupado com o passar dos anos.

Seriam gastos para a reforma/restauração R\$ 8 milhões, dinheiro já captado pela prefeitura. Os trabalhos tiveram início em março de 2014, porém, apareceu a necessidade de injetar mais dinheiro para continuar a obra. Até outubro, a verba não tinha sido autorizada e, portanto, a reforma estava interrompida.

\*\*\*

Outra iniciativa do poder público em relação ao patrimônio ferroviário é o “Ferrovia para Todos”, projeto que funciona desde 2001 e envolve a restauração de estruturas móveis relacionadas ao passado ferroviário bauruense e, em segundo momento, a promoção de passeios turísticos de trem. Essa última etapa foi interrompida, como se verá mais adiante.

O trabalho referente à parte de restauro dos móveis ferroviários pode ser visto ao se percorrer o espaço da Estação da Noroeste. Lá, pode-se observar quatro máquinas recuperadas. Uma delas é a Locomotiva a Vapor Baldwin 278 (uma “Maria Fumaça”) alimentada com fogo e água construída pela companhia americana Baldwin Locomotives Works, em 1919. No ano seguinte, a Noroeste do Brasil adquiriu o veículo para realizar transporte de passageiros.

Atrás da locomotiva, estão mais três carros restaurados. Antes de apresentá-los cabe uma orientação: carro é a denominação usada para denominar uma estrutura móvel com bancos ou poltronas e, portanto, apta para comportar passageiros; uma estrutura sem mobiliários é usada para transportar carga. Em uma definição mais completa usam-se as alcunhas “carros de passageiros” e “vagões de carga”. Serão adotadas as denominações abreviadas a partir deste ponto do livro.

Voltando aos carros restaurados, estão estacionados três exemplares na Estação: o S-22, carro de 2ª classe, construído em 1943, com capacidade de transporte de 48 pessoas com paredes internas e bancos de madeira (o madeiramento precisou ser substituído pois o material antigo estava corroído pela ação de cupins); o P-11, carro de 1º classe com capacidade para 52 pessoas, revestido internamente com madeira envernizada, com bancos estofados e com assentos móveis para as costas; o último carro exposto nos trilhos da Noroeste é o A-1, exemplar construído em 1936 especialmente para uma visita do então presidente Getúlio Vargas a Bauru. O carro administrativo é revestido internamente com madeira marchetada, tem dormitórios, banheira, um espaço no fundo do carro com mesa e cadeiras e ideal para realizar pequenas reuniões administrativas e, por último, é equipado com um sistema de amortecimento com molas laterais para suavizar o impacto do trem com os trilhos.

Também há outros veículos ferroviários restaurados e expostos em outros pontos de Bauru, como na agência do Poupatempo, no Bosque Municipal e no Museu Ferroviário da cidade. Neste último, inclusive, encontra-se um grande acervo

museológico que inclui itens vindos da parte operacional (dormentes, ferramentas, etc.) e também bens referentes à parte administrativa da ferrovia (móveis, documentos, etc.).

\*\*\*

De 2004 até o final de 2013, a Secretaria de Cultura oferecia passeios gratuitos de Maria Fumaça. Os carros S-22 e P-11, já restaurados, transportavam os turistas. A viagem percorria um trajeto de 996 metros; começava no pátio da N.O.B, passava próximo ao Museu Ferroviário, ia em direção a Estação Paulista (localizada na Rua Rio Branco) aproximando-se do Museu da Imagem e Som e do Museu Histórico Municipal, completando 498 metros, e faz, em recuo, o caminho de volta à sede da Noroeste. Poderiam ser realizados de 5 a 7 viagens, sempre no terceiro domingo de cada mês. O diretor do Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), Alex Gimenez Sanches, conta que em um ano, os passeios chegaram a transportar 45 mil pessoas. “Nem no Museu do Futebol se traz isso”. Ele ainda afirma que em 2013, com passeios realizados apenas um domingo por mês, 12 mil pessoas andaram na Maria Fumaça. Sobre isso, um pequeno adendo: em Paraguaçu Paulista, cidade a 183 quilômetros de Bauru, ainda são oferecidos passeios nos mesmos moldes dos realizados em terras bauruenses. Lá há uma locomotiva e dois carros restaurados em Bauru.

A idéia futura é fazer do espaço ferroviário um verdadeiro complexo de museus. De acordo com Gimenez, os passeios seriam uma oportunidade de o turista tomar contato com o transporte de trens (desconhecido para muitos) e de visitar três museus diferentes da cidade. Também existe um plano de estender esse passeio. Paulo Henrique Leite Pereira, o PH, fala que há a intenção futura da Maria Fumaça seguir até a Estação de Tibiriçá, localizada no distrito homônimo (22 quilômetros a partir da Estação da Paulista). Os passeios aconteceriam nos finais de semana. PH se alegra bastante com a possibilidade de extensão dessa viagem: “imagine você sair em um sábado e ir para Tibiriçá”. Uma oportunidade de conhecer as instalações da Fazenda Val de Palmas, espaço também tombado pelo patrimônio histórico municipal. Além disso, há algumas pousadas rurais para descanso, bares e restaurantes que fornecem comida aos visitantes. Ou seja, uma estrutura capaz de atender os turistas vindos de Bauru que poderiam voltar no dia seguinte, também de trem. “Quer coisa melhor que isso?”, pergunta PH. Um maquinista e um foguista já

foram contratados pela prefeitura com a função de conduzir os turistas nas viagens de locomotiva.

No entanto, alguns problemas inviabilizam as viagens turísticas neste momento. Gimenez diz que o acordo que possibilitou a realização dos passeios pelo complexo ferroviário teve as assinaturas da prefeitura de Bauru e da Ferrovia Novoeste S.A, empresa que ganhara a concessão da Malha Oeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), área onde ficam os trilhos da Noroeste do Brasil. Em maio de 2006, com a compra da empresa pela América Latina Logística (ALL), começaram as restrições quanto à idéia de realizar os passeios até Tibiriçá em razão do grande número de trens de carga que trafegam pela Noroeste.

Dois acontecimentos influenciam decisivamente para a atual interrupção do projeto. No dia 24 de novembro de 2013, um trem que levava 400 toneladas de milho descarrilou e caiu sobre algumas casas na zona urbana de São José do Rio Preto. Oito pessoas, que moravam em casas próximas à ferrovia, morreram. Desde então, nenhuma viagem com passageiros é feita pelos trilhos da Noroeste. Gimenez diz que, por ora, a ALL, detentora da malha férrea, suspendeu os deslocamentos turísticos em razão da tragédia, ocorrida a 220 quilômetros de Bauru.

Um empreendimento econômico também ameaça o projeto turístico bauruense. A ALL é uma das associadas da Vetria Mineração, empresa feita em conjunto com a Triunfo Participações e Investimentos (TPI) e a Vetorial Participações para a exploração de uma jazida de minério de ferro localizada em Corumbá (MS). A produção extraída da mina seria transportada de trem, passando pelo oeste paulista e tendo como destino o Porto de Santos. Gimenez pontua que o tráfego diário estimado com o escoamento da produção deve girar em torno de 20 trens com 80 vagões cada. Quase um trem por hora.

Isso é um fator complicador para os passeios realizados em Bauru. Tanto passageiros quanto cargas, em algum momento, passariam pela mesma estrada e, no desempate, o transporte de ferro teria a preferência por envolver quantias monetárias maiores do que a atividade turística. Além disso, Alex Gimenez Sanches diz que a América Latina Logística entende que, apesar de Bauru ter restaurado as locomotivas, os veículos recuperados não devem utilizar os trilhos, que são de propriedade privada. Em um exemplo metafórico, Bauru é o dono de um automóvel antigo que acabou de ser reformado, mas que não pode andar na rodovia porque a concessionária da estrada entende que o veículo não é apto e nem economicamente

relevante para estar naquele local. Enquanto não ocorre a negociação entre as partes, os trilhos da ferrovia vão sendo preparados para o futuro deslocamento das cargas.

\*\*\*

A mudança das secretarias de Saúde e Educação para a Estação da N.O.B e a volta das viagens de trens nos finais de semana significariam maior movimentação econômica em estabelecimentos no entorno da ferrovia como o Hotel Cariani, por exemplo. O historiador Fábio Pallotta sintetiza o provável sentimento dos proprietários do imóvel: “O dono do hotel não vê a hora que o Poder Público assuma a Estação e reforme aquilo tudo para fazer turismo ferroviário e para que ele possa gastar dinheiro no hotel para receber as pessoas”. No entanto, Pallotta ressalta que a prefeitura não pode “construir do jeito que quiser” sob o risco de descaracterização do conjunto ferroviário.

A recuperação do patrimônio ferroviário pode ser entendida como uma tentativa de revitalização do Centro de Bauru? Alex Gimenez Sanches acredita que sim. No entanto, ele alerta sobre a dificuldade de diálogo com a iniciativa privada. Assim como no impasse com os detentores da malha ferroviária, ele considera que esse desacerto também ocorra em imóveis tombados de propriedade particular. “A partir do momento em que o imóvel é tombado, parece que ele vira um peso para um proprietário”, explica.

Hoje, o Cariani ainda funciona, porém recebe muito poucos hóspedes em comparação com os tempos áureos da ferrovia. No entanto, a possibilidade de se voltar a utilizar o espaço de forma efetiva já faz os donos do hotel esperarem por novos tempos. Quem sabe as estruturas ferroviárias voltem à ativa. Não necessariamente com trens, mas a mudança das secretarias municipais já seria suficiente para que a região fique mais vistosa urbanisticamente e retome o desenvolvimento econômico.



Restauração da Estação Ferroviária (acima) pode significar ganhos financeiros aos proprietários do Hotel Cariani (Bauru, maio de 2014). Crédito: Acervo do autor

### ***CASA LUSITANA: referência comercial na Bauru ferroviária***

Chegando à Praça Rui Barbosa, no centro de Bauru, nos deparamos com dois pontos tradicionais da cidade. Um é a Igreja Matriz, elemento comum à maioria das cidades do país, sobretudo no interior. O outro ponto é um patrimônio bem mais restrito à história bauruense: a Casa Lusitana, um sobrado onde hoje funciona uma porção de estabelecimentos comerciais, mas que antigamente abrigava um grande armazém de secos e molhados que atraía clientela de toda a região.

A Casa Lusitana era uma espécie de “shopping center” – segundo definição de Fábio Pallotta, historiador, professor e atual membro do CODEPAC – no qual era possível encontrar todo tipo de mercadoria: roupas, ferramentas, porcelanas, calçados, utilidades domésticos, alimentos, entre outros. O memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina foi um dos clientes da loja em sua fase áurea: “la comprar ferramenta e conversava um pouco com o Seu Ary” [atual dono do sobrado].

O imóvel fica no cruzamento da Rua Gustavo Maciel com o calçadão da Batista de Carvalho. No entanto, ali não é o seu endereço original. Fundado em 1910 pelo imigrante português Luiz Domingues, o armazém funcionava na quadra 6 da Araújo Leite, principal eixo de comércio e desenvolvimento da cidade nos tempos anteriores à ferrovia. Com a chegada dos trilhos à Bauru, a Casa é transferida para seu mais conhecido endereço. A esquina da Lusitana ocupa os números 51, 71 e 79 (quadra 7 da Batista) e o 20 (quadra 4 da Gustavo Maciel/Praça Rui Barbosa). A mudança ocorreu logo após a urbanização da Rua Batista de Carvalho e, naquele momento, o estabelecimento era comandado pelo ilustre comerciante Antônio Garcia. O calçadão ainda não existia na época, mas a Batista já era um ponto nobre da cidade ligando, em uma ponta, a Estação da Noroeste do Brasil e, na outra, a Praça Rui Barbosa, onde ficavam a Catedral e a antiga Câmara Municipal.

\*\*\*

A Casa Lusitana (nos primeiros tempos, com o nome ainda grafado com z) foi uma das primeiras lojas a se estabelecer na Batista. No período imediatamente posterior à sua mudança, a clientela da loja se restringia a moradores das propriedades rurais do entorno de Bauru, viajantes ferroviários e fazendeiros de outras cidades da região.



Instalações da Casa Lusitana na Rua Araújo Leite (Bauru, data indefinida).

Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Casa Lusitana em seu endereço mais célebre: a esquina Gustavo Maciel/Batista de Carvalho (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru





Rua Batista de Carvalho (Bauru, década de 20). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Interior do armazém da Casa Lusitana. Detalhe para o pé-direito alto do imóvel (Bauru, data indefinida). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

Todos os seus concorrentes estavam localizados na mesma região. Pequenos comércios comandados por ex-mascates, vindos dos tempos da fundação de Bauru, e lojas com estruturas um pouco maiores, rivais em potencial do armazém dos Garcia. Uma delas, a Casa Savastano, fundada na década de 30, ficava próxima à Praça Rui Barbosa (lado oposto ao da Lusitana). No entanto, essa concorrente durou pouco tempo, já que a Savastano faliu também em função da própria Casa Lusitana, que tinha uma gama maior de mercadorias, algo capaz de atrair mais clientes. Pallotta complementa dizendo que o crescimento e modernização do armazém acabaram por sufocar o comércio da antiga Savastano.

Outro concorrente da Lusitana, a Casa Sampaio, se localizava um pouco mais próxima da Estação da N.O.B (no número 4 da quadra 1 da Batista). Um fato curioso sobre a Casa Sampaio é que seu dono, José Ferraz Sampaio, trabalhava na Casa Lusitana até alguns meses antes da data de abertura de seu próprio comércio, em 1º de outubro de 1936. Com o dinheiro recebido por ocasião da sua saída da Casa Lusitana, ele conseguiu abrir o empreendimento. No início, a Casa Sampaio vendia diversas mercadorias: de alimentos até dinamite, passando por materiais agrícolas e ferramentas. Depois, a loja acabou se segmentando no comércio de ferramentas, peças elétricas e acessórios de jardinagem, e em pequenos consertos. A loja, em funcionamento até hoje, está sob os cuidados de Juarez Vieira Sampaio, filho do primeiro dono do estabelecimento.

Mas, no que se pode denominar de comércio em geral, a atenção da maioria das pessoas se concentrava mesmo na Casa Lusitana. A diversidade de mercadorias disponíveis acabava atraindo um grande público à loja. Pallotta compara a loja com um *shopping* de hoje; em outra analogia, bem apropriada, o armazém tinha a formatação bastante parecida à de uma loja de departamentos. O espaço imobiliário, além de abrigar o ponto comercial, também é utilizado como residência dos seus proprietários, condição que permanece inalterada até hoje.

\*\*\*

O aumento da concorrência das lojas na região central (e, em segundo momento, até fora do centro) deu início à queda do famoso armazém. O comércio não se restringia mais ao Calçadão da Batista; estabeleciam-se muito mais ruas bauruenses do que em tempos anteriores. Além disso, as lojas começaram a investir em condições estruturais melhores. O encerramento das funções da Lusitana, como armazém, ocorreu em 1975.

A partir daí, o sobrado começou a ser oferecido como ponto comercial (exceção, claro, do espaço residencial). Na verdade, o imóvel foi “desmembrado” em vários pontos comerciais. Um comércio que quisesse instalar-se no local teria direito apenas a uma pequena parte do imóvel. O espaço comercial, antes restrito a um só armazém, começa a ser ocupado por outros empreendimentos. Para se ter uma idéia, na época de abertura do processo de tombamento da Casa, três empresas ocupavam o espaço do prédio: uma agência do “Unibanco”, (na direção da Rua Gustavo Maciel), a “Modelar” e as “Casas Bahia”, duas lojas de móveis e eletrodomésticos.

Os inquilinos comerciais hoje são outros. No piso superior, funcionam alguns prestadores de serviços (cabelereiro, manicure e pedicure, etc.) e no térreo há uma loja de móveis e eletrodomésticos (“Cybelar”), um pequeno comércio de artigos para presente e uma loja da “Tim”, empresa de telefonia celular com ponto comercial situado exatamente no cruzamento da Gustavo Maciel com a Batista.

\*\*\*

A Tim, inclusive, envolveu-se em uma situação polêmica. Os responsáveis pelo ponto pintaram de azul as fachadas pertencentes ao seu ponto comercial, o que gerou discussão com o CODEPAC, uma vez que a cor original do prédio era branca. O episódio ocorreu durante os últimos anos de estudo de tombamento do sobrado, quando era proibido fazer quaisquer tipos de alterações no bem em análise. Esse processo levou quase 15 anos para ser concluído, em função de inúmeras disputas entre os proprietários e o Poder Público.

### **O tombamento: disputas entre poder público e proprietários da Casa**

Os episódios relacionados ao tombamento da Casa Lusitana são marcados por tensão e desgaste. O fato de o antigo comércio ter sido um símbolo da ascensão dos imigrantes que para Bauru vieram e, por consequência, contribuíram para o desenvolvimento comercial e econômico da cidade, não foi suficiente para sensibilizar os proprietários do imóvel, que se mostraram bem resistentes à idéia de tornar o imóvel um patrimônio histórico da cidade.



Calçada da Batista (Bauru, início da década de 90). Do lado direito, a Casa Lusitana. Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Foto à esquerda com o detalhe do relógio da Casa Lusitana. As paredes do sobrado ainda mantinham a cor branca nessa época (Bauru, 1996). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

Nas primeiras reuniões do CODEPAC, ainda em 1996, o imóvel foi considerado um dos bens de importância histórica para a cidade. Logo deveria ser analisado para possível tombamento. Em 26 de junho, o processo teve início.

O parecer histórico sobre o imóvel ficou a cargo do professor e arquiteto Nílson Ghirardello, presidente do CODEPAC na época. Em documento do dia 10 de novembro de 1996, ele menciona a diferença entre o primeiro endereço da Casa Lusitana com seu espaço mais conhecido. Bem mais singelas, as instalações originais ficavam instaladas na Rua Araújo Leite – havia apenas três portas junto à rua. A construção antiga, de certa forma, era um reflexo da Bauru daqueles tempos: uma cidade que ainda vivia a atmosfera da vila de alguns anos antes.

O novo prédio do armazém, por sua vez, é um retrato da nova época: a das ferrovias que passam por Bauru e trazem um novo *status* à cidade. Os tempos de povoado ficaram para trás e, “pressentindo a decadência comercial da Rua Araújo Leite, seu proprietário a transfere para o que seria a área mais nobre da cidade” (Proc. 18.022/1996, fl. 13). A mudança para a Batista de Carvalho representou uma oportunidade de expandir os negócios. Se no antigo imóvel, três portas ligavam os interiores à rua, na nova edificação, 20 portas faziam essa ligação – três ficavam junto à Praça Rui Barbosa e dezessete, na saída da Batista. A Casa viria a ter uma importância não apenas para si, mas também para o embrionário comércio da cidade “‘boca do sertão’ do oeste de São Paulo e sul do Mato Grosso” (Proc. 18.022/1996, fl. 14).

Ghirardello ressalta que a Casa Lusitana pode ser considerada um retrato da ascensão econômica dos imigrantes que vieram à região. Espanhóis, italianos, libaneses e, obviamente, os portugueses: algumas das bandeiras que por aqui se estabeleceram. Mas o maior legado cultural do imóvel talvez seja o arquitetônico. Na década de 30, o sobrado passa por uma reforma que transforma radicalmente sua forma física. Em Bauru, a Casa é o primeiro prédio construído com base no art-déco – estilo surgido na Europa nos anos 20 e que chegou à América na década seguinte. Conhecido pela geometrização das formas e uso de linhas verticais, de forma a transmitir imponência às essas construções. Ou seja, os imóveis não são apenas altos, mas também aparentam sê-lo.

É correto afirmar que a própria construção da Estação da N.O.B, projetada em 1936 e concluída em 1939, adotou os traços do art-déco, introduzidos na cidade anteriormente com a reforma da Casa Lusitana. Nesse fragmento do seu parecer,

Ghirardello detalha um pouco mais a arquitetura do prédio, inclusive a parte interna do imóvel:

[...] A composição das fachadas serão verticalizadas devido aos altos pés-direitos dando grandiosidade e imponência ao edifício. Falsas colunas escalonadas modularão os panos de fechamento com aberturas dispostas ao centro. O andar térreo será revestido com belíssimo mármore importado que dá peso e embasamento ao edifício. Em direção ao alto, junto a platibanda, a construção recorta-se em altos relevos verticais e sobre as já citadas falsas colunas haviam luminárias geométricas cuja função principal era de incorporar a luz à composição arquitetônica, além de dar maior visibilidade ao conjunto. Estas não mais existem, mas, podem ser facilmente recompostos. (...) Sua inovação, porém, não se dava apenas em relação a sua epiderme plástica, internamente o pé-direito duplo, galerias, amplos espaços de circulação e a peculiar laje plana de cobertura traziam a idéia dos grandes magazines europeus (Proc. 18.022/1996, fls. 15-16)

Por fim, o ex-presidente do CODEPAC salienta que apesar do art-déco estar predominante, na construção não se utilizou apenas esse estilo arquitetônico. Enquanto as instalações destinadas para o comércio adotavam tendências futuristas para exibir “modernidade” e “pujança comercial”, os espaços utilizados para residência seguiam linhas mais tradicionais, mais próximas às linhas do Eclétismo, observada em outros imóveis em Bauru, como no Hotel Cariani.

\*\*\*

A situação física do imóvel era razoável, segundo estudo técnico realizado logo após o parecer feito por Ghirardello. Uma sugestão feita foi de que se retirassem os letreiros que ficavam sobre as portas da loja, como forma de “valorizar o relógio e as bandeiras de ferro e vidro sobre as portas de enrolar” (Proc. 18.022/1996, fl. 21). De posse desses documentos, a aprovação do primeiro tombamento da Casa Lusitana veio em reunião ordinária do CODEPAC, em 19 de novembro de 1996.

Mas o placar da votação se mostrou apertado: 3 a 2. O voto de minerva teve que ser exercido pelo presidente do Conselho e autor do parecer histórico do imóvel, Nilson Ghirardello. Também acompanharam seu voto o arquiteto José Xaides de Sampaio Alves e a engenheira Telma Germani Peres. Contra o tombamento, ficaram os memorialistas Gabriel Ruiz Pelegrina e Luciano Dias Pires. Ficou decidido que o

tombamento estava restrito à fachada do imóvel já que, segundo o parecer, os detalhes internos originais já estavam descaracterizados. O proprietário do sobrado, o Sr. Ary Nunes Garcia, tinha 15 dias para recorrer – contando a partir do dia de recebimento da notificação.

### **Os proprietários contestam o tombamento... mais de uma vez**

A decisão dividida dos conselheiros, a respeito do tombamento do imóvel, pode ter levado o senhor Ary Nunes Garcia e sua mulher, a senhora Carmen Guimarães Garcia (falecida em maio de 2004), a entrarem com um pedido de contestação da decisão de tombamento (Proc. 33634/1996), em 17 de dezembro de 1996.

Além da falta de consenso dos membros do Conselho, os proprietários utilizavam como base os artigos 7º e 8º da Lei Municipal que criou o CODEPAC para pedir a contestação:

[...] O tombamento dos bens imóveis ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais do município de Bauru, tanto de propriedade particular como pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, que for julgado necessário à evocação e preservação do passado histórico, como fonte turística, ambiental, ecológica ou arqueológica de Bauru, observará as formalidades da presente lei. (BAURU, Art. 7º da Lei 3.486 de 24/08/1992, fl. 38)

[...] No interesse da sua preservação, é também lícito o tombamento de bens imóveis de autores ligados a Bauru, especialmente daqueles que digam respeito à sua história, folclore e arqueologia.

Parágrafo único - Compreende-se, inclusive, nos bens previstos neste artigo, todo aquele que se reveste de valor artístico cultural (BAURU, Art. 8º da Lei 3.486 de 24/08/1992, fl. 38).

Para eles, o imóvel não poderia ser considerado um elemento turístico, não tinha valor ambiental e ecológico, valor arqueológico, a assinatura de um autor de renome ou folclore a ser preservado e nem valor artístico-cultural, diretrizes que norteiam as leis de patrimônio histórico no Brasil e no mundo.

Na carta de contestação também é mencionado que a Casa Lusitana abrigou uma loja comercial. Alegava-se que o estabelecimento era apenas mais um entre dezenas que funcionaram em Bauru no mesmo período. Considerando que a loja foi fechada há mais de 20 anos, todo o cenário que girava ao redor do armazém também não existia mais. Por tudo isso, não seria justificável o tombamento. Os donos complementam que outros empreendimentos e marcas se fixaram durante os anos seguintes à desativação do antigo negócio, a partir do fechamento do armazém de secos e molhados em 1975.

A única coisa que remetia aos tempos passados da Lusitana, na visão deles, era o relógio que ficava no topo do sobrado. Havia inclusive a disposição em cedê-lo ao Museu Histórico Regional da Universidade do Sagrado Coração (USC) – atualmente, o mostrador de hora ainda se encontra no topo do sobrado, porém as suas estruturas mecânicas ficam expostas na USC. O historiador Henrique Perazzi de Aquino, presidente do CODEPAC no quadriênio 2005-2008 e membro do Conselho até 2012, pinça uma frase, no mínimo curiosa, atribuída a um dos proprietários da Casa: “Eu adoro a preservação histórica. Quando vou à Europa, fico maravilhado com o que vejo. Mas fico maravilhado lá. Aqui não! No [meu/nosso] imóvel, não!”.

Ary Nunes Garcia queixa-se também, na carta, da falta de benefícios e do excesso de responsabilidades acerca do bem tombado. Sobre isso, há uma promessa antiga do Poder Público de conceder isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) aos imóveis tombados pelo patrimônio público – um projeto do gênero foi aprovado na Câmara Municipal, porém ainda precisa de regulamentação para entrar em vigor. Já que não há benesses para os proprietários de bens tombados, Garcia pergunta se não seria melhor investir em novas empreitadas.

“Para a comunidade bauruense será vantajosa essa preservação? É compensador o impedimento de novos empreendimentos nessa área central e dinâmica da nossa Bauru?” (Proc. 33.634/1996, fl. 5)

Também se questionava se Bauru teria mesmo uma necessidade tão grande de preservação de imóveis como o dele. A cidade é relativamente nova (118 anos) e a quantidade de edificações de valor arquitetônico-cultural é reduzida em relação à de outros municípios mais antigos. “Guardem-se as fotografias se for o caso”, frase bastante ilustrativa que demonstra os seus sentimentos em relação ao tombamento.



Finalmente, o proprietário apela de forma exaltada aos membros do CODEPAC sobre as restrições que o tombamento traria aos seus negócios e pede pela suspensão do ato. “ESTÃO DECIDINDO PARA A ETERNIDADE”, “JUSTIÇA”, “TRISTE SINA DOS TOMBADOS!!!!” são algumas das frases que encerram a carta de Garcia.

\*\*\*

O dono do imóvel ainda anexou um estudo feito pelo engenheiro Murilo Vilaça Maringoni com mais algumas razões para que não se efetivasse o tombamento da Casa Lusitana. A primeira era que “a Casa Lusitana, como estabelecimento representativo da cidade, não existe mais” (Proc. 33.634/1996, fl. 7), ou seja, o grande armazém de secos e molhados foi totalmente desmembrado em outros pontos comerciais. De acordo com Maringoni, a conservação do imóvel em seu aspecto atual não se justificaria com o pretexto de preservar uma memória relacionada à antiga Casa Lusitana, pelo fato desta não mais existir de forma integral.

O engenheiro prossegue o raciocínio com o argumento de que a Casa foi projetada como “cópia” de um prédio de São Paulo, construído com base na estética futurista (ele anexou fotografias desse prédio como demonstração). Estética considerada de valor menor, para Maringoni, pelo fato de ter-se enfraquecido ao longo do tempo. Assim, seria inócua a necessidade de preservar os exemplares do gênero.

No estudo feito a pedido dos donos do imóvel também é mencionado, pois “cogitava-se construir no local um moderno e grande conjunto com garagens em subsolos e, em pisos elevados, lojas de departamentos” (Proc. 33.634/1996, fl. 8). Portanto, se não fosse aberto o processo de tombamento, provavelmente a Casa Lusitana seria toda desmontada e transformar-se-ia em um novo empreendimento que, embora moderno, resultaria num ponto comercial a mais na cidade. Para quem viveu os anos prósperos do antigo armazém, poderiam sobrar apenas lembranças imateriais daqueles tempos.

Antes que fosse dado um veredicto, houve o pedido da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos (SNJ) para que os processos de tombamento fossem revisados e a subsequente interrupção das atividades do CODEPAC, ocorridos no início de 1997 durante a gestão de Antônio Izzo Filho. A decisão de tombar a Casa

Lusitana estava revogada até segunda ordem. Os ânimos entre proprietários e conselheiros ficaram assentados por um tempo.

\*\*\*

A reativação do Conselho se deu em junho de 1999. No entanto, o processo do imóvel da família Garcia ficou paralisado até 2004. Nesse ano, em laudo de medição e avaliação monetária do prédio – a área do terreno (AT) foi estimada em 1403,10 m<sup>2</sup> e a Área Construída de Interesse (ACI), em 1747,27 m<sup>2</sup>. O valor do imóvel, em setembro de 2004, chegou aos R\$ 2.201.546,00 (o metro quadrado do terreno valia R\$ 1320,00 e o da área de interesse, R\$ 200,00). Uma parte desse montante era relativa ao valor do terreno (R\$ 1.320,00 x AT) e outra estava atrelada à correção referente à valorização da área construída (R\$ 200,00 x ACI).

A avaliação monetária do imóvel, em 2004, seria um ensaio para o novo decreto de tombamento da casa, que chegou a ser anunciado em outubro daquele ano. No entanto, dois meses depois, o prefeito Nilson Costa pediu que a administração municipal seguinte analisasse novamente os autos do processo, pois julgou inconveniente tomar a casa naquele momento (Proc. 33.634/1996, fl. 40).

Em 28 de junho de 2005, o CODEPAC emitiu uma carta na qual reafirma a intenção de tomar a Casa Lusitana, considerada “um belo exemplar da história do comércio em nossa cidade” (Proc. 33.634/1996, fl. 42). Nessas idas e vindas, se verificou que a carta de contestação enviada pelos proprietários no final de 1996 (Proc. 33.634/1996) ainda não havia sido respondida.

Sérgio Losnak, presidente do CODEPAC naquela época, hoje é agente cultural do Museu Histórico de Bauru e foi o encarregado de redigir a carta de contra argumentação, em 2 de fevereiro de 2010. Ele também recorreu aos mesmos artigos 7º e 8º da Lei Municipal nº 3.486, utilizados na carta de contestação, para rebater as alegações do proprietário da Casa.

Para Losnak, “a Casa Lusitana é um marco de desenvolvimento comercial da cidade, e pode sem dúvida ser elencada como ponto turístico relacionado a atividades comerciais desenvolvidas no período de formação de Bauru” (Proc. 33.634/1996, fl. 57) e não apenas mais uma loja genérica que funcionou por um tempo no centro da cidade. A Casa Lusitana representa um ícone do pioneirismo comercial em Bauru em um período de chegada das ferrovias à cidade, e todas as formas de comércio praticadas e originadas naquele tempo também fazem parte do

legado histórico e folclórico do município. Isso justificaria a preservação do prédio, segundo o ex-presidente do Conselho.

Também é mencionado que o conceito de ambiente pode ser entendido como uma junção entre a natureza e a construção, rebatendo a alegação de que o imóvel não tinha valor ambiental ou ecológico. No que se refere à falta de um “autor de renome”, Losnak salienta que a história de Bauru também se construiu por personagens anônimos, assim sendo “a obra é assimilada pelo seu significado e não de quem a produziu” (Proc. 33.634/1996, fl. 58).

Há discordância também na tese de que o prédio não apresentava mais a sua configuração original. Ainda que seu espaço interno esteja descaracterizado, Losnak afirma que a fachada da Casa Lusitana mantém boa parte de sua aparência anterior. O membro do CODEPAC ainda alerta a respeito da possível perda de identidade e memória coletiva de Bauru. Na visão de Losnak, os bens tombados pelo Patrimônio Histórico podem ser definidos como semióforos, conceito exemplificado em uma passagem do filósofo Krzysztof Pomian (1987):

[...] pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, pinturas, habitações, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento, cujo valor não é medido somente por sua materialidade, e sim por sua força simbólica, por seu poder em estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, é destinado à contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. (POMIAN, 1987 apud Proc. 33.634/1996, fl. 56)

O fragmento acima já explicita por si só um conflito envolvendo a preservação do patrimônio histórico e os interesses materiais e econômicos – nesse caso, a especulação imobiliária. Um abandono completo da memória coletiva referente ao local é preocupante, na opinião de Losnak. Ele ilustra isso com uma citação de Maria Nazareth Ferreira (2008), que considera que “a destruição da identidade é o primeiro passo em qualquer tentativa de dominação” (Proc. 33.634/1996, fl. 59).

Uma nova decisão favorável ao tombamento ocorreu em 25 de fevereiro de 2010. Porém, Ary Nunes Garcia novamente interpelou recurso, em maio do mesmo ano. O CODEPAC novamente indeferiu o recurso e, em 12 de janeiro de 2011, o



Casa Lusitana, maio de 2014. As paredes frontais ao Calçadão da batista ainda conservam a cor branca; já a fachada referente ao ponto da Tim foi alterada para a coloração azul.  
Crédito: Acervo do autor

prefeito Rodrigo Agostinho assina o decreto nº 11.442 que estabelece o tombamento definitivo da Casa Lusitana como patrimônio histórico municipal. Assim como no primeiro tombamento de 1996, é indicada a preservação das fachadas do imóvel.

\*\*\*

Nessa altura, a divisão de propriedade entre os familiares já diferia do começo do processo. Com o falecimento da sua esposa, Ary Nunes Garcia concentrou a posse majoritária, com 50% do imóvel; a outra metade foi dividida igualmente em quatro partes entre seus quatro filhos: Ana Cecília Garcia Farha (casada em comunhão universal de bens com José Roberto Farha), Ana Helena Guimarães Garcia Horta (casada em comunhão parcial de bens com Júlio Rodrigues Horta), Antônio Garcia Neto e Luiz Fernando Guimarães Garcia (casado em comunhão parcial de bens com Adriana Linares Nolasco Garcia). Em maio de 2011, o imóvel já tem um valor avaliado de R\$ 3.243.666,53.

Um dos filhos, Luiz Fernando, entrou com um pedido de revisão do decreto de tombamento em 3 de março (Proc. 11429/2011), quase dois meses após a promulgação do decreto. Em meio às justificativas para revogar o ato anterior, ele apresenta fotografias das fachadas do espaço referente à loja da Tim, pintadas de azul (anteriormente a cor branca era predominante em toda a extensão do prédio).

O Poder Executivo rejeitou o pedido de revisão em 2 de maio de 2011 e decidiu pela manutenção do tombamento do imóvel. Houve a sugestão por parte da Secretaria de Municipal de Negócios Jurídicos (SNJ) de que os proprietários procurassem outras instâncias judiciais caso se sentissem prejudicados pelo decreto que foi mantido pelo prefeito Rodrigo Agostinho em 7 de junho.

Seguindo o conselho da SNJ, os filhos de Ary Nunes Garcia entraram com uma representação na Justiça Estadual (Proc. 0028068-58.2011.8.26.0071, TJ-SP, 2013) propondo uma “ação de conhecimento desconstitutiva, com pedido de tutela antecipada, em face do Município de Bauru”. Com a tutela antecipada, eles esperavam “assegurar a execução dos contratos anteriores ao Decreto de tombamento e a renovação ou celebração de novos contratos em situação idêntica, independentemente de qualquer autorização do poder público” (Proc. 0028068-58.2011.8.26.0071, 09/06/2013, fl. 651). A tutela antecipada consiste em adiantar ao requerente (proprietários) os direitos solicitados (posse independente do imóvel) até que seja publicada a decisão judicial.



Residência do proprietário do imóvel na imagem acima. Esta parte é construída com elementos arquitetônicos mais próximos do Ecletismo enquanto a parte comercial é influenciada pelo Art déco.

Na imagem à esquerda, detalhe da escadaria de acesso à piso de cima do sobrado.

(Bauru, maio de 2014).  
Crédito: Acervo do autor

Como argumentos para a ação judicial, os proprietários apresentaram as seguintes razões:

1. Duplicidade da Lei nº 3.486/1992, o que deslegitimaria a criação do CODEPAC;
2. Apenas o senhor Ary Nunes Garcia teria sido notificado de todas as etapas do processo de tombamento e não os demais donos, como a sua falecida esposa Carmem e filhos;
3. A ata da reunião que decidiu pelo tombamento não foi assinada por nenhum dos membros e um dos conselheiros não havia votado;
4. O decreto já havia caducado, uma vez que ele teria sido publicado há 14 anos (não são mencionados os decretos de 2010 e 2011).

Porém, em sentença expedida em 6 de setembro de 2013, a Justiça Estadual rejeitou os argumentos e decidiu que as etapas que culminaram com o tombamento da Casa Lusitana estavam conforme os preceitos legais. Esse, por enquanto, é o último episódio envolvendo proprietários e Poder Público a respeito do tombamento da Casa.

\*\*\*

As discordâncias entre poder público e proprietários da Casa Lusitana, podem ter ocorrido devido a um possível desentendimento a respeito da concepção sobre o patrimônio histórico; já os episódios envolvendo a descaracterização do sobrado, provavelmente, não podem ser atribuídos ao desconhecimento da legislação.

Alex Gimenez Sanches, diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Cultural (DPPC) afirma que, além do famoso caso da pintura nas fachadas do ponto comercial da Tim, algumas empresas mexeram no mármore original da Casa, trocando-o por pastilhas.

O historiador e membro do CODEPAC, Fábio Pallotta lista outras alterações no imóvel: “Uma parte da casa está descaracterizada. Inclusive a casa da família, que era de estilo eclético. Eles arrancaram os enfeites, as esquadrias. Colocaram tudo em estilo moderno na esperança de, descaracterizando, reverter o tombamento. A cor [da fachada] foi o mínimo”. Ele considera que há um repasse de responsabilidade do poder público na hora de estabelecer algum tipo de sanção aos proprietários em episódios desse tipo. A questão vai para a prefeitura, que depois

passa para a Secretaria de Planejamento tomar alguma providência jurídica para a tomada de atitudes quanto à descaracterização. Pallotta desconhece a existência de algum processo do tipo em relação à Casa Lusitana.

Já o ex-presidente do Conselho, Henrique Perazzi de Aquino, considera que, em relação ao episódio da Tim, faltou diálogo entre o CODEPAC, os donos do sobrado e a própria empresa de celulares: “O Poder Público não gosta de pressionar e nem de ser pressionado”, complementa o historiador.

Os representantes da família Garcia foram procurados para falar sobre o assunto. Porém, um dos filhos de Ary Nunes Garcia disse que o seu pai, doente e com idade avançada, não poderia conversar sobre essas histórias. Questionado sobre o assunto, o filho de Ary alegou desconhecimento a respeito do passado da Casa e também se negou a falar.



### **Parte III: Pós-ferrovia**

***EDIFÍCIO BRASIL-PORTUGAL: estética e funcionalidade para moradores  
de cartão-postal de Bauru***

A riqueza arquitetônica, sem dúvida, é um atrativo para quem passa pelo cruzamento das avenidas Nações Unidas e Rodrigues Alves e observa as formas do Edifício Brasil-Portugal. Porém, a relevância do prédio projetado pelo arquiteto português Fernando Pinho, para a cidade, não acaba aí.

Entender por que o imóvel é importante para a cidade ganha destaque depois de se ter conhecimento sobre o contexto que cercou sua construção – a ocupação das cidades brasileiras crescia de forma ininterrupta e, talvez por isso, os conceitos de moradia vertical começavam a ser implantados por aqui. Também é preciso relacionar esses fatores externos com elementos existentes na arquitetura do edifício (e seus posteriores benefícios aos moradores).

Projetado em 1961 para concorrer em um concurso promovido pelo Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A. (do qual saiu vencedor), o edifício foi concluído em 1964. O nome do imóvel é uma homenagem do próprio banco aos dois países de raiz lusitana. Fernando Pinho, arquiteto nascido no Porto em 1921, foi o responsável por desenhar as linhas do edifício. Ele veio ao Brasil em 1952, depois de concluir doutorado na Escola de Belas Artes de Lisboa – antes, ele formara-se no Curso de Belas Artes na sua cidade natal. No Brasil, ele fundou a companhia Martha e Pinho Ltda. e se estabeleceu na cidade de Bauru.

\*\*\*

Os primeiros edifícios de vertente moderna em Bauru têm a assinatura de Pinho, inclusive o Brasil-Portugal. Apesar de não ser o primeiro exemplar do gênero, o prédio certamente é um dos que está mais presente na memória dos bauruenses. No levantamento “O Centro da Cidade de Bauru e o Patrimônio Arquitetônico”, realizado por Rosio Fernández Baca Salcedo, professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp (câmpus de Bauru), a obra foi escolhida por 3,8% dos entrevistados como o edifício mais importante da história da cidade. A sua importância na estruturação do espaço urbano e sua beleza e originalidade singulares, para a época e local, “se constituem em elementos de identidade, significado e cognição para os habitantes da cidade” (SALCEDO, 1998, p. 3).

Em depoimento de Pinho, realizado em 21 de outubro de 1998, e registrado no artigo, “A Arquitetura Moderna na Cidade de Bauru: projetos de Fernando Pinho”, também de autoria de Salcedo, o português conta que não cuidava só do desenho arquitetônico, mas sim de todo o processo de construção do edifício:

[...] aqui em Bauru, na maioria, eu projetava e dirigia a construção. Hoje há mais diversidade... antigamente nós tínhamos que fazer tudo, principalmente aqui em Bauru que não tinha nada. Quando começamos em Bauru, aqui não tinha arquiteto, tinha muitos engenheiros. Engenheiros só da estrada de ferro, da força e luz, da UDR,... e o resto era desenhista e mestre de obra...o arquiteto faz o projeto na prancheta e da prancheta para a obra, acompanhando toda a obra, é o responsável pela criação da obra. Na Europa, como no mundo inteiro, menos no Brasil, o chefe de uma equipe é sempre o arquiteto... Eu projetava e dirigia as obras, era o pedreiro mor da firma (SALCEDO, 1999, p.4).

A arquitetura moderna no Brasil, na época, estava às voltas com a inauguração de Brasília, fato que também ajuda a explicar o sucesso de suas construções a partir daquele momento. Justamente nesse contexto o Brasil-Portugal está inserido. As primeiras construções modernas do país, segundo GOYA e SALCEDO (1999, p. 2), surgiram no período entre as duas grandes Guerras Mundiais coincidentemente no mesmo momento em que se consolida o desenvolvimento industrial no Brasil. As construções sofreram influência imediata das idéias modernistas, enquanto o aspecto paisagístico ou o desenho das cidades ainda não refletiam as mudanças arquitetônicas. Isso ocorreria apenas a partir da fundação de Brasília, em 1960.

Os edifícios residenciais já existiam por aqui a partir da década de 1930. Marcados pelo uso alternativo e adensado dos espaços e pela rejeição ao decorativismo, os prédios incorporavam o visual moderno nas suas fachadas ao mesmo tempo em que exibiam em seu interior o ambiente das residências tradicionais, ocupadas por um só núcleo familiar. Existia a intenção de adaptar os ocupantes à verticalização das moradias sem abandonar o desenho das habitações unifamiliares. A parte interna dos apartamentos se assemelhava a uma casa; a diferença é que eles estavam sobrepostos uns aos outros, compartilhando um mesmo lote.



Edifício Brasil-Portugal. Imponente monumento se localiza em um dos pontos nervosos da cidade: o cruzamento Nações Unidas/Rodrigues Alves (Bauru, agosto de 2014).

Crédito: Acervo do autor

A despeito da novidade, as formas modernistas no Brasil ainda se resumiam a reproduções de formas arquitetônicas vistas na Europa e nos Estados Unidos. As principais influências eram Le Corbusier, da Suíça, o teuto-americano Mies Van der Rohe, e Frank Lloyd Wright, dos Estados Unidos. O divisor de águas, quando uma obra modernista brasileira alcança renome internacional, se dá na fundação de Brasília, em abril de 1960. A obra foi capitaneada por Lúcio Costa (desenho do plano urbanístico) e Oscar Niemeyer (desenho arquitetônico). Embora houvesse outros importantes exemplares do Modernismo, com a assinatura de Niemeyer, espalhados pelo país – o Conjunto Arquitetônico da Pampulha (Belo Horizonte), a Igreja da Candelária (Rio de Janeiro) e outros edifícios em outras capitais –, a nova capital federal, a partir de então, torna-se a referência arquitetônica modernista no Brasil.

É bom pontuar que, apesar de algumas resistências a respeito dos edifícios, eles acabam encontrando espaço no Brasil, sobretudo em um cenário de crescimento populacional urbano cada vez maior. As moradias verticais constituem-se em interessantes alternativas para o atendimento dessa nova demanda habitacional.

### **Migração campo-cidade no Brasil nos anos 50 e 60**

Dados dos Censos de 1950 e 1960 detectam a migração de habitantes de áreas rurais para o ambiente urbano. O deslocamento campo-cidade, que já ocorria algumas décadas antes, acentua-se a partir da segunda metade do século XX.

No levantamento censitário de 1950 é registrado que “dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 8). A década se constitui como o período de maior migração inter-regional. Isso quer dizer que os deslocamentos não eram feitos necessariamente dentro de uma mesma região. A construção da estrada Belém-Brasília no Norte, a nova capital do país no Centro-Oeste, o deslocamento para áreas metropolitanas no Sul e no Sudeste e a migração em busca de trabalho nas colheitas de café no estado de São Paulo e no norte do Paraná eram fatores que motivavam o êxodo da população rural nordestina (o ponto comum a todos esses fatores é a busca dos migrantes por trabalho); as grandes secas na região também

eram responsáveis pela migração do Nordeste rural: quase 1/3 da população da região (30,6%) mudou-se para outros espaços geográficos nos anos 50.

Na região Sudeste, o êxodo rural também era considerável. “4 milhões de habitantes deixam o campo, o que corresponde a 30,6% da população rural do início da década” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 8). Grande parte dessas pessoas migrava para espaços metropolitanos em busca de empregos nas indústrias que se estabeleciam, sobretudo no estado de São Paulo.

Já nos anos 60, o avanço do crescimento populacional no Sudeste foi ainda maior. “Nada menos que 6 milhões de pessoas deixaram o Sudeste rural, metade de toda a migração rural nacional e 46,5% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 9). No entanto, cabe lembrar que os Censos de 1950 e 1960 devem ser observados com cautela, uma vez que os levantamentos apresentaram alguns problemas – o de 1960 foi publicado apenas em 1976, e ainda assim sem a publicação das taxas de fecundidade e mortalidade por situação de domicílio. Essa lacuna foi contornada utilizando-se os diferenciais médios registrados entre 1940/50 e 1960/70. De qualquer forma, as tendências de maior ocupação da cidade em relação ao campo (que se consolidaram nas décadas seguintes) foram detectadas. Segundo Martine (1990, apud Camarano e Abramovay, 1999, p.8), “por incrível que possa parecer, não se encontra facilmente na literatura uma estimativa global da emigração líquida do campo para a década de 50”.

### **A convivência das classes sociais no Brasil-Portugal**

José Xaides de Sampaio Alves, arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC-UNESP), teve a incumbência de redigir o parecer histórico do Edifício Brasil-Portugal durante o processo de tombamento – na época, ele também era membro do CODEPAC. A inovação arquitetônica e os conceitos de povoamento que agregavam diferentes classes sociais, inseridos no projeto, foram alguns dos principais argumentos utilizados pelo arquiteto em seu texto para convencer o Conselho sobre o tombamento do prédio.

O projeto do imóvel concebeu a existência de apartamentos de um a três quartos. A oferta de tamanhos diversos de moradias era uma estratégia para atrair



Primeiro e segundo andares do Brasil-Portugal (imagem acima) e detalhe do jardim (foto abaixo), localizado na entrada do edifício. Observa-se como as cores (o verde do jardim e o amarelo das fachadas) se sobressaem em relação aos outros elementos da construção (Bauru, agosto de 2014).

Crédito: Acervo do autor

mais habitantes. Em um período de aumento populacional chegando às cidades médias do interior paulista, a alternativa dos imóveis verticais era vista com bons olhos – o fenômeno demográfico já se iniciara anteriormente em algumas capitais e em suas respectivas áreas metropolitanas. De alguma forma, o crescimento demográfico urbano foi um catalisador para que as formas e conceitos da arquitetura modernista fossem incorporadas mais rapidamente, uma vez que os apartamentos constituíam-se em mais uma parte da oferta de residências. Já que a demanda por moradia era maior do que em outros tempos, tornava-se natural pensar nessas novas construções como futuras residências.

Porém, o conceito das habitações verticais tinha mais um objetivo: conceber espaços de coesão social onde pessoas de diferentes classes econômicas pudessem conviver. Teoricamente, as famílias mais ricas ocupariam apartamentos maiores, ao passo que os menos abastados ficariam com os mais modestos. Na prática, também devem ser levados em conta nessa escolha a quantidade de pessoas dentro do apartamento e o uso que se faria desse espaço.

\*\*\*

O compartilhamento do espaço podia ser observado também na disposição de terrenos de algumas ruas da Bauru naquele tempo. Xaides conta que as quadras de alguns bairros tradicionais tinham lotes pequenos, médios e grandes. A idéia de construir uma “cidade misturada”, onde atores sociais distintos pudessem ocupar uma mesma comunidade, era naturalmente aceita.

O arquiteto diz que hoje o modelo de coesão social das moradias anda em desuso. Há chance da “cidade misturada” voltar? “O grande desafio do urbanismo contemporâneo é a reinserção”, diz José Xaides. Para isso é necessário reverter um modelo de segregação das classes que, na visão dele, acabou sendo induzido pelo próprio mercado imobiliário. Usando como exemplo o antigo modelo de ocupação de Bauru e transportando-o para a atualidade, se observa que o loteamento obedeceria a uma ordem relacionada ao *status* social desejado para cada local: lotes grandes estariam apenas em quadras “ricas” e os terrenos mais “acanhados” ficariam dispostos nas quadras “pobres”. Institucionaliza-se a existência de um espaço territorial separando ricos e pobres. Em suma, o que ocorre agora é a separação de classes, e isso é vendido como algo atrativo pelas empresas do setor. Ao fazer uso desse instrumento, o ex-membro do CODEPAC considera que elas estabelecem e estimulam o que ele define como “valores anticivilizatórios”.



## **Nações Unidas e Rodrigues Alves: avenidas que se cruzam em favor do carro**

No início da ocupação do Brasil-Portugal, as duas avenidas ladeadas pelo edifício tinham trajetórias e características opostas. A Rodrigues Alves já era uma ligação entre os trilhos da ferrovia e o centro da cidade, desde sua inauguração, em 1905. Por outro lado, a Nações Unidas, aberta em outubro de 1961, estava inserida em um contexto em que o automóvel começava a ocupar posição hegemônica frente a outros meios de transporte, principalmente no que se refere ao transporte de passageiros.

Nos seus primeiros anos, a Rodrigues Alves era denominada avenida Alfredo Maia, em homenagem ao superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana, na época de início de suas operações em Bauru. A condição permaneceu até janeiro de 1919, mês de falecimento de Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da República entre 1902 e 1906. A via foi rebatizada com o nome do ex-presidente que assinou o Decreto nº 5349, permitindo a vinda da Noroeste do Brasil para a cidade. Ele fora eleito para um segundo mandato, com início previsto para novembro de 1918. Porém, não pode assumir por complicações decorrentes da gripe espanhola, doença que o levaria a óbito.

Inicialmente, a avenida tinha suas margens rodeadas por hotéis, pensões e bares. Efeito imediato da implantação das linhas férreas e da demanda por serviços nessa área. No entanto, a infraestrutura do local não atendia de forma suficiente o local. Posteriormente, a estrada de areia cedeu espaço para os paralelepípedos, o canteiro arborizado e bancos de granito. Assim, a via também adquiriu *status* de área predominantemente residencial.

Palco de desfiles com carro aberto e carnaval, a Rodrigues Alves tinha como ponto final de avenida a Rua Antônio Alves, onde havia um templo religioso finalizando a via. A partir da década de 50, o obstáculo foi retirado e o caminho viário pode prosseguir. Após várias obras de prolongamento viário, atualmente a Rodrigues tem pouco mais de oito quilômetros de extensão divididos em 70 quadras, iniciando-se na região da Estação da N.O.B. (cruzamento com a avenida Pedro de Toledo) e acabando na Rodovia SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros).



Movimentação de veículos é intensa no trecho onde está localizado o Brasil-Portugal (Bauru, agosto de 2014). Crédito: Acervo do autor

Constatar que os modais rodoviários adquiriam maior relevância na área de transporte não significa dizer que esse fenômeno ocorreu de forma instantânea no Brasil. No ambiente urbano, era comum observar uma polaridade entre os automóveis e os trens. Bauru apresentava essa dualidade de forma ainda mais acentuada por ter se constituído um importante entroncamento ferroviário no estado de São Paulo. Quando a avenida Nações Unidas foi inaugurada, em 1961, o seu desenho original tinha como extremos a Rodrigues Alves (lado sul) e os trilhos da Noroeste (lado norte). Ainda que se experimentasse a ascensão das rodovias em âmbito nacional, em Bauru, as ruas e avenidas ainda tinham como função principal ligar os espaços reconhecidos, a priori, ao uso ferroviário.

Situada em uma região afetada por cheias provenientes dos períodos de chuvas (e onde foram levantadas as primeiras construções da cidade, no final do século XIX), a Nações Unidas quando implantada, de certa forma, canalizou o Córrego das Flores, diminuindo um pouco o impacto das enchentes. No entanto, elas ainda acontecem uma vez ou outra; sobre isso, Paulo Henrique Leite Pereira, o PH, guia do Museu Ferroviário de Bauru, diz que as cheias atingem mais essa região pelo simples fato de ali ter sido, no passado, uma área de vale de rio. O caminho natural é chegar e se concentrar ali. Logo, chuvas mais intensas têm grandes chances de provocar transbordamento dos córregos.

A expansão da área urbana de Bauru tornou necessária a construção de novas vias e o prolongamento das já existentes que tinham relativa importância. A Nações Unidas está incluída no segundo grupo. Na sua primeira expansão, já se observava uma preocupação em ligar o centro/área ferroviária com regiões mais novas da cidade. O novo trecho ia da Rodrigues até a avenida Duque de Caxias. Em seguida, foi alongada até o Parque Vitória Régia. A Rodovia Marechal Cândido Rondon (SP-300), o Ceasa e o Zoológico Municipal (perto do trevo de saída para Pederneiras) foram os pontos de destino dos três prolongamentos que se sucederam e foi finalizada a Nações Sul. Cada uma dessas obras abrangia os bairros que nasciam nessa porção da cidade: Altos da Cidade, Vila Cardia, Vila Universitária, Vila Contorno, Núcleo Geisel, etc.

Recentemente, a Nações Norte também passou por alterações. Depois da Rua Marcondes Salgado (antiga linha férrea), houve a construção de um trecho que ia até o Terminal Rodoviário. A extensão seguinte ia até a avenida Moussa Tobias (saída para Iacanga). Por fim, o último alongamento, de 3,5 quilômetros de

extensão, foi entregue à população em 2011. Tem como ponto final o trevo de acesso a SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros), que liga Bauru a Marília. A avenida tem hoje mais de 11 quilômetros (ultrapassando em tamanho a Rodrigues Alves) e, por enquanto, não deve passar por novas expansões.

Xaides acrescenta que as obras realizadas na Nações Unidas ocorriam de acordo com a expansão que se observava da cidade. Na década de 60, quando a via foi fundada, a cidade “acabava” na Duque; logo, a Nações “encerrava-se” ali. No entanto, a avenida não é o único ponto de detecção do crescimento da cidade. Outros pontos turísticos atuaram da mesma forma, expandindo os limites de Bauru, visto que só poderiam surgir em localidades onde existisse uma demanda populacional ou comercial. Aqui se pode exemplificar como o Aeroclube de Bauru, a Casa da Eny, a Praça Portugal e a própria avenida Rodrigues Alves.

### **Conforto térmico e “vista ampliada”: as inovações técnicas do Brasil-Portugal**

Uma das prerrogativas da arquitetura moderna era oferecer melhores condições a quem ocupava as moradias, deixando um pouco de lado o aspecto decorativo nas construções. Não que inexistisse preocupação com a estética, porém, esta se manifestava de forma mais racional e menos auto referencial. No Edifício Brasil-Portugal, por exemplo, é possível notar o uso diversificado de cores como um elemento que traz beleza ao prédio; escolha estética já utilizada em obras realizadas no continente europeu e em outras no Brasil. O uso de espaços cheios e vazios e a disposição não convencional do imóvel (em relação ao espaço do terreno) são outras características no desenho do edifício.

A forma como o prédio está posicionado, de maneira diagonal ao lote, era algo inusitado no universo das construções brasileiras, marcadas pela orientação paralela dos imóveis em relação aos limites do terreno. José Xaides de Sampaio Alves salienta que a medida tinha duas distintas funções: dar um caráter de imponência ao imóvel como um todo e proporcionar conforto aos moradores quanto a características de ordem térmica.

Por estar situado em meio a dois importantes corredores da cidade, o Brasil-Portugal já se tornaria por si só um local de considerável atenção. A escolha por

estabelecer o prédio a um ângulo próximo de 90 graus de tangência ao seu endereço oficial (Avenida Nações Unidas, 11-35), de certa forma, fez o imóvel se estabelecer também como parte integrante da avenida Rodrigues Alves. Isso quer dizer que o edifício “adota” as duas avenidas como endereço de fato. Quem perguntar onde fica o imóvel, receberá como provável resposta a afirmação de que “ele fica na esquina da Nações com a Rodrigues”.

Mas não só: a posição do prédio, beirando as duas avenidas, aliada à elevação do piso térreo em relação ao nível da rua dá, reciprocamente, uma percepção visual ampliada à obra em relação ao espaço urbano. Quem o observa de frente, inversamente ao seu endereço, tem a impressão de que ele é mais alto do que realmente é. Ao mesmo tempo, o observador pode achar que as bases e altura do prisma do edifício contêm medidas semelhantes. Na verdade e na lógica, o prédio, de treze pavimentos e com formato retangular, tem medidas de base bem menores que sua altura. Essa ilusão de óptica pode ocorrer em determinados pontos de visão do prédio em que a perspectiva do objeto pode diferir de sua real dimensão. Visualmente, é possível considerar o imóvel mais alto, em virtude do seu piso térreo elevado, ou mais baixo, devido à percepção equilibrada das suas estruturas, se vistas à distância. Na verdade, as duas percepções estão amplificadas.

Outros elementos trazem beleza ao imóvel, como o jardim localizado na entrada do prédio – que dá um aspecto bucólico ao ambiente urbano cercado por concreto e asfalto – e o uso de cores variadas para as fachadas, característica nova na arquitetura local, uma vez que o branco e os tons terrosos e acinzentados (resquícios da cal, terra, areia e asfalto) predominavam em construções anteriores, sobretudo durante a era ferroviária (muito em razão da escassez de cores de tintas naquela época). Verde, rosa, roxo, amarelo, azul e vermelho eram as colorações do Brasil-Portugal e, assim como o jardim, davam um aspecto leve para um ícone da cidade. Um paradoxo considerando a imponência que o Brasil-Portugal transmite para quem passa pelas avenidas que o circundam.

Mas, provavelmente a função mais inovadora do posicionamento do edifício esteja no fato de proporcionar um conforto térmico para quem habitasse seus apartamentos. Xaides explica que durante a manhã, a fachada composta por janelas é “banhada” pelo sol no momento em que sua radiação é menos incisiva e, portanto, mais saudável. A partir das primeiras horas da tarde, a posição do sol já atinge



O edifício tem duas empenas (fachadas sem janelas) que recebem a radiação solar mais forte do dia, protegendo os moradores do perigo da exposição excessiva ao sol. Acima, empena que fica em frente à Avenida Rodrigues Alves; à esquerda, empena localizada em frente à Rua Batista de Carvalho (Bauru, agosto de 2014). Crédito: Acervo do autor

diretamente a fachada cega, fazendo “um sombreamento em todas as [outras] fachadas”. Ou seja, a parede que não possui janelas recebe a luz solar de maior radiação, evitando que algum morador fique exposto a um sol mais danoso à saúde.

As escolhas construtivas no prédio refletiam uma preocupação com a racionalidade e funcionalidade das formas. De acordo com SALCEDO (1999, p. 4), o valor plástico (e artístico) da obra de Pinho surge de “funções (espaços) bem resolvidas, bem articuladas”. As linhas e formas vistas em sua obra estão relacionadas com uma função determinada e, por sua vez, a função obedece ao espaço local, sendo, portanto, desnecessária a adoção de elementos decorativos supérfluos à construção. O cenário anterior e o cenário presente se interagem na concepção das construções modernistas.

### **Funcionalidades e beleza arquitetônica levadas em conta para o tombamento**

Comparando com processos litigiosos como o da Casa Lusitana, os estudos relativos ao tombamento do Edifício Brasil-Portugal transcorreram de forma tranquila. Nas primeiras reuniões do CODEPAC, o imóvel aparece listado como um dos bens de importância para a memória da cidade, portanto, merecedor de preservação por parte do poder público.

O processo de tombamento do edifício de arquitetura modernista teve início em 26 de junho de 1996. Dentre as credenciais previstas pela Lei Municipal nº 3486 para que um bem possa ser considerado patrimônio histórico de Bauru, a riqueza arquitetônica era a que estava mais ligada ao prédio localizado na Nações Unidas.

O parecer do arquiteto José Xaides de Sampaio Alves, de 9 de julho de 1996, enumera razões de natureza histórica e arquitetônica para a preservação do Brasil-Portugal. Primeiramente, ele explica que a obra funciona de alguma forma como um retrato da década de 60, “período esse contemporâneo a inúmeras realizações modernas significativas no Brasil e espelha, assim, toda uma filosofia marcante na forma de construir com racionalidade” (Proc. 18.040/1996, fl. 9).

A década de 60 trouxe o apogeu de dois fenômenos já citados neste capítulo: o aumento da população urbana, tornando-se majoritária em relação aos residentes no campo, e a “legitimação” da arquitetura moderna, primeiro com a construção de

Brasília e, depois, com o estabelecimento das moradias verticais no espectro imobiliário nacional.

Nesse contexto, o arquiteto salienta as características de vanguarda do Brasil-Portugal. Acrescentou-se uma nova forma de morar a fim de absorver a nova demanda de gente que vinha à cidade em busca de uma habitação. Todo esse contingente, outrora acostumado com formas de moradia mais isolada da comunidade, experimenta o ambiente do espaço compartilhado. Assim, o fato de haver três tipos de apartamentos atua no sentido de atrair mais pessoas e também no intuito de estipular um espaço de convivência social onde públicos de características e origem diversa possam dividir o mesmo cenário. Xaides define a obra como “um marco fundamental por suas proporções, definição conceitual, funcional e estética, nas mudanças da forma de morar em Bauru; ou seja: a opção de morar em edifícios verticais e coletivos ao invés de casa isolada no lote” (Proc. 18.040/1996, fl. 9).

A dificuldade das pessoas se habituarem à nova moradia também é citada pelo arquiteto. Os proprietários tinham que fazer adaptações na estrutura dos apartamentos:

[...] Especificamente, é uma obra que espelha fisicamente esse caráter de transição da forma de morar, quando o investidor teve que conceder crédito a parâmetros da qualidade de viver nas casas isoladas, os seus espaços internos são generosos e o pé-direito também, como se a casa agora estivesse disposta uma sobre as outras (Proc. 18.040/1996, fl. 9).

Nesse trecho, Xaides cita a decisão de oferecer apartamentos de um a três dormitórios, com o objetivo de atrair clientela de todas as classes sociais e também um público-alvo mais abrangente, desde aquele que exigia um pouco mais de conforto até aquele que desejava moradias mais simples. Essa oferta demonstra um cenário no qual a segregação social era bem menor e “que o mercado imobiliário ainda procurava dar opções ricas e socialmente flexíveis e mais integradoras do que segregadoras” (Proc. 18.040/1996, fl. 9).

Outro argumento utilizado para o tombamento do Brasil-Portugal foi a sua importância urbanística e paisagística para a cidade. “A disposição diagonal do prédio aos eixos das avenidas Nações Unidas e Rodrigues Alves se apropria dos



melhores visuais desses importantes corredores” (Proc. 18.040/1996, fl. 10). Ou seja, o edifício se tornou um dos elementos de identificação da cidade; quem percorre o centro de Bauru, provavelmente passa por aquele local e vai se deparar com uma obra que “serve de referência e marco urbano para esses eixos, impossível hoje de ser subtraído” (Proc. 18.040/1996, fl. 10).

O conjunto de elementos que compõem a construção do Edifício Brasil-Portugal também é citado com uma razão para sua preservação. A obra não se restringe apenas a forma retangular do prédio; também é circundada por elementos que trazem uma leveza estética à construção: a riqueza de cheios e vazios das fachadas, o tratamento dos elementos de caixilhos, parapeitos, etc., o elevado do solo aliado às linhas curvas na entrada principal do prédio, o tratamento do pavimento térreo. Características de uma construção com elementos estéticos mais racionais, comparado a obras de outras épocas e escolas arquitetônicas.

A disposição diagonal também era considerada um atrativo por ter sido original no sentido de proporcionar o chamado “conforto térmico” ao evitar que a incidência do sol ocorresse de forma mais direta nos moradores. Se o prédio ficasse posicionado de forma alinhada aos limites do lote, os moradores estariam prejudicados nesse quesito. As duas fachadas ficam orientadas para nordeste e sudoeste, posições nas quais pode receber “os melhores raios de sol do período da manhã e da tarde” e se evita “o sol frontal principalmente nos horários mais críticos da tarde” (Proc. 18.040/1996, fl. 10). Isso demonstra, segundo o parecerista, uma preocupação dos construtores com “atributos humanizadores” ou um zelo em dar uma condição de conforto ao morador e não apenas um teto para que ele possa morar.

Por fim, o parecer cita a importância da obra como expressão da modernidade voltada para habitações. “Não é só uma obra concebida em que todos os seus elementos estruturais são valorizados sem escamoteamentos, mas nada, nenhum elemento adjetivo foi gratuito” (Proc. 18.040/1996, fl. 10). O desenho dos vãos (condicionado à existência do quadrado como módulo de fachada), a planta interna de alguns espaços, os cheios e vazios e o jogo de cores são escolhas estéticas influenciadas por vertentes modernistas vindas das artes plásticas, como o Cubismo e o Construtivismo. É a arte atuando na construção de um “cenário urbano coletivo” (Proc. 18.040/1996, fl. 10).

Para o levantamento métrico e arquitetônico do imóvel, próximo passo do processo, se levou em conta o mesmo realizado em 1961, quando foi aprovado o início da sua construção. O edifício projetado por Fernando Pinho é constituído por concreto armado, apresenta uma área construída de 4.227,60 m<sup>2</sup> dentro de uma área útil de 3.712,50 m<sup>2</sup>.

Em seu artigo, “A Arquitetura Moderna na Cidade de Bauru: projetos de Fernando Pinho”, Rosio Fernández Baca Salcedo faz um detalhamento da composição de cada um dos pavimentos do edifício:

[...] O bloco comporta treze pavimentos: no primeiro pavimento térreo (166,10 m<sup>2</sup>) estão as garagens privativas, o vestíbulo, a residência do zelador, acessos e os elevadores; no segundo pavimento térreo (385,10 m<sup>2</sup>) estão os serviços coletivos (coleta de lixo, banheiros, medidores, casas das bombas, etc.) e nos pavimentos superiores (dez) estão as plantas tipo, cada um com área coberta de 360,80 m<sup>2</sup> e cada andar com quatro apartamentos três tipologias de apartamentos: tipo a) vestíbulo de entrada, sala com dois ambientes, terraço social, cozinha-copa com entrada independente, terraço de serviço com tanque, dormitório de empregada ou sala de costura, banheiro de empregada, banheiro social, corredor e três dormitórios; tipo b) vestíbulo de entrada, sala com dois ambientes, terraço social, cozinha-copa com entrada independente, terraço de serviço com tanque, dormitório de empregada ou sala de costura, banheiro social, corredor e dois dormitórios; tipo c) dois apartamentos iguais vestíbulo de entrada, sala, cozinha, terraço de serviço com tanque, banheiro social, antecâmara e 1 dormitório; e no último piso com área coberta de 64,4 m<sup>2</sup>, está a casa das máquinas, reservatório de água e registros. Além disto, o edifício possui áreas livres para lazer (parque infantil, praça e jardins). As paredes externas do edifício estão decoradas com pastilhas (SALCEDO, 1999, p. 5-6).

De acordo com laudo de avaliação de novembro de 1996, o imóvel estava em ótimo estado de conservação, com revestimento original intacto e apenas algumas manchas, causadas pelo desgaste do tempo, nas pastilhas da fachada do edifício. A praça de entrada, onde fica o jardim, já estava sendo preservada por ordem anterior da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma). Havia, ainda, uma placa de publicidade da Coca-Cola localizada na cobertura do prédio, porém, por já estar lá há muito tempo, esse elemento tornou-se um marco visual e uma referência, dispensando-se a sua retirada. A única objeção do laudo foi a instalação de portas

de alumínio no lugar das portas de madeira da garagem (contidas na construção original). Nada que significasse um problema para a preservação do imóvel.

Em 19 de novembro de 1996, o tombamento é aprovado de forma unânime. Porém, no final do ano, todos os processos de tombamento do CODEPAC tiveram que ser revisados, pois a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos (SNJ) entendeu que muitas das decisões de preservação patrimonial foram decretadas por razões políticas. Antes que os estudos fossem retomados, as atividades do Conselho foram suspensas no começo de 1997, só retornando em meados de 1999.

Na volta dos trabalhos, o processo do Brasil-Portugal ficou engavetado por um tempo. Somente em fevereiro de 2002 foi registrada atividade relacionada aos estudos sobre o imóvel. Em compensação, essa ação era definitiva: a decisão do Conselho de tomar o prédio e a definição da sua área de preservação: os terrenos vizinhos imediatos ao imóvel, situados na quadra 14 da avenida Rodrigues Alves e na quadra 12 da Rua Batista de Carvalho, além do próprio edifício.

O tombamento, decidido pelo CODEPAC em 21 de fevereiro de 2002, visava preservar as “fachadas do edifício bem como suas áreas livres, incluindo-se o acesso de veículos, jardins e área de lazer” (Proc. 18.040/1996, fl. 31). O decreto de tombamento do Edifício Brasil-Portugal (nº 9187) foi assinado pelo prefeito Nilson Costa e publicado em Diário Oficial em 9 de abril de 2002. Se o proprietário fizesse alterações no imóvel sem a anuência do CODEPAC, estava sujeito a multas que poderiam chegar a até 50% do valor venal do imóvel.

### **As reformas no prédio ou: Quando um pedaço de parede encontra um carro**

Em 20 de junho de 2006, Aníbal Keller, síndico do prédio na época, escreveu ao Conselho pedindo autorização para reforma de reparos de problemas ocasionados por infiltração de água que causaram o deslocamento de pastilhas e de reboque da parede externa do prédio, mais especificamente na sua cobertura. A autorização para a reforma é concedida somente em 2 de agosto de 2007, quando o presidente do CODEPAC era o historiador Henrique Perazzi de Aquino. Ele solicita uma inspeção a ser realizada quando se iniciasse a reforma.

Ainda em 2006, um fato inusitado ocorreu. Conforme está descrito nos autos do processo de tombamento do imóvel, no dia 27 de dezembro, por volta das 23 horas, um carro Santana Quantum, de propriedade de Thaiz Innocenti Flaminio (cor cinza, ano 1998), “foi atingido por um bloco de revestimento que se despreendeu do 11º andar, danificando parte do teto e a porta lateral traseira direita” (Proc. 18.040/1996, fl. 51). Era solicitado o envio da quantia de R\$ 213,26, referentes ao aluguel de um veículo, solicitado enquanto o Quantum era consertado. O único registro de ressarcimento registrado é um depósito em favor da proprietária no valor de R\$ 180,00 (Proc. 18.040/1996, fl. 56).

Outra solicitação por parte dos representantes do prédio, registrada nos autos, se deu em 29 de maio de 2012, pela síndica e subsíndico da época, Neusa Maria Pires e José Carlos da Silva, respectivamente. Eles enviaram uma carta externando intenção de realizar algumas reformas no prédio; entre elas estava o gradeamento do edifício, a colocação de lombadas e/ou cancelas em frente à portaria, a instalação de uma guarita para controle de entrada das duas garagens, a colocação de uma rampa de acesso a cadeirantes e a permissão de uso da cobertura do prédio como espaço de veiculação de publicidade. Em ordem de importância, os síndicos priorizavam a instalação das rampas, das guaritas e da lombada/cancela; em segundo plano, consideravam a concessão do espaço de publicidade e a instalação das grades.

Em reunião do dia 29 de maio de 2012, os membros do Conselho aprovaram a construção da rampa e a instalação da cancela. A guarita e a veiculação de publicidade na parte superior do imóvel também foram aceitas, mas com a condição de que se apresentasse ao poder público um projeto detalhando como seriam realizadas as melhorias e que incluísse um plano de iluminação da praça de entrada e monitoramento por meio de câmeras – no caso da guarita e cancela, aprovou-se também a instalação de um interfone. O gradeamento do edifício foi rejeitado.

No dia 3 de outubro de 2013, os síndicos consultam novamente o órgão municipal responsável pela preservação do patrimônio histórico para saber sobre a possibilidade de reparos no piso da parte traseira do prédio. Seriam assentadas lajotinhas sextavadas confeccionadas com material ecologicamente correto (Proc. 18.040/1996, fl. 66) em uma área de 334 m<sup>2</sup>. O valor orçado chegava a R\$ 26.720,00 (com uma estimativa de 80 reais por metro quadrado). A intenção também era, segundo os síndicos, colocar as lajotinhas também na praça do prédio. Nas

consultas aos autos do processo, não encontramos nenhuma menção sobre alguma aprovação dessa solicitação.



De cima para baixo, registro das alterações mais recentes efetuadas no imóvel: instalação de interfones e câmeras de monitoramento na portaria, portão para garagens e cancela para identificação de moradores (Bauru, agosto de 2014). Crédito: Acervo do autor





Vista do Edifício Brasil-Portugal a partir da Rua Batista de Carvalho, no Jardim Brasil (Bauru, agosto de 2014). Crédito: Acervo do autor

***ANTIGAS INDÚSTRIAS MATARAZZO: exemplar de arquitetura fabril que foi destombado (e depois demolido)***

Em geral, todas as instituições públicas que cuidam da preservação do patrimônio histórico-cultural já têm em seus arquivos processos de tombamento que foram aprovados e desaprovados pelos membros colegiados. Porém, patrimônios destombados pelo poder público, revertendo decisões anteriores, são casos mais raros de se encontrar. Mas existem. Um deles está em Bauru.

Ao buscar informações relativas à preservação do patrimônio histórico em Bauru, é possível se deparar com a história do processo das antigas Indústrias Matarazzo, um dos primeiros imóveis (senão o primeiro) a ser levados em conta para tombamento, devido a sua relevância histórica e arquitetônica para a memória coletiva da cidade. A fábrica ficava localizada nos arredores da Vila Antártica e ocupava uma área de 17 mil m<sup>2</sup>, à beira da linha férrea e perto do também extinto 4º Batalhão da Polícia Militar. Apesar do decreto anterior, houve a reversão da decisão pelo prefeito na época e o prédio acabou sendo demolido, dando lugar a um shopping.

\*\*\*

A primeira tentativa de ingresso da Matarazzo em Bauru aconteceu em 1921. Uma fábrica de sabão de propriedade de Conde Francesco Matarazzo chegou a levantar um pavilhão na Vila Falcão, onde iria funcionar o estabelecimento. Por razão desconhecida, os planos acabaram não se concretizando.

Já na década de 30, os planos eram outros. Sai o sabão, entra o algodão. Ela não seria mais instalada na Vila Falcão e, sim, na Vila Antártica. De acordo com o memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina, a fábrica, produtora de derivados de algodão (tecidos, óleo, etc.), começou a ser construída em terras bauruenses em 1934 e foi inaugurada em 1939, em meio a um período de transição econômica no país. O setor cafeeiro, afetado em cheio pela crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, dava lugar ao algodão, que alcançava o seu auge em Bauru e era matéria-prima das mais exploradas pelas oficinas da Matarazzo – o Conde Francesco ganhou uma homenagem ao ter seu nome eternizado como título de uma das ruas que fica no entorno de onde se localizava a indústria.

Até 1940, Bauru viveu o apogeu do algodão. Foram instaladas 11 máquinas de beneficiamento, uma delas no pavilhão da Matarazzo. Duas outras companhias



vieram à cidade: a Anderson Clayton, (óleo de caroço de algodão) e a Moinhos Santista (SAMBRA), que fazia óleo a partir do algodão e do amendoim.

### **O primeiro da lista dos tombáveis do CODEPAC**

Por ordem alfabética, o edifício das Indústrias Matarazzo ocupava a posição nº 1 na lista elaborada pelos conselheiros do CODEPAC que enumerava os imóveis considerados dignos de preservação pelo patrimônio histórico municipal. Essa relação, feita em meados de 1996, chega a ser simbólica, se formos observar o histórico de acontecimentos que cercaram o tombamento e, posteriormente, o destombamento desse edifício que representava, entre coisas, a pujança econômica de um dos núcleos empresariais mais importantes do país.

Deve ficar claro que a intenção de relatar esse caso de forma nenhuma é apontar culpados ou construir teorias conspiratórias que justifiquem o seu desfecho. O objetivo é contar os principais passos que levaram ao indeferimento da decisão de tombamento, algo pouco comum nas tratativas relacionadas à preservação do patrimônio histórico. Dito isso, podemos esclarecer o assunto.

No processo nº 18.028, aberto no dia 26 de junho de 1996, o edifício das antigas Indústrias Matarazzo foi elencado junto aos outros imóveis vistos como bens passíveis de preservação pelo poder público municipal.

No dia 28, o proprietário do imóvel, Sr. Elio Massari, recebeu a notificação do poder público municipal informando que a antiga fábrica estava em estudo para tombamento. Até a conclusão dessa etapa, o edifício não poderia sofrer quaisquer alterações.

O arquiteto José Xaides de Sampaio Alves fez o parecer histórico do imóvel, por solicitação do CODEPAC. Na carta, recomenda o tombamento do bem e oferece algumas justificativas para tal. “Do ponto de vista histórico, o edifício em questão é um exemplar ímpar de arquitetura fabril dos anos trinta em Bauru...” (Proc. 18.028/1996, fl. 13). Ele faz um paralelo entre a chegada da fábrica à cidade e o desenvolvimento econômico, social e cultural que Bauru experimenta na década de 1930. A ferrovia, que havia tido papel importante durante a expansão do café, aqui também contribuiu para o crescimento do setor algodoeiro e, em segunda análise, se tornou um catalisador da modernização dos instrumentos de trabalho na época.



Vista aérea da região onde ficava o prédio das Indústrias Matarazzo na Vila Antártica (Bauru, década de 90). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Imagem das fachadas da tecelagem dos Matarazzo. Detalhe para o formato dos módulos que serviam de arremate para o desenho das paredes (Bauru, década de 90).

Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru

Os trilhos se integravam harmonicamente ao conjunto fabril dos Matarazzo. Ao lado da fábrica, havia um ponto de parada para que os trens realizassem operações de carga e descarga. Por outro lado, as pessoas que passavam por aquela região a bordo dos trens, tinham uma visão privilegiada das estruturas fabris citadas, que constituíam uma bela fachada para os viajantes. Segundo o parecerista, essa fachada representa, “simbolicamente, o quanto a vida econômica, cultural e social estava dependente e valorizava o transporte ferroviário em Bauru” (Proc. 18.028/1996, fl. 13). Sem a ferrovia, a indústria não teria condições de crescer naquele momento. Os vagões já estavam inseridos no cenário urbanístico da cidade e, ao mesmo tempo, eram mola de propulsão para “um processo de transformações econômicas e sociais da região e do país, que tem na industrialização a esperança de profundas transformações qualitativas da vida dos seus cidadãos” (Proc. 18.028/1996, fl. 13).

Sobre a arquitetura, o parecer menciona que o edifício apresentava uma integração espacial que o tornava flexível em relação às diversas funções executadas dentro da fábrica – benefício de algodão, produção de óleo e tecelagem. Além disso, os construtores do imóvel recorreram ao uso de lanternins para, de uma vez só, amenizar três incômodos que poderiam afetar mais sensivelmente o ambiente de trabalho: o calor excessivo, o consumo de energia e o excesso de poluentes em espaço fechado.

Lanternim é o nome dado a uma abertura na parte superior do telhado que possibilita a ventilação do ar sob a cobertura. Em uma construção convencional, os dois lados principais do telhado se unem por uma cumeeira (espécie de telha que “amarra” o telhado como um todo), em formato de V invertido. No caso do edifício dos Matarazzo, há uma elevação separando telhado e cumeeira; nesta cisão é onde se encontram os espaços de ventilação. Além de amenizar a temperatura, os lanternins são eficazes para captação de luz natural e na dispersão dos gases poluentes que, em ambientes fechados, ficam concentrados na superfície – o ar aquecido é menos denso e, com isso, ascende para a cobertura. Os lanternins localizados no topo da fábrica se constituem em uma solução sustentável em virtude da “busca natural de iluminação perfeita e de ventilação natural que amenizasse as atividades industriais nas condições adversas de calor do clima bauruense” (Proc. 18.028/1996, fl. 13). Os lanternins atuam no sentido de dar um conforto ao trabalhador na fábrica, um ambiente notadamente poluente e antiecológico.

Os símbolos relacionados à família Matarazzo, e à indústria em geral, são listados pelo professor da FAAC-Unesp como itens merecedores de atenção pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico. As peças que reproduziam a logomarca das Indústrias Matarazzo – as iniciais da empresa dividindo espaço com a chaminé fabril, um elemento representativo do novo momento que a economia brasileira estava prestes a percorrer – são consideradas por Xaides um material digno de ser cultuado pelo patrimônio artístico. Por outro lado, o modo de construção da fábrica chama a atenção pela padronização. Além da repetição dos modos de fechamento de cada módulo, valorizando sutilmente os módulos centrais, há a valorização do corpo do prédio com trabalhos realizados por meio da alvenaria de tijolos.

Tijolos esses que tinham que se segurar depois da passagem de cada vagão sobre os trilhos, que estavam tão próximos ao imóvel. No entanto, as fachadas dos Matarazzo resistiram bravamente à trepidação causada pelos trens e se mantinham imponentes. Ainda que a caixilharia original do edifício já estivesse deteriorada, as paredes de alvenaria ainda se mantinham de pé, prontas para encarar a diária e constante “provocação” das locomotivas.

O tombamento era um ato de preservação não apenas da obra arquitetônica em questão, mas sim de todo o espaço envoltório ao imóvel, de acordo com o ex-membro do CODEPAC. Na Vila Antártica, bairro onde se localizava a indústria, também havia o 4º Batalhão da Polícia Militar de Bauru, construção contemporânea à dos Matarazzo. Também existiam algumas áreas livres englobadas naquela localidade. O parecerista recomendava que, após a efetivação do tombamento, aquele lugar fosse “alvo de estudos pormenorizados de recuperação, transformação e valorização urbanística, concedendo-lhes novos usos e funções correlatas com a importância cultural que tem para a cidade de Bauru” (Proc. 18.028/1996, fl.14).

Xaides, inclusive, assinara um ano antes um projeto que previa fazer daquela área uma espécie de centro de eventos. Infelizmente, nenhuma dessas construções permaneceu; em seu lugar, apareceram empreendimentos imobiliários de uso comercial e residencial. Mas, isso será contado em detalhes mais adiante.

\*\*\*

O parecer redigido por Xaides fora entregue em 16 de setembro de 1996. Outro laudo técnico das condições físicas do imóvel elenca o estado de abandono do prédio e a substituição das telhas de barro por peças de fibrocimento,

descaracterizando o conjunto original da construção. Por outro lado, em que pese a idade avançada do prédio, os tijolos estavam bem conservados.

O processo foi aprovado por unanimidade pelo CODEPAC em 24 de setembro de 1996 e o proprietário do imóvel notificado dois dias depois. No entanto, a Secretária Municipal de Negócios Jurídicos (SNJ) pediu a revisão de todos os tombamentos feitos pelo Conselho. Logo depois, as atividades do órgão ficaram suspensas de janeiro de 1997 até meados de 1999. Porém, nesse hiato, muitos episódios iriam ocorrer em relação ao processo da antiga fábrica, outrora pertencente ao empresário italiano, magnata da indústria nacional.

### **Ruínas da fábrica e terreno atrativo para negócios: os porquês do destombamento**

Por ordem da SNJ, todos os processos e decretos de tombamento efetuados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru tiveram que ser revistos em virtude da suspeita do SNJ de que os tombamentos estavam sendo aprovados por questões de cunho político. Com a interrupção dos trabalhos, todas as ações relativas ao patrimônio histórico estavam suspensas. Quase todas.

Elio Massari, dono do edifício das antigas Indústrias Matarazzo, entrou com uma solicitação de reconsideração do tombamento do imóvel, dando início ao Processo nº 29.945 em 10 de dezembro de 1997. Ele entendia que, ao decidir pelo tombamento, o Conselho “partiu do efeito para buscar a causa, quando a atitude saneadora seria a inversa”. Ele considerava como efeito o ato de preservar o imóvel, ao passo que a causa seria a falta de um espírito de preservação dos elementos históricos. Para ele, tombar o seu bem não solucionaria um problema de base bem mais complexa.

Segundo o dono do imóvel, a função da propriedade deveria ser de “serviço e proveito da coletividade, sobrepondo-se ao especulativo e aos interesses particulares” (Proc. 29.945/1997, fl. 1). No seu entendimento, preservar uma obra com graves problemas estruturais e não trazia muitas lembranças da época na qual foi originalmente construída não teria benefício efetivo para a comunidade.

Como forma de solidificar seu argumento, ele cita a definição do verbo “preservar”, segundo Aurélio Buarque de Holanda: “livrar de algum mal; manter livre

de corrupção, perigo ou dano; conservar” (HOLANDA apud Proc. 29.945/1997, fl. 1). O conceito de que o poder público é capaz de recuperar a função social da propriedade é rechaçado pelo dono do edifício. Ele usa como exemplo a experiência das estatais no Leste Europeu que, em sua opinião, não obtiveram sucesso.

A situação de abandono do imóvel também é mencionada por Massari. O local se tornara refúgio para mendigos e contraventores. Ou, parafraseando-o, o prédio virou “esconderijo de drogados e desocupados”. Além disso, a edificação poderia ter um custo muito grande de conservação, primeiro, porque já havia uma ameaça do imóvel ruir em face da situação de paredes e pilares, que estavam disformes e inseguros, e, segundo, em função do momento econômico da época (tanto em âmbito nacional quanto, principalmente, na esfera municipal) que não permitiria despender altas quantias na conservação da fábrica.

O legado arquitetônico da obra em Bauru também é rechaçado pelo seu proprietário, apesar de estarmos falando de uma construção advinda da família Matarazzo. Ainda que na capital paulista existam os casarões localizados na avenida Paulista (que pertenciam ao mesmo dono), ele entende que o imóvel localizado na Vila Antártica tem “características rústicas, toscas e pobres”, que diferem das condições dos imóveis de São Paulo. Ele testemunha que as condições da antiga indústria já não eram boas na época da compra do imóvel pelos Massari.

Por fim, ele externou uma intenção de implantar um estabelecimento naquele local. O imóvel seria preservado, porém o intuito seria buscar um progresso que pudesse alavancar a área do imóvel e aquela região como um todo. Não estava especificado na carta como um novo estabelecimento iria funcionar em um prédio que estava ameaçado.

\*\*\*

Em seguida à manifestação de Massari, o memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina e o então vereador José Eduardo Fernandes Ávila visitaram o imóvel para avaliar sua real condição física e averiguar a natureza dos questionamentos de seu proprietário. O resultado foi o registro de fotografias do prédio e uma carta de Pelegrina dirigida à Secretaria Municipal de Cultura, em 15 de janeiro de 1998. A carta recomendava a revogação do tombamento.

A principal justificativa para sugerir a anulação do decreto baseava-se na condição estrutural do edifício e na falta de recursos suficientes para se investir em uma futura restauração. Pelegrina deixa duas perguntas para reflexão: “A quem

caberá a responsabilidade do restauro? Haverá interesse em se aplicar enormes somas em dinheiro numa obra que, afinal, não mais servirá para sediar indústrias?” (Proc. 29.945/1997, fl. 6). Na verdade, existiam planos da Secretaria de Planejamento, um ano antes do início dos estudos de tombamento, de implantar naquele local não uma indústria, mas um centro cultural que abrangesse, além do terreno da fábrica, o prédio do Batalhão de Polícia Militar.

Pelegrina ressaltou que o proprietário desejava que o imóvel não fosse tombado para que se viabilizasse a área para possíveis investimentos imobiliários que, segundo o historiador, poderiam trazer benefícios à cidade, como a melhora do visual urbanístico e a geração de fonte de renda e empregos para o município. Mesmo assim, ele alertou que o proprietário deveria propor uma alternativa concreta para que se pudesse dar prosseguimento ao processo.

\*\*\*

Em 6 de abril de 1998, a Secretaria de Cultura envia uma carta ao prefeito relatando as impressões de Pelegrina e Ávila acerca da má situação do imóvel e o comunica da existência, segundo o proprietário, “do interesse de empresas de médio e grande porte, inclusive multinacionais, de usufruir daquele espaço” (Proc. 29.945/1999, fl. 12). Pelegrina, em entrevista, fala que não havia nenhum interessado no espaço naquele momento. Muitos anos depois, com o imóvel já demolido, um shopping seria construído no exato local onde estava a tecelagem dos Matarazzo.

É recomendado que se revertesse o tombamento para que se desse outro uso para o imóvel. Em 4 de junho de 1998, o prefeito Antônio Izzo Filho, indeferiu o tombamento alegando falta de dinheiro para reconstituição do imóvel, já bem deteriorado (Proc. 29.945/1999, fl. 13). Realmente, o excesso de dívidas que a Prefeitura de Bauru tinha poderia ser um impedimento para o investimento público em determinadas ações. Como se sabe, no Brasil, uma das áreas que mais sofre como corte de verbas é a da Cultura. Mas aí, já se estaria no campo das hipóteses que não se concretizaram.

Em 17 de fevereiro de 1999, Massari é notificado pela Prefeitura sobre o desinteresse do poder público em tomar o seu prédio. Quando o CODEPAC retomou as atividades, a antiga fábrica dos Matarazzo já estava destombada. Nilson Ghirardello, presidente do Conselho, escreveu uma carta à Secretaria de Cultura,



Fotos tiradas na ocasião da visita do memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina e do ex-vereador José Eduardo Fernandes Ávila demonstram a situação do prédio da antiga tecelagem. Cobertura destelhada e muitas paredes de alvenaria demolidas (Bauru, janeiro de 1998). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru





Mais fotos da visita de Pelegrina e Ávila. Janelas sem vidros e mais partes do edifício descobertas. Imóvel foi destombado em junho de 1998 (Bauru, janeiro de 1998). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



em 24 de agosto de 1999, pedindo esclarecimentos sobre a legalidade do indeferimento do tombamento sem a anuência do CODEPAC. Além disso, ele questiona o fato de um historiador (e não um engenheiro ou arquiteto) ter realizado um laudo a respeito das condições físicas do imóvel. Por último, ele aponta uma contradição entre o laudo de Pelegrina e o parecer feito pela Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru (Seplan), que não apontava um cenário tão catastrófico para o prédio – salientava apenas a troca das telhas e a boa conservação da alvenaria considerando-se o tempo de construção.

A resposta veio um mês depois, no dia 20. Segundo Nancy Franco Serrano, representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, o CODEPAC é um órgão com poder consultivo que dá respaldo à decisão final sobre os tombamentos que cabe sempre ao Chefe do Executivo. Ela ainda reforça a alegação da Secretaria de Cultura sobre o interesse de multinacionais no terreno e o custo oneroso à prefeitura para reconstituição do imóvel, uma vez que o proprietário não demonstrou vontade de restaurar a sua construção.

Depois disso, o processo ficou engavetado por cinco anos. Em setembro de 2004, foram anexadas aos autos do processo as primeiras fotografias do terreno já “limpo”. O edifício industrial fora demolido.

\*\*\*

O resultado desencadeou uma revolta generalizada entre os membros do órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico municipal. Depois de reunião realizada em 25 maio de 2005, os membros do CODEPAC apresentaram uma carta intitulada “Moção contra o destombamento das antigas Indústrias Matarazzo”, que recomenda o arquivamento do processo, mas faz questão de repudiar a postura do Poder Executivo Municipal no episódio.



Terreno onde se encontrava a fábrica da Matarazzo em Bauru. Imóvel foi demolido anos depois da revogação de seu tombamento (Bauru, setembro de 2004). Crédito: Acervo do Museu Histórico de Bauru



Imagem do brasão das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) que ficava na entrada principal da extinta fábrica. Cogitou-se a possibilidade de tornar este marco um elemento a ser preservado por instâncias do patrimônio artístico (Bauru, janeiro de 1998). Crédito: Acervo do Museu Histórico Municipal

A insatisfação é demonstrada pelos membros ao argumentarem que a restauração do imóvel, apesar de ser financeiramente custosa, seria perfeitamente possível de ser realizada. A demolição deu fim ao registro de uma das sedes industriais mais importantes de São Paulo, uma filial do legado da família Matarazzo em Bauru.

Contra a justificativa de que o edifício teria funcionalidade limitada em virtude da inviabilização de seu uso industrial, a carta rebate dizendo que o espaço seria usufruído para atividades culturais. O exemplo seguido para a abertura do novo empreendimento seria o SESC Vila Pompéia, em São Paulo, que tem características semelhantes ao prédio demolido dos Matarazzo.

O engavetamento do processo depois da carta enviada pelo então presidente do Conselho à Secretaria da Cultura, em 1999, também foi alvo de críticas. Por fim, a moção retoma o questionamento sobre o laudo técnico da condição física do imóvel ter sido realizado por um historiador e não um especialista da área – prática considerada exercício ilegal da profissão. São lançadas dúvidas sobre quais seriam as verdadeiras razões do destombamento, uma vez que “a projeção que as Indústrias Matarazzo alcançaram no Brasil e no exterior e o parecer histórico tão bem elaborado pelo professor José Xaides de Sampaio Alves não foram suficientes para que fosse preservado bem tão valioso” (Proc. 29.945/1997, fl. 24).

Xaides, por sua vez, desconhece os interesses que levaram os proprietários a tomar essa medida. O historiador Fábio Pallotta considera que há o senso comum de que “o bem a ser tombado é sempre inferior ao benefício que ele vai gerar (crescimento econômico e geração de empregos). Então, dane-se o tombamento”. Essa postura pode ter sido levada em conta pelo Conselho, o que acarretou o destombamento. Já Henrique Perazzi de Aquino, ex-presidente do CODEPAC, acredita que o ex-prefeito poderia ter resistido mais. “[Antônio] Izzo [Filho] não disse ‘não’ aos proprietários do terreno. Nada foi construído na época”, observa.

\*\*\*

Um ano antes da fundação do CODEPAC, criado para cuidar de assuntos referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural, corria um projeto na Secretaria Municipal de Planejamento de Bauru (Seplan) que previa a instalação de um estabelecimento cultural para atender à região da Vila Antártica, mais especificamente na área que abarcava o prédio das antigas Indústrias Matarazzo, o

4º Batalhão da Polícia Militar e adjacências. Esse projeto está anexado aos autos do Processo nº 18.028 (de tombamento das antigas Indústrias Matarazzo).

A idéia acabou não indo adiante e hoje a maior parte daquela área é ocupada por um *shopping*. No entanto, o projeto nº545 (de 9 de janeiro de 1995), que esteve em análise na Seplan, era ambicioso na medida em que previa, além de preservar o espaço arquitetônico, dar a ele novas funções, diferentes daquelas que a área tinha na década de 30 e que ficaram impossibilitadas a partir de 1963, quando o então prefeito Irineu Bastos assinou a Lei nº 905, instituindo o Parque Industrial de Bauru, delimitando zonas específicas do município para o exercício de atividades fabris.

O projeto tinha a assinatura do arquiteto José Xaides de Sampaio Alves que, na época, era titular da pasta de Planejamento no município. O objetivo era a preservação, recuperação e reutilização do espaço da Tecelagem Matarazzo e do 4º Batalhão da PM (que eram próximos). Isso seria realizado com a implantação, naquela região, de um centro de exposições e eventos para a cidade.

Foi delimitada uma área de 20.000 m<sup>2</sup> que incluísse as duas antigas edificações naquela região. Dentro desse limite, restringir-se-ia uma área de construção de 8.000 m<sup>2</sup> que poderia ser utilizada para eventos, feiras, exposições, festividades, etc. O plano previa, além da preservação dos imóveis já citados, a criação de uma ampla praça pública que integrasse os dois edifícios, o estabelecimento de um centro de eventos culturais no prédio da tecelagem com a possibilidade de ampliação da proposta, incluindo feiras empresariais e comerciais que seriam realizadas no espaço do quartel. O objetivo era revitalizar urbanisticamente uma das regiões mais antigas e tradicionais de Bauru por meio de um novo empreendimento.

Além dessas medidas, Xaides complementa que se pensava também em arborizar mais aquela área (que fica perto do centro de Bauru), construir uma praça com *playground* para as crianças e um edifício de uso empresarial ou um centro de comércio atacadista – este último realmente se instalou anos depois.

A viabilidade do projeto dependia da união de forças entre poder público, proprietários do imóvel e iniciativa privada. A preservação do espaço arquitetônico era o primeiro passo e, depois, havia a intenção de conseguir cooptar novos parceiros para que pudessem utilizar a área de forma a fazer um uso rentável daquelas instalações.

Mas o projeto não avançou. A morte do pai dos atuais donos do edifício fabril ajudou nesse desfecho. Xaides conta que ele era um dos únicos membros da família Massari que estava interessado em preservar as estruturas antigas. Ele chegou a dizer que, quando morresse, o poder público teria problemas para convencer os seus filhos a não se desfazerem do prédio. A história tratou de dar razão a ele.

A título de comparação, seria instalado naquele espaço algo parecido com o Centro Cultural “Carlos Fernandes de Paiva”, localizado na quadra 8 da Avenida Nações Unidas. Lá está instalado o Teatro Municipal, a Biblioteca, um espaço para exposições, outro espaço para oficinas e cursos, além da Secretaria Municipal de Cultura. Todas essas instalações poderiam muito bem estar nos arredores da Vila Antártica. Mas, hoje está o *shopping*.

### ***LEIS, INCENTIVOS E EDUCAÇÃO: alternativas para a preservação do patrimônio bauruenses***

Cultuar elementos de reconhecido valor histórico relaciona-se ao grau de disposição dos atores envolvidos nesse processo: as instituições públicas, os detentores de cada monumento e a população em geral.

Na parte que toca o poder público, é necessário o fortalecimento dos órgãos que cuidam dos tombamentos. Isso implica reunir especialistas que possam endossar a tese de conservação e restauração dos imóveis, entre eles historiadores, arquitetos, geógrafos e engenheiros, profissionais com olhares mais técnico e com conhecimento sobre o assunto.

Representantes políticos e especialistas em advocacia também devem atuar no fortalecimento das instituições, uma vez que poderá ser elaborada e/ou aperfeiçoada a legislação no sentido de auxiliar na busca de melhores resultados no que se refere à preservação dos bens. Merece consideração a Carta de Veneza (1964, fl. 2) quando afirma que “a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental”. No entanto, essa junção deve primar pela harmonia entre as diversas áreas envolvidas.

\*\*\*

Um problema do tipo aconteceu em Bauru em meados de 2012, quando foi para discussão o projeto de lei nº 006/11 que previa a concessão de isenção de 75% do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para imóveis tombados em sua fachada e interior, e de 50% para tombamentos somente de fachada. Em troca, os proprietários teriam que conservar e preservar os imóveis. Essa sempre foi uma das medidas sugeridas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CODEPAC) para que se facilitasse a relação entre os proprietários de bens e o poder público. O projeto de lei apresentado em 7 de fevereiro de 2011 seria um incentivo aos donos de imóveis, que teriam uma desobrigação tributária ao conservarem e não descaracterizarem os monumentos.

O problema é que, quando foi discutida a lei, os vereadores quiseram conquistar também a prerrogativa de aprovação dos tombamentos. Em 23 de agosto de 2012, foi pedida uma emenda aditiva à lei que gerava um artigo que previa que ficasse “obrigatória a aprovação legislativa prévia de qualquer tombamento de imóvel no âmbito do município” (Câmara Municipal de Bauru, Proc. nº 012, fl. 33).

O artigo foi adicionado ao projeto, levado à votação e aprovado de forma integral. No dia seguinte à sugestão da emenda, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação publicou o decreto da lei que afirmava, em seu artigo 2º, que os vereadores, assim como o prefeito, também teriam poder de aprovação dos futuros tombamentos do CODEPAC. Assinaram o decreto os seguintes vereadores, membros da Comissão: Marcelo Borges de Paula (presidente da Comissão), José Roberto Martins Segalla, Moisés Rossi, Renato Celso Bonomo Purini e Roque Jose Ferreira. (Câmara Municipal de Bauru, Proc. nº 012, fls. 35-36).

A Constituição Federal prevê que só o prefeito tem a prerrogativa de aprovar os tombamentos. O CODEPAC é um órgão consultivo que pode dar respaldo às decisões do Executivo. Já em agosto, no dia 16, a Lei nº 6248, que concedia a isenção do IPTU aos imóveis tombados, é decretada pelo prefeito (e publicada em Diário Oficial dois dias depois) com o veto parcial ao Artigo 2º (Câmara Municipal de Bauru, Proc. nº 012, fl. 40).

Mesmo assim, o presidente da Câmara na época, Roberval Sakai, solicitou ao prefeito que se promulgasse a complementação da lei. Ou seja, sem nenhum veto. No dia 28 de agosto de 2012, a Câmara rejeitou o veto parcial do Executivo e novamente aprovou a Lei nº 6248 de forma integral (Câmara Municipal de Bauru, Proc. nº 012, fl. 44). Decisão publicada no Diário Oficial em 11 de setembro (Câmara Municipal de Bauru, Proc. nº 012, fl. 48). Tempos depois, o processo nº 012 acabou sendo arquivado, em 18 de outubro de 2012.

A verdade é que a questão se configurou em um impasse. Como a lei é inconstitucional, o prefeito teria que fazer uma Ação de Declaração de Inconstitucionalidade (ADIN) em relação à lei, já que ela fere os princípios da Carta Magna – não se tem informações se a ADIN foi redigida ou não. O membro do CODEPAC e historiador, Fábio Pallotta, considera a manobra dos vereadores um “golpe branco” no Conselho. Na época, o presidente da autarquia, Henrique Perazzi de Aquino, chegou a sugerir a renúncia coletiva dos conselheiros.

Para Pallotta, o episódio mostra como é difícil tratar a questão do patrimônio cultural no Brasil: “Tem a disputa entre o Executivo e o Legislativo, entre os órgãos de preservação e os interessados na destruição dos bens. Nunca se harmonizam. Nunca entram em contato, nunca tentam pensar na questão da história, da memória afetiva. É muito difícil”.



Já Aquino considera perigoso o fato dos vereadores reivindicarem um poder de decisão para os tombamentos. Ele teme que interesses políticos e econômicos possam ser levados mais em conta do que a importância histórica. “O modelo atual do tombamento municipal é o ideal”, observa. Sobre a aprovação da isenção de IPTU, o ex-presidente do CODEPAC vê uma falta de pressão do poder público para aprovar a lei e entende que a perda de receita gerada por esses cortes de impostos não será grande. Isso vale também para uma maior pressão do poder público para que haja melhor manutenção dos imóveis que, em sua opinião, não estão bem conservados. Em uma escala de medição, Aquino diz que Bauru não é o pior lugar quando se fala em preservação de monumentos, mas ainda está longe de chegar à média geral de preservação do patrimônio histórico.

\*\*\*

Os problemas relacionados às instituições responsáveis pelo cuidado com o patrimônio também aparecem no contato com os proprietários dos monumentos tombados. Alex Gimenez Sanches, diretor do Departamento de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (DPPC), conta que os imóveis de propriedade pública, apesar das dificuldades, estão mais bem cuidados do que os particulares.

Entre os privados, ele cita a Casa Lusitana e as Casas Geminadas como monumentos nos quais a relação com seus donos é mais complicada. Esse contato pouco amistoso se deve um pouco, segundo ele, ao desconhecimento das pessoas a respeito de alternativas possíveis no que se refere à conservação e restauração do patrimônio.

"Existem muitas coisas do governo que incentivam a reforma de imóveis tombados. Tem casarão em São Paulo no qual a reforma custou R\$ 1,5 milhão e quem pagou foi o governo federal: o proprietário apresentou a reforma, foi contemplado e recebeu a grana para executar. Em Bauru [o proprietário] não quer ir atrás disso", explica Sanches.

Existem também os casos em que outras atividades econômicas, ditas mais rentáveis, acabam inviabilizando as decisões já instituídas e atrapalham a adoção de medidas que visem mostrar à população um pouco da importância dos monumentos históricos de Bauru. Isso acontece na malha ferroviária bauruense utilizada para passeios turísticos, por exemplo, que correm o risco de acabar por causa da demanda de transporte de toneladas de minério de ferro que deverão passar pelos trilhos da Noroeste.

De fato, benefícios fiscais podem amenizar essas tensões e fazer com que a tarefa de preservar o passado histórico fique facilitada. No entanto, a concorrência com o interesse econômico, que envolve a busca por mais lucro e a especulação imobiliária, não parecem dar trégua. Isso afeta também o poder público, que tem a necessidade de trazer receitas ao município ao mesmo tempo em que precisa manter todo um legado que mostre a trajetória que dá uma identidade aos bauruenses. Optar por uma só dessas vertentes pode provocar um desequilíbrio institucional. O poder público não deve se comportar como um museu, mas também não pode incorporar uma postura análoga à de uma empresa ortodoxamente capitalista.

\*\*\*

O que falta? Inculcar nas pessoas a idéia de preservar os elementos que digam alguma coisa sobre a história do seu grupo. Mas essa é uma tarefa difícil e que demanda tempo. Afinal, de que grupo se está falando? Será que os moradores de Bauru podem mesmo se sentir parte da comunidade bauruense?

Elementos que se reportem à História da Humanidade em geral costumam ser cultuados e preservados sem maiores problemas. Quem quer ver uma estátua de Michelangelo danificada? Quem se interessa a ir ao Museu do Louvre observar obras avariadas? Ou, para ficar em um exemplo nacional, alguém quer ver demolidas as belezas arquitetônicas de Ouro Preto? Provavelmente ninguém. Isso porque existe um sentimento que impele as pessoas a quererem ver aquilo mantido. Porque, de alguma forma, esses monumentos dizem algo a respeito delas mesmas: valores, tradições e concepções de mundo. Se os monumentos citados fossem destruídos seria como se um pouco da identidade das pessoas também o fosse. Isso é o que a Carta de Veneza define como responsabilidade solidária.

Entretanto, quando se ramifica as instâncias de preservação do patrimônio torna-se mais complicado falar em responsabilidade solidária. Os conceitos de pertencimento ficam mais diluídos. Um exemplo: se uma pessoa não reuniu um conhecimento sobre as gerações anteriores de sua família não se sentirá sensibilizada a adotar costumes e tradições cultuados em seu círculo familiar.

A mesma coisa se dá no campo da preservação dos patrimônios: quanto menor o envolvimento do indivíduo com o objeto em si, menor será sua disposição e empatia para com ele. Isso está diretamente relacionado aos níveis de identidade

que as pessoas criam em relação a cada grupo social (família, amigos, bairro, cidade, estado, país e mundo).

Em 1996, a representação brasileira que foi à XI Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em Sófia (Bulgária) listou uma série de recomendações sobre o que seria essencial nos assuntos de trato do patrimônio. Dentre elas, a importância de vigilância contínua por meio do trabalho das instituições públicas e organizações não governamentais, com a posterior denúncia de quem atenta contra os monumentos e a adoção de mecanismos jurídicos como forma de defesa dos símbolos culturais da ação privada.

Mas a recomendação mais importante do ICOMOS está mesmo no campo da educação. O estabelecimento de um debate nos grandes centros urbanos e a transmissão do porque é necessário manter os monumentos históricos a todos os representantes da sociedade.

Preservar o patrimônio histórico, portanto, se torna possível quando se atua em duas frentes: fiscalização e melhor condução das operações de restauração e conservação dos bens (resultante da coordenação entre as instâncias públicas e privadas), e a adoção de métodos educacionais para que se forme a consciência de que houve uma trajetória que resultou em um legado de valores e símbolos culturais. Esse legado construiu uma história, e essa história merece ser contada e preservada pelas gerações futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e artigos acadêmicos

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf)> Acesso em: 12/08/2014.

BASTOS, Irineu Azevedo. **A violência na História de Bauru**. Bauru: EDUSC, 1996. 93f.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERTOLLI FILHO, Claudio; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. **O suplício do Bauruzinho: cultura local, identidade e mídia**. In: **Caderno de Estudos Culturais: Cultura Local**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011.

CAMARGO, José Francisco. **Crescimento do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984. 297f.

CAMARGO, José Francisco. **Ensaio sobre relação entre a demografia e a economia**. Boletim Econômico Político e História das Doutrinas Econômicas. São Paulo: v. 153, nº 1, p. 18, 1952.

CASTELO BRANCO, Maurício. **O massacre dos índios Kaingang no oeste paulista**. Disponível em <<http://www.marcioabc.com.br/2004/07/16/o-massacre-dos-ndios-kaingang-no-oeste-paulista/>> Acesso em: 18/05/2014.

CAVA, Fernanda Villas Bôas Blanco, **Relato Mítico e Cultura Material dos Índios Kaingang frente à Indústria Cultural: resistência ou cooptação?** Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2004. 106f. Disponível em <[http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos\\_Comunicacao/pdfs/fernanda.pdf](http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/fernanda.pdf)> Acesso em: 18/05/2014.

CORNACCIONI SAVIO, Marco A. **A Modernidade sobre Rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade**. São Paulo: Educ (Puc-SP), 2003.

DONATO, Hernani. **Achegas para a História de Botucatu**. 3ª ed. Botucatu: Banco Sudameris / Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

GHIRARDELLO, Nilson. **A beira da Linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GOMES, Alessandro. **Sete seções; uma saudade: a história da Companhia Agrícola Rio Tibiriçá, a Londrina que não deu certo**. Bauru: [s.n].

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LIMA, Edvaldo P. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Manolé, 2008.

LIMA, João Francisco Tidei de. **Ocupação de terra e destruição dos índios na região de Bauru**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1976.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia urbana: imagens e representações Bauru 1950-1980**. Bauru: Ed. USC, 2004.

LUCENA ITO, Liliane de. **Fepasa: nos trilhos do descaso**. Bauru, São Paulo: FAAC-Unesp, 2003.

MANTOVANELLI, Thais. **Crianças invisíveis da Reserva Indígena Icatu/SP**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em: [http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5551](http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5551)> Acesso em: 18/05/2014.

MATOS, Fabiana Lima de. **Entre a Janela e a Paisagem (a “Revolução de 1932” nas páginas do Jornal de Baurú)**. Bauru: [s.n.].

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES FILHO, Dr. J. M. Vieira de. **A lenda dos assassinatos políticos em São Paulo**. São Paulo: Typographia Brasil de Rotschild, 1911.

NEVES, João Correia das. **Tipos Populares de Bauru**. Bauru: [s.n.], 1971.

\_\_\_\_\_. **No Velho Bauru (crônicas do Bauru antigo)**. Bauru: [s.n.], 1961.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCHENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PAIVA, Carlos Fernandes de. **Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru**. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1975.

\_\_\_\_\_. **Complemento às narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru**. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1977.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. **Valioso documento aprimora a história de Bauru**. *Jornal da Cidade*. Bauru, 2 de agosto de 1992, p. 55.

POSSAS, Lúcia Maria Vianna. **O Trágico 3 de Outubro: estudo histórico de um evento**. Bauru: Biblioteca USC, 1993.

SALCEDO, Rosío F.B. **A Arquitetura Moderna na Cidade de Bauru: projetos do arquiteto Fernando Pinho**. Bauru: Unesp, 1999. Disponível em <[http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema\\_A2F/Rosio\\_salcedo.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_A2F/Rosio_salcedo.pdf)> Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **O Centro da Cidade de Bauru e o Patrimônio Arquitetônico**. Bauru: Unesp, 1998.

SOUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo: Colosso Brasileiro**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2004.

SEVCHENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole - São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Os partidos políticos em Bauru: 1930-1937**. Assis: Universidade Estadual Paulista. 1987.

VIOTTI, Hélio Abranches. No cinquentenário da morte de Monsenhor Claro Monteiro do Amaral. In: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v. 141, p. 41-53, Julho de 1951.

### **Leis, documentos e demais publicações**

ICOMOS, **Carta de Veneza, de maio de 1964**. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos da ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

BRASIL, **Lei nº 4320, 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos.

BAURU, **Lei nº 3486, de 24 de agosto de 1992**. Criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru - CODEPAC. Câmara Municipal de Bauru, 1992. Disponível em <[http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist\\_juridico/Documentos/Leis/lei3486.pdf](http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/Documentos/Leis/lei3486.pdf)> Acesso em: 20/01/2014.

CODEPAC: **Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru**. Bauru, 2013. Disponível em: <<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/codepac/>>. Acesso em: 20/01/2014.

### **Processos de tombamento**

BAURU. **Processo nº 18.028 de 26 de junho de 1996**, referente ao estudo de tombamento dos imóveis localizados na Rua Araújo Leite, 2-63 e 2-65. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, 1996.

BAURU. **Processo nº 18.021 de 26 de junho de 1996**, referente ao estudo de tombamento Hotel Cariani. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, 1996.

BAURU. **Processo nº 18.022 de 26 de junho de 1996**, referente ao estudo de tombamento Casa Lusitana. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, 1996.

BAURU. **Processo nº 18.040 de 26 de junho de 1996**, referente ao estudo de tombamento Edifício Brasil-Portugal. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, 1996.

BAURU. **Processo nº 18.028 de 26 de junho de 1996**, referente ao estudo de tombamento Antigas Indústrias Matarazzo em Bauru. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, 1996.

### **Matérias jornalísticas**

FERRARI, Rodrigo. **Há 100 anos, índios lutavam por Bauru**. JCNET, 15 de março de 2009. Disponível em <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=151985&ano=2009](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=151985&ano=2009)> Acesso em: 02/05/2014.

**Burocracia emperra reforma de Estação Ferroviária em Bauru, SP**. 19 de junho de 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/06/burocracia-emperra-reforma-de-estacao-ferroviaria-em-bauru-sp.html>> Acesso em: 23/07/2014.

**Estação ferroviária de Bauru aguarda há anos projetos de restauração**. 26 de junho de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/06/estacao-ferroviaria-de-bauru-aguarda-ha-anos-projetos-de-restauracao.html>> Acesso em: 22/07/2014.